

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Lucas Viana Aragão

**Sociedade e Natureza nas Políticas de Preservação:
O modo de fazer política pública em Itaúnas/ES.**

Rio de Janeiro
2013

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Lucas Viana Aragão

Sociedade e Natureza nas Políticas de preservação:

O modo de fazer política pública em Itaúnas/ES.

Dissertação apresentada ao programa de mestrado profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Márcia Chuva

Rio de Janeiro
2013

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Espírito Santo.

Aragão, Lucas Viana.

Sociedade e Natureza nas Políticas de preservação: O modo de fazer política pública em Itaúnas/ES. / Lucas Viana Aragão. – 2013.

111f ; 20cm

Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

Bibliografia: f. 107 – 111

1. Patrimônio Cultural. 2. Sociologia do Conhecimento. 3. Políticas Públicas/Participação. 4. Meio Ambiente.

CDD: 300 - 322

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Lucas Viana Aragão

**Sociedade e Natureza nas Políticas de preservação:
O modo de fazer política pública em Itaúnas/ES.**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro 24 de janeiro de 2013.

Banca Examinadora

Professora Dra. Márcia Chuva (Orientadora)

Dr. Marcelo Sotratti (Membro Externo – UFRJ)

Dra. Carla Belas (Membro Interno – COPEDOC)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente aqueles que permitiram com que, ignorando uma situação de classe social desfavorável, me fosse possível cursar uma universidade pública e posteriormente duas pós-graduações também públicas. Agradeço aos que me permitiram perguntar e amar, aos que me permitiram me apossar de uma história negada. Dentre esses a mais especial, minha mãe.

Agradeço também a equipe da 21ª Superintendência do IPHAN em Vitória pela minha estada de dois anos por lá, em especial a Yuri, Clair e Carol, interlocutores e camaradas da cultura.

Agradeço ao programa de mestrado do IPHAN pela maravilhosa oportunidade humana de vivenciar a experiência de estar nessa turma, de conviver com tamanha diversidade cultural, em especial a república de “Greiscou”, Alessandra, Carol Starling e Ronaldo Guimarães, que fizeram na distância e na proximidade mais um novo lar.

Agradeço as comunidades que habitam a região de Itaúnas, sem as quais a pesquisa jamais seria possível.

Agradeço a equipe do Parque Estadual de Itaúnas, do Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo e aos técnicos de outros órgãos sempre solícitos e com informações relevantes.

Agradeço a cidade de Vitória que me acolheu de maneira afetuosa e deixou saudade.

Agradeço a Marcela de Oliveira Pessôa, referência bibliográfica, referência de vida, referência de amor.

Resumo

Esse trabalho busca, através de um estudo de caso, investigar as relações entre as políticas de preservação ambiental e cultural, utilizando uma abordagem pautada na epistemologia crítica de Santos e na sociologia de Bourdieu. Para tanto, serão abordadas as origens dos movimentos de preservação (ambiental e cultural) e sua dimensão histórica na incorporação feita no Brasil, bem como as ações de preservação realizadas na região de Itaúnas/ES nos últimos 20 anos. A região conta com bens reconhecidos pelas duas vertentes da preservação, e serve de estudo as relações e contradições estabelecidas entre as áreas. Por fim, busca-se inserir as narrativas desses processos de preservação em um contexto mais amplo de construção de políticas públicas e da participação política.

Palavras Chave: Patrimônio Cultural, Patrimônio Natural, Políticas Públicas

Abstract

This work searches to, through case study, investigate the relation between the environmental and cultural preservation politics, by an approach based on the critical epistemology of Santos and the Sociology of Bourdieu. For that, will be analyzed the origins of the movements for preservation (environmental and cultural) and their historical dimension on the incorporation made in Brazil, and, also, the preservation actions that occurred on Itaúnas/ES in the last 20 years. The region has goods where the two fields can be recognized, and serves as a study of the relations and contradictions established between the areas. Finally, this work pursues to insert the narrative of theses preservation processes on a wider context in the building of public politics and political participation.

Key Words: Heritage goods, Environmental goods, Public Politics

Lista de Abreviações e Siglas

ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção do Meio Ambiente
CEC – Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo.
CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento.
DTCAR – Departamento de Terras e Cartografia.
FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo.
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo.
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo.
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.
ITC-SEAG - Instituto de Terras e Cartografias
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais.
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
MP-IPHAN – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
ONU – Organização das Nações Unidas.
PEI – Parque Estadual de Itaúnas.
PMCB – Prefeitura Municipal de Conceição da Barra.
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNMA –Plano Nacional de Meio Ambiente.
PNPC – Plano Nacional de Papel e Celulose.
PNPI – Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.
RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
SAPI - Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas.
SEAMA –Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
SEDU –Secretaria de Educação do Estado.
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
TAMAR – Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas.
UNESCO – Comitê da ONU para Educação, Ciência e Cultura.

Sumário

Introdução	12
A Vila de Itaúnas	15
Delimitação da unidade de estudo	23
Capítulo 1 – Sociedade e natureza nas políticas preservacionistas: as origens da preservação	28
1.1-A diversidade e a democracia no centro da questão.....	38
Capítulo 2 – Políticas preservacionistas em Itaúnas.....	44
2.1 Tombamento das Dunas de Itaúnas	45
2.2 Parque Estadual de Itaúnas	54
2.2.1 As novas ferramentas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).....	62
2.3 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	68
2.4 INRC dos Quilombolas do Norte do ES.....	74
2.5 Comunidades, territorialidades, tradicionalidades.....	82
Capítulo 3 – Modo de Fazer Política Pública em Itaúnas/ES.....	88
3.1Comunidades tradicionais?.....	92
3.2 - Paisagem Cultural em Itaúnas: perspectivas sobre um pacto de gestão.....	95
Considerações Finais	103
Referências Bibliográficas.....	107

Qual o juízo que farão os nossos pósteros sobre o nosso atual comportamento? Uns idiotas, uns bestas, cúmplices de toda essa ganancia de destruição para satisfazer a gulodice das multinacionais camufladas com nomes nacionais e testas de ferro de vendilhões da Patria. De braços cruzados devemos a tudo assistir? Como um ônus do desenvolvimento econômico?

Hermógenes Lima da Fonseca

A civilização que confunde os relógios com o tempo, o crescimento com o desenvolvimento, e o grandalhão com a grandeza, também confunde a natureza com a paisagem.

Eduardo Galeano

Introdução

O Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (MP-IPHAN) tem entre seus objetivos a composição multidisciplinar de suas turmas, entendendo como positiva a convivência entre diferentes campos do conhecimento. A importância dessa convivência entre as diferentes perspectivas científicas vem sendo ressaltada há algum tempo, como solução para os problemas profissionais e sociais que envolvem um mundo tão especializado. Os estudos sobre patrimônio cultural tem buscado abarcar esta expectativa através de um olhar mais complexo sobre a realidade sobre a qual estuda e age. Assim, o MP-IPHAN teve ao longo de sua existência a presença de diferentes profissionais na composição de suas turmas, experiência que se reflete na diversidade de abordagens utilizadas.

Um das grandes questões de nosso tempo é a relação com nosso ambiente, a evidente degradação dos ecossistemas causada em grande parte pela ação antrópica faz com que o paradigma de desenvolvimento seja questionado. Esse questionamento se direciona por várias vertentes, numa busca por algo comumente chamado de *desenvolvimento sustentável*, que apesar de ser um termo de vastas e diferenciadas representações, guarda entre elas a ideia de que precisamos de um novo modelo de sociedade, novas relações com o planeta que nos cerca. Essa reflexão vem sendo feita pela sociedade como um todo, ainda que de maneira diversa em seu conjunto, e o campo da preservação também participa desse movimento, onde se vem valorizando de maneira cada vez mais proeminente bens naturais ou que se refiram a um determinado tipo de relação entre o ser humano e a natureza, esse trabalho investiga como o campo da preservação ambiental e cultural lida com essa questão.

Minha inserção na superintendência do Espírito Santo e nesse campo da atuação patrimonial se deu através da lente apreendida em minha área de origem, as ciências sociais. A noção do conflito é central nessa ciência, assim como a construção política e histórica realizada nos mais diversos níveis da sociedade, por diferentes agentes e instituições; busca-se incorporar contribuições da epistemologia crítica no sentido de situar o campo da produção científica nas relações sociais, questionando qual é a responsabilidade dos cientistas para com a sociedade. O olhar crítico sobre a prática científica se torna mais relevante na medida em que esta ganha força como referência nas

decisões políticas, a gestão pública incorporou vários avanços produzidos no âmbito das academias, e as consultas na ocasião da elaboração de políticas públicas.

A importância política do conhecimento científico tem seu processo histórico estudado por Santos (2005), que relaciona a expansão da ciência e seu alinhamento aos objetivos de poder dos países europeus nos processos de colonização, assim: “Em nome da ciência moderna destruíram-se muitas formas de conhecimento alternativo e humilharam-se os grupos sociais que neles se apoiavam para prosseguir suas vias próprias e autônomas de desenvolvimento” (DUSSEL in SANTOS, 2005, p8). A colonização é entendida aqui como um processo de dominação de aspecto amplo, inclusive epistemológico, nesse sentido: “A objetificação do colonizado está na raiz de uma série de dicotomias centrais ao pensamento da modernidade ocidental, como por exemplo, a oposição natureza/cultura; tradicional/moderno; selvagem/civilizado” (SANTOS, 2005, p9). É importante entender o processo histórico de construção do mundo moderno na medida em que o colonialismo tecido num plano epistêmico continua hoje a ser sinônimo de empobrecimento de saberes, relegando outras formas de conhecimento e consequentemente outras formas de vida que lhe dão suporte. O modo de vida europeu, autoproclamado como superior em relação a outros povos, era embasado num conhecimento tido como “maior”, “puro”, a ciência. As outras formas sociais ao redor do mundo, e seus conhecimentos relativos eram tidos como atrasados, primitivos, piores em sua condição ontológica de “povos infantis”.

A implantação de potências imperialistas traduziu-se em uma “criação mimética de pequenas europas em vários locais do mundo” (SAID in SANTOS, 2005, p10). Esse processo tem consequências políticas diversas, legitimando inclusive a escravidão e o genocídio dos povos nativos da África, América e Ásia. Esse genocídio se desdobra em uma versão cultural, rebaixando os saberes locais, configurando um *epistemicídio* conforme expresso por Santos (2005, p.9); esse exclusivismo autodeclarado da ciência como única forma válida de conhecimento tem outra consequência, que é a distinção entre o conhecimento técnico e o conhecimento leigo. Essa separação acaba por afastar os cidadãos das decisões políticas, tidas como assuntos de “especialistas”, relegando o cidadão médio a mero observador e consumidor da ciência, desconsiderando que as decisões chamadas “técnicas”, também envolvem uma série de outros critérios sociais, ambientais, econômicos (SANTOS, 2005, p37). A questão da biodiversidade é central nessa discussão acerca das diferentes formas de conhecimento, pois muitas populações

ditas tradicionais, utilizando outras formas de conhecimento, chegam a conclusões e práticas que hoje temos como um “desenvolvimento sustentável”.

Modo-de-fazer é uma categoria utilizada no âmbito do patrimônio imaterial para abarcar a noção de cultura no seu sentido amplo das atividades sociais, como o *modo de fazer viola de cocho* ou o *modo de fazer renda irlandesa*, onde existe um suporte (a viola ou a renda, nesses exemplos) que articula e materializa uma cultura que constitui um patrimônio imaterial. O termo articula aspectos técnicos, simbólicos e culturais que conjugam essas práticas. Seu uso nesse trabalho (modo-de-fazer política pública) reforça o caráter cultural e etnográfico da ciência e das políticas públicas que estas embasam. O caminho aberto por Khun (2006) e Latour (1997) veem trazendo contribuições a necessária auto-reflexão da prática científica, esta relativização do saber técnico está hoje na origem de uma das vertentes da democratização da ciência, que consiste na luta por um diálogo cada vez mais amplo e profundo entre cientistas e cidadãos, entre ciência e cidadania, enfim entre ciência e política (Santos, 2005, p39). Essa relação é importante para refletir também na maneira como é construído o campo das políticas públicas de preservação, informadas por diversos campos da ciência, se configurando num *campo* específico com seu respectivo *habitus*. A ideia de campo serve como instrumento para localizar os agentes sociais em um espaço social em que ocorrem relações invisíveis. Caracterizar os campos como autônomos (como o campo da preservação ambiental e cultural) implica em considerar que neles há um modo próprio de atuação, o que implica também a ideia de que a atuação do agente no campo é estruturada e estruturante. Isso significa que nos campos, identificam-se espaços de relações, no qual as posições do agente se encontram a priori fixadas. Ou seja, as posições desses agentes no campo geram certa sociabilidade, certa cultura, sinais distintivos, chamados por Bourdieu (1996) de *Habitus*:

Os *habitus* são os princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que come o operário e sobretudo a sua maneira de comer, o esporte que ele pratica e sua maneira de praticá-lo, as opiniões políticas que são as suas e sua maneira de exprimi-las, diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes de um industrial, mas são também esquemas classificatórios, os princípios de hierarquização, os princípios de visão e divisão, os gostos diferentes. Eles criam diferenças entre o que é bom e o mau, entre o que está bem e o que está mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas estes não são os mesmos. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode

aparecer como distinto para um, pretensioso ou banal para outro, vulgar a um terceiro (p,23).

As cisões e práticas sociais engendradas na modernidade através da ciência e sua cosmovisão particular são centrais para entender o contexto desse estudo de caso sobre a relação entre a preservação cultural e ambiental em um território que é alvo de quatro ações preservacionistas de cunho ambiental e cultural. Essas políticas são embasadas em distintos campos científicos, com seus respectivos *habitus*.

A Vila de Itaúnas

A Vila de Itaúnas é administrativamente ligada ao município de Conceição da Barra que se encontra na região norte do Espírito Santo, distante 250 quilômetros da capital Vitória (Figura 1).



Figura 1: Mapa de localização do município de Conceição da Barra no Espírito Santo. Fonte: Wikipedia (2012).

No período colonial (séculos XVII, XVIII) esta região servia como “zona tampão” à entrada de possíveis espoliadores na zona aurífera das Minas Gerais, área de grande e estratégico valor econômico (CAMPOS, 1998). Essa opção política se configurou no abandono do governo central em relação a região, servindo para que esta não se “desenvolvesse” nos termos propostos pela colonização; mas também fez dela refúgio de diversos grupos excluídos da lógica colonial-desenvolvimentista. Assim que, indígenas, escravos libertos e foragidos e refugiados em geral se reuniram na área e ali puderam

desenvolver suas vidas de maneira alternativa (FERREIRA, 2002). O isolamento fez com que muitas práticas tradicionais se mantivessem até meados do século passado, quando a população produzia farinha de mandioca e tinha como atividade a pesca, a caça e a agricultura de subsistência, que era regida ainda num processo de escambo com outros habitantes da vila (WÜST, 2002). O relato de Maximiliano Wied-Neuwied (feito entre 1815 e 1817) quando passava na região atesta a antiguidade das práticas de subsistência nesse território do norte do Espírito Santo:

Aproximadamente a meia légua de São Mateus, o pequeno rio Guaxindiba desemboca no mar. Costuma-se embarcar nele e subir 3 léguas até a fazenda das Itaúnas, que pertence ao ouvidor da comarca de Porto Seguro, o Sr. Marcelino da Cunha. As margens do pequeno rio, então caudaloso, são vestidas de vegetação densa; perto do mar ela é formada principalmente pelos mangues, cuja casca se usa para curtir couros. A água é barrenta, como a da maioria dos pequenos córregos da mata, no Brasil, e o peixe é abundante; quando passávamos, alguns pescadores tinham justamente pescado uma canoa cheia. Saltamos numa roça deserta e parecendo abandonada, onde esplêndidos ananases (*Bromelia*) medravam selvagens, grandes, sumarentos e cheirosos. Abacaxis bons de comer não se encontram no Brasil em estado selvagem, mas são fartamente cultivados em sítios, vingando tão vigorosamente como plantas silvestres. Utiliza-se também este fruto para a fabricação de aguardente; para o mesmo fim é empregado ainda o fruto do cajueiro (WIED-NEUWIED: 1989:172).

A fazenda que dá origem ao vilarejo também é visitada pelo príncipe-explorador Maximiliano, em seu relato pode-se perceber a presença das populações negras e indígenas que fazem parte da constituição desse território:

Aproximando-nos da fazenda ouvimos, distantes, os tambores dos negros. Os escravos negros procuram conservar os costumes do seu país tanto quanto lhes seja possível; assim, por exemplo encontram-se entre eles todos os instrumentos de música referidos pelos viajantes da África, desempenhando o tambor papel predominante (...). Na fazenda de Itaúnas, encontramos um jovem Puri que fora criado pelo ouvidor, já falava português, e diziam ser muito dócil (...). Itaúnas é uma fazenda de criação, com um curral ou cercado para o gado, e uma miserável choupana para negros e índios que tomam conta dos animais. O proprietário reunira, aí, algumas famílias de índios, para com o tempo formarem uma colônia; destinava-se a princípio, a proteger a costa contra os tapuias e Itaúnas, é por isso, considerado um quartel [...] (WIED-NEUWIED, 1989:172-173).

Até o começo do século XX, a região se mantém ocupada por grupos sociais pequenos, sendo seu maior agrupamento a Vila propriamente dita, habitada então por pescadores tradicionais (Figuras 2 e 3).

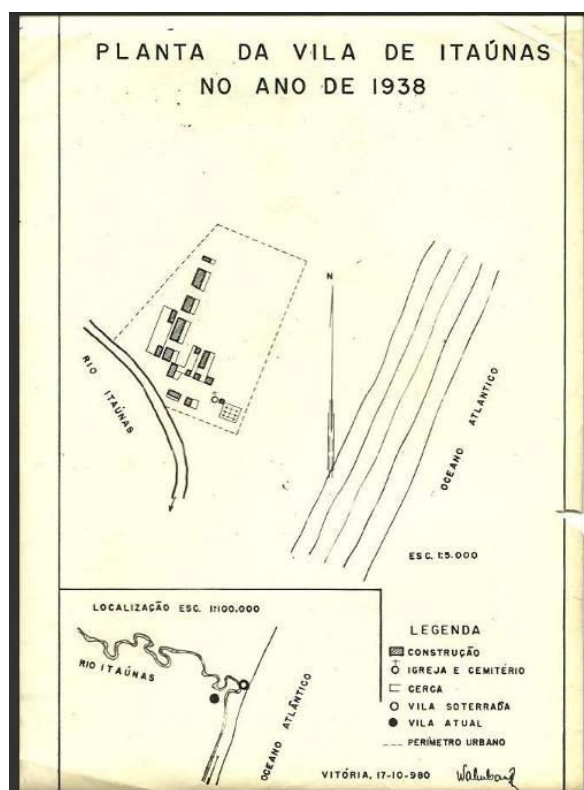


Figura 2: Planta da Itaúnas antiga. Fonte: Arquivo pessoal Walner Cassiano Botelho¹.

¹ Topógrafo que realizou trabalhos na região na década de 80.



Figura 3: Vista parcial da Itaúnas antiga. Fonte: Arquivo pessoal Walner Cassiano Botelho.

Somente na década de 1940 a região passa a integrar, de maneira ainda incipiente, o mundo moderno das relações econômicas globais através da exploração de madeira nativa, que devastou grande parte da mata daquela região. Paralelamente a isso, começa a ser desmatada a vegetação que cobria as dunas adjacentes à vila de Itaúnas; destruição que iria ser determinante no futuro daquela população já que a ausência de vegetação permitiria que os ventos passassem a espalhar as areias em sua direção (FERREIRA, 2002). Esse processo durou cerca de 30 anos de contínua luta da população contra a areia “invasora” (acabando por volta de 1970²), que por fim foi “vencedora” obrigando a mudança da vila para o outro lado do rio Itaúnas, a salvo das dunas expansivas (WÜST, 2002). Por essa época começa a ocorrer outro processo determinante na dinâmica local: a entrada dos produtores de celulose no estado, que se apossam de muitas das propriedades rurais da região³, desestruturando parte das práticas de comunidades tradicionais ali existentes (FERREIRA, 2002) e diminuindo significativamente seus territórios aproximando-os do núcleo da Vila. A instalação da Aracruz Celulose S. A. no estado do Espírito Santo, esteve inserida nos grandes projetos industriais, acompanhando também as movimentações em escala internacional, que resultou na “redefinição geográfica” deste

² A datação exata é de difícil acesso, por hora se utiliza a fonte usada para outros trabalhos na região, a memória da população relatada por Wüst (2002).

³ O Governo do Estado e os meios de comunicação da época consideraram as terras no norte capixaba como desabitadas e com “claras oportunidades materiais não aproveitadas” (PLANO, 1968, p. 12), desconsiderando, assim, a ocupação tradicional pelos grupos locais: camponeses, quilombolas e indígenas que, em sua maioria, não possuíam título de posse, muito menos de propriedade (Lobino, 2008, p1).

setor industrial para os países situados abaixo da linha do Equador (DALCOMUNI, 1990). Como salienta Lobino (2008):

Além da busca por maiores espaços de terra, devido o aumento da demanda do produto em nível mundial, as pressões populares contra os impactos ambiental deste tipo de indústria nos países europeus pressionaram tal redefinição geográfica. Existe, ainda, o fator das articulações política locais, representado pela Findes – Federação das Indústrias do Espírito Santo – aliada aos grupos empresarias internacionais e as obras de infra-estrutura realizadas pelo Governo Federal. Podemos destacar como grande facilitadores públicos do avanço da indústria da celulose o I PNPC – Plano Nacional de Papel e Celulose, inserido no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, durante o período militar (p1).

Temos aqui então dois processos migratórios distintos. Um deles se refere à mudança da população da Itaúnas antiga para a nova vila devido ao avanço das dunas durante as décadas de 1930-70; o outro da população dos territórios ao norte para territórios mais próximos do núcleo da Nova Itaúnas devido à pressão política e econômica exercida pelas indústrias de celulose a partir da década de 70 (BARCELLOS, 2010).

A nova vila de Itaúnas foi construída com ajuda do poder público municipal, que comprou o terreno do outro lado do rio Itaúnas para que lá a população se instalasse. Os lotes eram doados sob títulos de aforamento e os moradores reconstruíam suas moradias, muitos utilizando material da demolição das antigas casas (CAVALCANTI, 2008). A nova vila, construída sobre um pasto, em conjunto com as dunas, o rio e o mar se constituiu numa bela paisagem (Figuras 4 e 5). Essa beleza, que já havia sido divulgada em revistas de circulação nacional que abordavam o processo de deslocamento das dunas (WÜST, 2002), virou um atrativo turístico forte; sobretudo para aquelas correntes do turismo voltadas à ecologia, além de atrair pesquisadores interessados no potencial científico da região.

Em 1984 a Prefeitura Municipal de Conceição da Barra (PMCB) encaminhou um pedido de tombamento ao Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo (CEC), que se concretizou dois anos depois, em 1986. A ação teve desdobramentos na criação do Parque Estadual de Itaúnas (PEI) em 1991, o que acarretou sérias consequências na dinâmica desse território. Existem na área do parque bens tombados em nível estadual devido as suas características ambientais e culturais, práticas tradicionais de determinados

grupos inventariadas em nível federal e sítios arqueológicos de cinco períodos distintos; sendo um deles a antiga vila, agora um sítio arqueológico quase totalmente encoberto pelas dunas.



Figura 4: Vista aérea da atual Vila de Itaúnas. Fonte: conceicaodabarra.es.gov.br (consultado em 19/07/11)

Além dos atrativos naturais, a nova vila tornou-se reconhecida também pelo seus festivais de forró que atraem um grande fluxo de turistas. Essa nova vocação turística é refletida no aumento do número de pousadas (de 5 para 50 no período 1986-2001), estabelecimentos comerciais (de 20 para 71 no mesmo período) (WÜST, 2002), e em uma nova dinâmica no que se refere ao uso do solo no perímetro urbano (MARTINS e MOLINA, 2008).



Figura 5: Vista aérea das Dunas que encobrem a Itaúnas antiga, e seu atual uso turístico. Fonte: conceicaodabarra.es.gov.br (consultado em 19/07/11).

Os conflitos que serão analisados em Itaúnas se dão na relação entre a população, os órgãos de preservação, o turismo e as indústrias da celulose, e mobilizam discursos e forças políticas em prol de determinados projetos sobre esse território. O discurso científico e seus agentes tem significativa influência nesse contexto, tendo em vista sua força hegemônica enquanto portador do “conhecimento” e da “razão”, Bourdieu (2010) salienta que “a região é o que está em jogo como objecto de lutas entre os cientistas (p108)” e ainda que:

[...] essa luta pela autoridade científica é menos autônoma do que querem crer os que se acham nela envolvidos e verificar-se-ia facilmente que as grandes etapas da concorrência entre as disciplinas a respeito da noção correspondem, através de diferentes mediações – entre as quais os contratos de pesquisa não são das menos importantes – a momentos da política governamental em matéria de ordenamento de território [...]

Uma das tensões mais marcantes entre esses discursos é a oposição no âmbito das políticas do meio-ambiente entre um discurso preservacionista, que entende como primordial a separação das populações de áreas protegidas e outro conservacionista, que entende como conciliável a presença de populações em áreas protegidas. Existe uma

bibliografia razoável sobre a tensão entre áreas protegidas e populações tradicionais, que pode ser utilizada no caso de Itaúnas, tendo em vista a definição destas populações feita por Diégues (2004):

[...] são fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. Elas incluem os “caiçaras” que habitam o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; os “caipiras” dos estados do Sul; os habitantes de rios e várzeas do Norte e Nordeste (os varjeiros); as comunidades pantaneiras e ribeirinhas do Pantanal mato-grossense; os pescadores artesanais, como os jangadeiros do litoral nordestino; as comunidades de pequenos produtores litorâneos açorianos de Santa Catarina etc. São populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Em isolamento geográfico relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIÉGUES, 1996 p142).

Apesar de se instalarem nos interstícios da monocultura, a pressão vai aumentando na medida em que essas monoculturas se expandem, e não bastando isso, essas populações muitas vezes se encontram – a partir do século XX - frente a outro tipo de pressão: a das políticas preservacionistas de cunho ambiental. Esta perspectiva que separa sociedade e natureza (preservacionista) é hegemônica no campo das políticas ambientais, que vem como um todo crescentemente ganhando relevância política desde suas origens no século XIX e que ganha especial impulso após o Relatório Brundtland de 1987 e da ECO-92 no Brasil (GERHARDT, 2008). Em 2000 é instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que cria uma rede nacional articulando os vários tipos de unidades existentes e cria alguns novos. Antes mesmo da criação do SNUC, já haviam iniciativas do gênero no Brasil, e segundo Diégues:

Foi justamente nesses espaços territoriais litorâneos, de mata tropical úmida, habitados por essas populações tradicionais, que se implantaram grande parte das chamadas áreas naturais protegidas, a partir dos anos 30, no Brasil (DIÉGUES, 1996).

Esses princípios diversos em relação a interação humano-natureza se institucionalizam e mobilizam forças políticas e discursos, se articulando em diversos níveis e ganhando formas várias em suas ações, analisarei como se dá a dinâmica dessas concepções na Vila de Itaúnas.

Delimitação da unidade de estudo

A abordagem dessa pesquisa utilizará uma metodologia qualitativa estruturada a partir de uma ampla pesquisa bibliográfica e documental acerca da temática abordada. Dentro das distintas possibilidades qualitativas ela se enquadra em um estudo de caso no qual se almeja compreender a dimensão singular de um fenômeno atentando também para sua dimensão histórica-social pois “estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam”(CIAVATTA, 2001, p123). O debate sobre o conceito de território e territorialidade é significativo para a delimitação da unidade de estudo desse trabalho, a situação analisada compõe-se de diferentes grupos com diferentes relações e perspectivas sobre um espaço, diferentes projetos e, portanto, diferentes territorialidades. Esse conceito que vem sendo bastante difundido, principalmente na ciência geográfica, segundo Martins e Molina (2008) contribui para “um debate mais amplo, no que se refere às novas e cada vez mais complexas problemáticas relacionadas às formas com que a sociedade humana se relaciona, modela e organiza o espaço no qual vive e se reproduz (MARTINS e MOLINA, 2008, p2)”. Esse conceito que, oriundo de diversas tradições e disciplinas⁴, era marcado pela unidimensionalidade das análises feitas, encontra-se em um gradual processo de integração de perspectivas, tornando por vezes o conceito amplo demais, como adverte Haesbaert (2007). O território, segundo Raffestin, (1993) é entendido como um espaço onde se realiza um trabalho na forma de energia ou de informação, manifestando também relações de poder. Assim, ao se apropriar de um espaço, o agente o territorializa. Já para Santos (2002), o território também pode ser entendido como o território de uso, não o território em si. O território é uma espacialidade articulada à identidade, numa referência clara a perspectiva da geografia cultural. Para Faria (2001), a concepção de território está ligada à ideia de domínio ou gestão de uma determinada área. Nesse sentido, podemos assumir que essa apropriação pode se dar tanto por grupos sociais como pelo poder público estatal e pelo poder das grandes empresas capitalistas, todos com seus próprios “modos-de-fazer” políticos e culturais. Neste contexto, o território assume dois sentidos, o controle de fato efetivo legitimado pelo poder, e por outro lado, a dimensão afetiva associada à identidade de grupos sociais.

⁴ Notadamente a geografia, a etologia, a sociologia, a história, a ciência política e a antropologia (HAESBART, 2007).

O uso do conceito de território neste trabalho é relacional, integrado, o que implica uma dimensão cultural (relações simbólicas), uma dimensão econômica (relações produtivas) e uma dimensão política (relações de poder). Essas relações se dão em uma rede mais ampla que se articula em diversos níveis, desde os vilarejos até os gabinetes que elaboram as políticas públicas e é permeado por valores e projetos de sociedade embasados nestes. Nesse sentido:

[...] as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre os homens, sendo esta última, dupla: uma relação entre as sociedades e ao mesmo tempo uma relação no interior de cada sociedade entre os indivíduos e grupos que a compõem (GODELIER in HAESBART, 2007).

Assim, a unidade de estudo são as diferentes territorialidades exercidas nesse território pelos habitantes e pelas agências governamentais. O trabalho pretende analisar os processos relativos às ações preservacionistas para entender como se deu a relação entre o estado e a população na perspectiva dos órgãos que operacionalizaram tais políticas. Além disso, pretende-se fazer uma inserção no campo junto aos grupos, para avaliar a percepção destes em relação a seu território, e como veem as políticas que vem sendo desenvolvidas nesse sentido.

Em função de questões logísticas, não seria possível entrevistar a totalidade dos habitantes das comunidades envolvidas na região de Itaúnas, tampouco entrevistar a totalidade dos técnicos dos órgãos de preservação envolvidos. Optei então por utilizar entrevistas semiestruturadas junto às lideranças que representam as comunidades no conselho consultivo do parque (órgão deliberativo com representação paritária entre governo e sociedade civil que será abordado no capítulo 2) e também junto a um técnico de cada órgão que se relaciona diretamente com esse território (CEC, IEMA-IDAF, RBMA e IPHAN), e que tivesse atuado na aplicação das políticas de preservação estudadas. As comunidades supracitadas são: Riacho Doce, Angelim, Paulo Vinhas, Paulo Jacó, Maria Chuchu, Linharinho, Santana e Vila de Itaúnas, pode se observar a distribuição espacial desses grupos em relação ao Parque Estadual de Itaúnas na Figura 6.

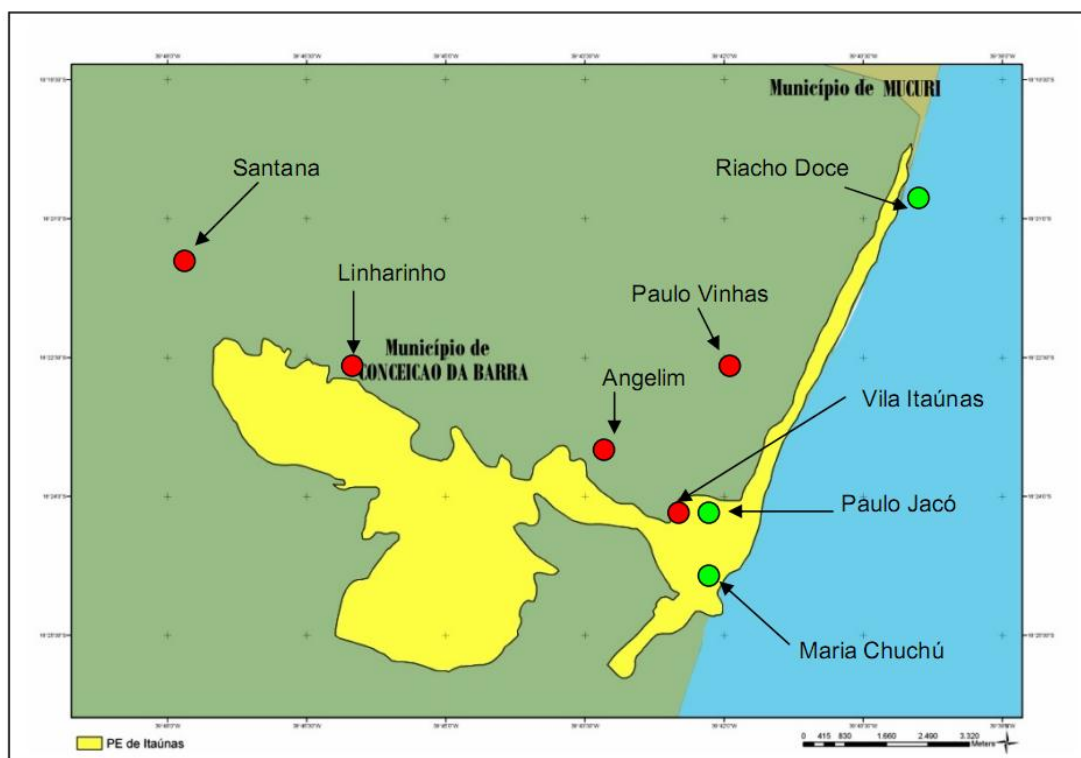


Figura 6: Distribuição das comunidades em relação ao Parque Estadual de Itaúnas. Fonte: Adaptado de Mendez, 2008.

O fato de a pesquisa estar sendo desenvolvida em uma coordenação de pesquisa relacionada diretamente a um órgão público como o IPHAN é uma oportunidade preciosa de se analisar uma política pública “de dentro”, com a contribuição dos técnicos e docentes há muito envolvidos com a temática patrimonial. Possibilitando um debate sobre a relação ciência-política-sociedade, que contribui ao debate da democratização do conhecimento e da sociedade de uma forma mais ampla. Como já foi dito, o projeto da ciência ocidental nasce inserido nos interesses das potências europeias no processo de colonização, perceberemos os ecos dessa dominação epistêmica, cultural e econômica na história política do país.

A administração pública no Brasil é marcada por elevados particularismos que até a chamada “era Vargas” podem mesmo ser considerados antagônicos em relação à ideia atual do que é algo público. Como relata Furtado:

[...] Os pequenos aglomerados urbanos nada mais eram do que prolongamentos das fazendas, das residências secundárias dos senhores de terras e ponto de convergência de algumas atividades terciárias. A arrecadação de impostos, a polícia, a justiça eram exercidas por prepostos dos senhores de terras em nome do governo estadual. Nos períodos de seca, a ação do governo federal exercia-se por intermédio

dos mandantes locais, os quais utilizavam a mão-de-obra paga com dinheiro público para construir barreiros, estradas vicinais e obras similares, fortalecedoras das estruturas existentes. As disputas entre senhores pelo controle das atividades locais de governo constituíam a substância da vida política. O cangaceirismo medrava nas dobras dessas disputas e constituía um abrigo para os que se punham fora da lei. A população trabalhadora, vítima e instrumento desses conflitos, dependia totalmente, para sua segurança, da “proteção” de um senhor. Esse quadro de isolamento reforçava a situação de dependência do trabalhador rural em face do senhor de terra (FURTADO, 1989:22).

Assim que, o estado se misturava visceralmente aos particulares poderosos da ocasião, onde a ideia de direito público era praticamente inexistente. Ao longo do governo Vargas, o estado passa a ter uma feição planificadora, estrutural e racional-burocrática, calcados em um corpo técnico de funcionários. Isso implicou também o estabelecimento de uma série de direitos sociais na área do trabalho, da educação e da saúde (DRAIBE, 1991). Esse processo visava também alimentar o sentimento nacionalista, considerado fraco no Brasil daquela época, e uma das consequências é a própria fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão destinado a legitimar e estruturar tecnicamente a ideia de uma cultura nacional brasileira, “inventando” tradições nos termos propostos por Hobsbawm e Ranger (2002), precursor do atual IPHAN. A perspectiva do desenvolvimento nacional empregada por esse governo era urbano-industrial, entendendo que o caminho tomado pelas nações europeias, chamadas desenvolvidas, também seria o adequado para o Brasil. O modelo hegemônico na história política brasileira desde então é o denominado “de cima pra baixo”, ou seja, um aparato burocrático aplicado através de uma racionalidade técnica que não debate seus projetos junto à sociedade, mas sim os impõe (PESSÔA, 2012), o que se relaciona de maneira direta a discussão dos pontos colocados pela epistemologia crítica, onde ciência e poder se aliam. Historicamente outro modelo vem se desenvolvendo desde a década de cinquenta, pautado na participação social nos processos decisórios, este modelo tem suas origens nas centenas de associações de moradores e de bairros que reivindicavam serviços públicos para as suas comunidades, como água, saneamento, transporte, eletricidade, escolas e postos de saúde (CICONELLO apud GREEN, 2009). Movimentos sociais, ONGs, sindicatos e a Igreja Católica teriam tido importância na construção dessas práticas, influenciando a construção de um campo de ação público-participativa que contribuiu ao estabelecimento dos sindicatos trabalhistas e até mesmo a formação do Partido dos Trabalhadores (CICONELLO, 2008). A pressão

política e social exercida por movimentos como estes teriam sido importantes no contexto político da redemocratização vista nos anos 80. Essa nova conjuntura política deixa forte o modelo participativo possibilitando o incremento de iniciativas mais democráticas no trato da coisa pública. A ideia de que nenhum agente possui conhecimento e capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente cresce na dialética de dois processos: a luta dos movimentos sociais por uma gestão compartilhada do Estado e o ideal político neo-liberal que postulava a diminuição do aparato do estado até o chamado *Estado mínimo*. O contexto político e histórico da gestão pública no Brasil será abordado na medida em que as ações preservacionistas analisadas são políticas públicas que refletem de certa maneira a tendência tecnocrática e excludente no que diz respeito ao lidar com a coisa pública, assim como a tendência participativa que vem sendo desenvolvida desde meados do século XX.

A área abrangida possui tombamentos em nível estadual, bens culturais inventariados em nível federal e conta com trechos de Mata Atlântica, alvo de proteção ambiental. O que requer entender como se dá a interação entre cultura e meio ambiente na ação pública (e os órgãos do governo relativos aos temas), considerando as bases conceituais com as quais os setores técnicos trabalham no âmbito da formulação e aplicação das políticas públicas que trabalham nesse interstício cultura-natureza. Para entendermos mais essa relação cabe analisar brevemente o histórico da Vila de Itaúnas, pois faz parte das preocupações dessa pesquisa discutir a dinâmica político-cultural que perpassa os processos institucionais de atribuição de valor, sobretudo os desdobramentos e conexões entre dois campos específicos: o do patrimônio cultural e natural. Esses dois campos se institucionalizaram de maneira diversa, contudo, sua interação é significativa no que diz respeito às concepções e práticas de preservação, e além disso, significantes também no que diz respeito ao tema da pesquisa presente, como veremos no primeiro capítulo.

Capítulo 1 – Sociedade e natureza nas políticas preservacionistas: as origens da preservação

Patrimônio e preservação são vulgarmente tidos como termos próximos, pois ambos se referem a uma ideia de posse e de proteção para o futuro sobre um recurso, ou bem, que se considere digno de ação preservacionista. Em outras palavras, o que é entendido como a riqueza de determinado grupo, em geral, vai ser aquilo que vai se buscar proteger para a posteridade, nesse sentido amplo, o patrimônio (e a preservação) se revela uma categoria humana (GONÇALVES, 2003) presente nos mais diversos grupos sociais, claro que com diversas particularidades contextuais, locais⁵. A busca pela transmissão de algo considerado importante para a posteridade de um determinado grupo não é exclusividade do mundo ocidental. Mas o termo tem sua própria historicidade, que carrega seus contornos semânticos particulares, é uma palavra de origem latina onde *patrimonium* significava aquilo que pertencia ao *pater*, o pai de família. No contexto romano a ideia de família era um tanto diversa da atual, compreendendo “tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais” (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p10-11), foi um termo que, esteve desta maneira:

[...] intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocráticos. Entre os romanos a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos; logo, não era possuidora de *patrimonium*. O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente a transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p11)

No decorrer do século XX a categoria do patrimônio vai se transformando e sendo progressivamente expandida, através da entrada de novos agentes sociais a questão passa a ser requalificada, fazendo com que a abrangência atual do termo seja grande, podendo englobar bens de distinta natureza. Patrimônio se tornou quase sinônimo para cultura, que pode ser tudo relativo ao humano ou seu olhar; e a preservação se tornou a ampla ação de guardar (que pode ser o simples registro), proteger, acautelar de certa maneira tal bem. Veremos adiante o processo histórico do termo patrimônio no mundo ocidental, que parte de uma noção destacadamente material para uma noção que abrange muitas outras

⁵ Gonçalves aponta até mesmo grupos que destroem o que consideram seu patrimônio, para depois refazê-lo, numa lógica inversa a maioria dos grupos.

possibilidades de atuação. Inclusive a natureza é abarcada sob tal termo, pois, “podemos também afirmar que tudo neste mundo é de alguma maneira um produto cultural. Mesmo o que classificamos como “natureza” também é fruto das nossas percepções, de classificações, de representações, enfim, do nosso prisma cultural” (TEMPASS, 2006). A dicotomia natureza/cultura é uma das bases da sociedade ocidental e de seu conhecimento, isso se reflete na institucionalização diversa dos estudos naturais e culturais no campo acadêmico. A natureza ficou sendo um domínio da biologia e a cultura um domínio das ciências humanas, o que acarreta também num sentido próprio de preservação e conservação para cada uma dessas áreas. A contenda epistemológica é importante para se refletir posteriormente em como as políticas públicas analisadas nesse trabalho são informadas pelos campos do conhecimento acadêmico e como suas fronteiras se estabelecem em um conflito entre as concepções que embasam essas ciências.

Pensando na historicidade recente, dois fenômenos sociais são relevantes para a concepção de patrimônio e preservação contemporânea: a formação dos estados-nação e o advento das sociedades industriais de massa. O projeto de uma sociedade industrial iniciada em meados do século XVIII na Europa se transformou num fenômeno social de abrangência planetária, mesmo com particularidades, a maioria das sociedades modernas se pauta nesse arranjo produtivo. Essa sociedade tem como características marcantes o incentivo à urbanização e a apropriação produtiva da natureza, pautada na ciência matemática cartesiana. Essa ciência que permitiu a construção de poderosos engenhos humanos, também transformou de maneira dramática os modos sociais no planeta, pois realocou a relação humano-natureza em outro patamar. O processo de colonização mundial significou um impacto sem precedentes na pressão sobre os recursos naturais, essa lógica era estendida aos povos “novos”, os subalternos na história do mundo, em África, América e Ásia, os nativos eram entendidos como apenas mais um recurso, desprovidos de alma e dignidade humana⁶. Assim a sociedade europeia, iluminista, racional, científica e já em vias de industrialização exporta seus valores sociais para o mundo todo e se instala nas chamadas colônias para (em ampla maioria das vezes) extração de recursos com vistas a alimentar a crescentemente poderosa indústria europeia.

⁶ Vide os acalorados debates acerca da origem desses povos e sua condição ontológica em Shwarcz (1993).

A geração de recursos e tecnologias através da produção industrial pela burguesia europeia possibilitou o domínio bélico sobre as terras além-mar - agora chamadas de colônias - e hierarquizou severamente as culturas ao redor do mundo, criando uma escala evolutiva cultural, onde o máximo sempre era algo próximo à própria sociedade europeia. As posições nessa escala foram definidas pelo saber científico que, como aponta Santos (2002), em seu processo de estabelecimento como um campo de conhecimento passa a arvorar pra si a pecha de determinar não só o que é cientificamente válido, mas o que é válido enquanto conhecimento mesmo. Construindo uma suposta ciência universal, faziam uma ciência europeia, que vinha somar forças ao processo político de subjugação de povos e territórios ao redor do mundo. A ciência ,portanto, não está desvinculada de uma cultura, que por sua vez também está permeada de relações de poder, e buscar enfrentar essa complexidade é um ganho instrumental que a ciência do século XXI vem buscando afirmar. O epistemícidio (Santos, 2002) promovido pela ciência e seus agentes matava modos de conhecer, modos de investigar, modos de viver.

No bojo da ascensão da sociedade industrial começa a se formar uma consciência de que era necessário proteger certas coisas da criação-destrutiva que estava em marcha. Avaliando a pertinência da sociedade industrial como marco analítico para a preservação cultural, Choay (2001) aponta que:

Os critérios nacionais, mentais ou epistêmicos, técnicos, estéticos ou éticos permitem assinalar os momentos marcantes e os momentos significativos na história do monumento histórico. As divisões cronológicas que eles introduzem tem, no entanto, um alcance meramente relativo e secundário em comparação com o período que o engloba: unidade soberana que se impõem, por seu reconhecimento, coerência e estabilidade, o status adquirido pelo monumento histórico com o advento da era industrial. Esse status pode ser definido por um conjunto de determinações novas e essenciais, relativa a hierarquia dos valores, de que o monumento histórico é investido, suas delimitações, seu estatuto jurídico e seu tratamento técnico (p126).

O porvir destrutivo faz com que a ação de proteção aos semióforos da nação se torne imperativa e na França o número de monumentos tombados⁷ salta de 934 para 3000 em uma década (1840-1849). Nesse mesmo contexto surge o campo de estudos da cultura popular, que segundo Burke (1989) “tentava salvar livros de uma casa em chamas”, já

⁷ O termo exato usado na França é classificar, sendo o patrimônio tombado os “monuments classes”.

que as formas sociais que eram suporte dessa cultura estavam ameaçadas de desaparecimento no contexto de uma sociedade urbana e industrial que nascia.

O Estado-Nação é um fenômeno social que vem consolidar uma concepção da preservação enquanto política pública, já que esta obra política (o Estado-Nação), depois de instituída, precisa consolidar uma identidade, algo de comum a todos os habitantes daquela terra, algo que dê sentido a essa união. O elemento que geralmente é utilizado é o referencial a um passado comum, “o passado do nosso povo”, uma generalização artificial gerada pelos grupos dominantes e utilizada no sentido de garantir a unidade política de um território. Inventam-se tradições que vão construindo assim uma cosmovisão completa, com ligações com o passado e, é claro, a dimensão que realmente interessa a política, projeções para o futuro. A proteção dos referenciais históricos das sociedades foi feita assim, numa reinterpretação desse passado que visava a criar o sentimento de unidade nacional, através da supressão de alguns particularismos e a exaltação de outros.

O mesmo porvir destrutivo que ameaçava as formas sociais antigas, ameaçava também a natureza, ou as “formas ambientais antigas” e no século XIX surge na Europa o discurso ambiental, herdeiro de certas características culturais que diversamente às religiões animistas de povos africanos e americanos, que tem íntima relação com a natureza, basearam-se nas tradições judaico-cristãs que afirmam o direito divino de dominação sobre os animais (DIÉGUES, 1996). Na Grécia antiga, vista como berço do pensamento ocidental, a natureza era percebida como o domínio das forças femininas, selvagens e irracionais, que contrastavam com a cultura racional organizada pela casta masculina. De acordo com Colchester (1997) apud Diegues(2000), não somente essa natureza era uma séria ameaça à cidade-estado, como também o eram seus habitantes, povos bárbaros e primitivos, representando a antítese da civilização grega. No descobrimento das américas, missionários da religião e da cultura europeia, se deparam com grande número de indígenas, seus rituais xamanísticos foram considerados então como bruxarias e adorações ao demônio, necessitando assim de domesticação, escravização e posteriormente, catequização. Como expõem Di Silvestro (1993) apud Diegues (2000), a noção de que a sociedade urbana tinha um “destino manifesto” para domesticar o selvagem tornou-se um fundamental imperativo político. A ideia de uma dominação exercida pelo homem intelectualizado das cidades sobre os habitantes do novo mundo, ou selvagens, seguiu-se enraizada na civilização ocidental, amparada pelo

iluminismo que entendia ser o papel da sociedade civilizada ensinar a todos o mesmo conhecimento, num sentido libertário, ainda que etnocêntrico.

Esse discurso ambiental europeu nasce também muito apoiado pelo romantismo que havia impulsionado de maneira similar o sentimento preservacionista cultural, sempre por um aspecto marcadamente estético e sentimental e posteriormente científico. O debate ganha força em solo estadunidense, e os desdobramentos dessas discussões polarizadas pelos conservacionistas e preservacionistas⁸ estabelece o paradigma da preservação. O marco institucional desse movimento é a experiência dos parques nacionais como Yellowstone, instituído em 1872. Essa experiência é pautada numa concepção particular da relação sociedade-natureza que entendem que a presença humana é degradante para o ambiente sempre, daí o isolamento legal de áreas consideradas importantes, no caso de Yellowstone foram desalojadas populações indígenas como os *crow*, os *blackfeet* e os *shosshone-bannock* (DOS SANTOS, 2009). A biologia e uma filosofia influenciada pelo movimento romântico amparam essas ações, como Franco (2002) ressalta:

[...]a criação de parques nacionais fortalecia as concepções de autores como George Catlin, Henry Thoreau e George Marsh, motivadas por um fascínio pelas novas descobertas da biologia e por uma filosofia inspirada no romantismo. Valorizava-se a natureza a partir de uma noção de pertencimento e também pelo prazer da contemplação estética. Tais concepções foram representadas e defendidas por John Muir e pelo movimento preservacionista(p7).

A exportação desse modelo para o resto do mundo (que será analisada posteriormente) é conflitante no sentido de que é um marco legal que não necessariamente reflete a experiência social desses povos. Tal exportação foi buscada através das conferências mundiais capitaneadas pelos EUA, segundo Franco (2002):

A experiência americana repercutiu internacionalmente. Roosevelt e Pinchot trabalharam na organização de duas conferências internacionais sobre conservação da natureza. A primeira, realizada em 1909, reuniu delegados dos Estados Unidos, México e Canadá. A segunda, que deveria ter o caráter de fórum mundial, seria realizada em 1910, em Haia, mas, foi cancelada por Taft, que sucedeu Roosevelt na presidência

⁸ Franco (2002) assinala que: Na América do Norte, havia um debate entre concepções conservacionistas e preservacionistas. As primeiras se preocupavam sobretudo com a racionalidade na utilização dos recursos naturais, e as outras encontravam-se mais interessadas na fruição estética e na transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem. A exposição do contexto dessa polêmica se faz importante, na medida em que as concepções e práticas representadas por ambos os lados contribuíram com a elaboração de estratégias de cuidado com a natureza no mundo inteiro, inclusive no Brasil (p6).

dos E.U.A. Os parques nacionais, por seu turno, acabaram por se disseminar pelo mundo como modelo de preservação do ambiente natural. O Canadá criou o seu primeiro parque nacional em 1885, a Nova Zelândia em 1894, a África do Sul e a Austrália em 1898. Na América Latina, os primeiros parques surgiram, no México em 1894, na Argentina em 1903, no Chile em 1926, com objetivos semelhantes aos de Yellowstone, ou seja, proteger áreas consideradas “virgens” e de grande beleza cênica para o deleite dos visitantes(p7).

No Brasil, a reflexão ecológica é significativamente ligada à própria experiência da construção da nação, desde a chegada dos europeus que a abundância da natureza dessas terras (e também sua destruição) é elemento central nas construções simbólicas sobre o território. A preocupação com a exploração dessa natureza também é bem antiga, e pensada de distintas maneiras, desde a preocupação econômica até a noção hoje entendida como ecológica. Na colônia já temos esta crítica representada pelos pensadores que elaboram a sensibilidade ecológica já no século XVIII e XIX, refletindo sobre o tema com um prisma distinto do europeu, já que foram as próprias relações de caráter predatório experimentadas nas colônias que trouxeram à tona essa percepção ambiental, como assinala Franco (2003):

[...] a crítica ecológica moderna mostra-se tributária, em boa medida, da compreensão, por parte de cientistas e administradores, de que os processos econômicos adotados pelos colonizadores europeus em regiões como as ilhas Maurício, o Caribe, partes da Índia e da África, como no Brasil, estavam provocando uma degradação ambiental acelerada e evidente. Portanto, a evolução dos questionamentos da consciência ecológica nas regiões periféricas surge, não como um fator exógeno e tardio, mas como fruto de sua inserção no universo da modernidade (p392).

Um exemplo dessa preocupação ainda que sob um olhar utilitário e econômico é a promulgação, em 1605, do Regimento do Pau-Brasil, que, impunha pena de morte a quem cortasse pau-brasil sem expressa licença da autoridade representante da Fazenda nas capitânias. No preâmbulo desse ato, o rei falava em desordem na exploração da espécie, que se estaria tornando escassa, e na relevância de serem estabelecidos mecanismos de controle (ARAÚJO, 2010).

A reflexão no contexto republicano data de princípios do século XX⁹ através das experiências internacionais que já eram conhecidas por aqui, tanto o preservacionismo americano como o conservacionismo alemão tem influência na criação desse campo institucional (da preservação ambiental) em terras brasileiras. Como Franco (2002) aponta:

No Brasil dos anos 1930-1940, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram, portanto, intercambiáveis, ambos apontando, ao mesmo tempo, para as noções de que a natureza deveria ser, enquanto conjunto de recursos econômicos, explorada racionalmente no interesse das gerações futuras, e que enquanto diversidade biológica, objeto de ciência e contemplação estética, deveria ser protegida (p9).

No campo teórico que embasava as ações políticas em meio ambiente, existia uma abertura revelada na Primeira Conferência Brasileira de Proteção a Natureza através da fala de Alberto José Sampaio¹⁰ que cita 51 congressos ocorridos no mundo sobre o tema, sendo compostos de três tipos de evento: congressos especificamente relacionados com a questão da proteção à natureza, congressos científicos, e congressos de silvicultura (FRANCO, 2002). O embate entre as correntes possíveis foi dominado pelo alinhamento ao padrão internacional, proposto pela articulação estadunidense, fortemente influenciada por um paradigma preservacionista que separa a natureza da sociedade, em parques e reservas, no intuito de preservá-la.

A primeira Unidade de Conservação brasileira foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, embasado no código florestal de 1934, criado com o objetivo de “além de suas finalidades de caráter científico...atender às de ordem turística...” (COSTA, 2002, p18). Na constituição de 1937, era colocado (no artigo 134) que:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

⁹ Ainda que já em 1876 o engenheiro André Rebouças tenha proposto a criação de Parques Nacionais nas áreas de Sete Quedas, Ilha do Bananal, e nos rios Tocantins e Araguaia e que já existissem hortos e jardins botânicos criados a partir da migração da família real portuguesa para o Brasil, ainda não se tinha a estrutura estatal que se criaria no contexto do Estado Novo.

¹⁰ Botânico tido como um dos precursores do pensamento ambiental moderno brasileiro.

Percebemos que aí estão tratados conjuntamente os bens de natureza cultural e ambiental, não à toa dentro da seção “Da educação e da cultura”. Algo que deve ser ressaltado no caso brasileiro é que a natureza e também a cultura são apropriados por um projeto de criação de uma tradição nacional, de uma identidade nacional a partir do Estado Novo. Não por coincidência é no governo Vargas onde surgem as primeiras legislações nacionais estruturantes para essas temáticas, o decreto lei nº25/37 no caso da preservação do patrimônio histórico e artístico e o decreto nº23.793/34 no caso da preservação ambiental. Como já foi apontado, a partir do Estado Novo se começa a se construir uma estrutura burocrática estatal mais eficiente e abrangente, nesse sentido, a natureza e a cultura são usadas como “fontes da nacionalidade” por esse governo, ainda que sob um prisma estético e científico marcado por um certo elitismo técnico, onde se considerava o estado o “promotor da civilidade”, concepção que embasa a lógica “de cima pra baixo” no que tange aos mecanismos institucionais-políticos.

No Brasil a atuação do Estado no que diz respeito à ação preservacionista do patrimônio histórico e artístico se inicia na década de 20, num período onde já havia os grandes museus nacionais, mas ainda não havia instrumentos para a proteção de bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis. O que havia até então era uma atuação de denúncia e uma elaboração teórica sobre o tema por parte dos intelectuais ligados ao modernismo. Não era de se estranhar, portanto, que esse grupo fosse chamado para integrar os quadros do nascente SPHAN em 1936, mas outros fatores contribuíram para esse fato, a ascensão de Gustavo Capanema (identificado com vários modernistas) no governo getulista e o desejo de recriar a noção de brasilidade e de Brasil (intenção compartilhada pelos modernistas) por parte do governo teriam sido importantes. Como aponta Chuva (2009):

A produção arquitetônica nos centros de São Paulo e Rio de Janeiro, no decorrer da década de 1920, esteve, tal qual a produção literária, engajada nas temáticas do “redescobrimento do Brasil” e da valorização da tradição. Este engajamento se deu também entre aqueles que propugnavam uma adesão às lutas que vinham sendo travadas na Europa acerca da constituição de uma arquitetura contemporânea, na qual a racionalidade que a vida nos centros urbanos trazia se consagrava como chave de acesso à vida moderna, aliada a uma confiança extrema no progresso técnico, na ciência, na tecnologia e no engenheiro.(p97)

A atuação dos arquitetos no estabelecimento do órgão de preservação do patrimônio nacional convergia de certo modo, para os interesses destes profissionais no

estabelecimento de uma escola própria com os interesses do governo em construir uma tradição nacional original, nesse sentido:

A participação do profissional de arquitetura, ligado à vertente modernista, na formulação das bases discursivas e da prática do novo órgão (Sphan), nas décadas de 1930 e 1940, foi significativa. É preciso lembrar, entretanto, que, nesse momento, esses mesmos arquitetos modernistas que participavam da seleção da arquitetura colonial brasileira como merecedora do título “patrimônio nacional” investiam na nomeação de sua própria arquitetura. A arquitetura que produziam, identificada com aquela, encontrava os meios e recursos políticos para sua auto-consagração, no interior do processo de consagração do patrimônio histórico e artístico nacional. O Sphan passava a ser mercado de trabalho privilegiado para o arquiteto, cuja profissão ganhava autonomia e se estabelecia com independência com relação ao engenheiro, e, também, às belas-artes. Desta forma, parece interessante um breve olhar sobre o processo de introdução da “nova arquitetura” no Brasil, por meio da fala de alguns de seus expoentes, também articulados às redes que conquistaram legitimidade no exercício do poder de definição das práticas de preservação cultural no Brasil. (p97)

Os critérios para a seleção no campo da preservação cultural eram baseados nas categorias da arquitetura e da história da arte, relevando o aspecto estético e histórico. Se pensarmos que a origem desse cabedal conceitual tem um contexto histórico particular (europeu), a exportação desses critérios para outras realidades, acabava construindo uma seleção que privilegiava um modelo cultural, desconsiderando outras formas sociais de construção social do conhecimento. Como salienta Chuva:

A ação de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, selecionando e garantindo a permanência, no tempo e no espaço, de objetos monumentalizados, engendra uma territorialização particular da nação, adequando-se a um projeto próprio do Estado Novo, pela manutenção de espaços – cheios e vazios - , isto é, de uma paisagem arquitetônica. Dessa forma, o SPHAN, ao descrever as “características dessa paisagem, a um só tempo distingue, padroniza, homogeneiza e classifica de forma hierarquizada os significados materializados nos objetos arquitetônicos. Essa territorialização – entendida como circunscrição da ação humana dentro de um determinado espaço cultural, e, sobretudo, geográfico, e de um determinado tempo histórico – buscou demarcar o que foi denominado de “parte construída” do Brasil, significando, possivelmente, uma noção de civilização, na medida em que se valorizou a chamada “arquitetura tradicional”, herdada da vertente europeia da formação social brasileira (2009,p66).

Mesmo valorizando a vertente europeia, a ação sofre resistência por estar aproximada com certa rusticidade da sociedade colonial, na visão de certos setores

conservadores. Isso ressalta a particularidade da modernidade buscada no projeto de patrimônio nacional empreendido pelo SPHAN, um projeto que apesar de alternativo em relação ao modernismo europeu mantinha alguma filiação com a sociedade europeia e suas perspectivas civilizatórias:

A nova arquitetura, na qual fazia sua profissão de fé, deveria manter-se no âmbito das artes, ainda que com a plena valorização da nova técnica – como passado e futuro, máquina e arte não deveriam ser incompatíveis. Ao contrário, aí se localizava a modernidade do novo tempo, revolucionário, desde que se garantindo a permanência de valores universais, como beleza, pureza das formas, simetria – ancestrais da arte universal, desde os antigos gregos, origem por ele [Lucio Costa] insistentemente demarcada. (p99)

A técnica tida como científica e universal ocultava uma abordagem culturalista eurocêntrica, que avaliava o resto do mundo a partir de seus valores, como assinala Chuva:

Para Lucio Costa, portanto, parece haver um passado “inválido” – isto é, sem valor. O modernismo na arquitetura pretendeu a fundação de um novo tempo, que determinaria uma linha de continuidade entre o porvir e aquilo considerado “nosso passado válido”, em que valores e leis universais, como verdade, pureza, autenticidade e beleza, deveriam prevalecer (p100).

Ocorre um movimento similar no que tange a preservação ambiental, sendo relevado a princípio os critérios estéticos, paisagísticos e científicos, supostamente universais. De acordo com o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (IBDF, 1982) “no Brasil, a criação de parques nacionais até a década de 1960 era justificada principalmente por causa das belezas cênicas, evidentes em algumas áreas. A proteção de ecossistemas era definida do ponto de vista metodológico, de modo ainda precário”.

Esse modo de lidar com a construção das políticas relegava sistematicamente a participação social e conseqüentemente outras lógicas possíveis na relação com a natureza e a cultura, impondo um tipo de relação específico baseado numa concepção de sociedade (e de mundo) que não era, por exemplo, a de muitos grupos tradicionais, com suas próprias características culturais baseadas em vários interstícios da sociedade colonial. Para as comunidades tradicionais a relevância da natureza como patrimônio é diferente, a pujança vivida em termos de biodiversidade não permite pensar nesta

natureza como um recurso escasso, por estarem tão conectados simbolicamente aos ciclos naturais estes são mais que bens, são coisas sagradas, referentes à origem e ordenação do mundo, não sendo passíveis de apropriação (GERMAN-CASTELLI & WILKINSON, 2002). O sentido do termo “preservação” para as áreas da cultura e do meio ambiente - embasadas na ciência ocidental - começa sendo tratado de uma forma que, impulsionado em parte por ameaças de destruição urgente, cria uma noção de isolamento total do bem (seja ambiental ou cultural) para se evitar sua degradação¹¹. Podemos perceber isso tanto no rigor restritivo da lei de tombamento de trinta e sete quanto na ideia dos parques nacionais do código florestal de 34, influenciada pelo preservacionismo estadunidense, também rigorosa e inflexível em relação a presença humana em virtude de alguma “interferência indesejada” naquele determinado ambiente.

No decorrer do século XX e na transição deste para o XXI teremos mudanças significativas nas sociedades ao redor do mundo, o que influirá também nas concepções acerca da preservação ambiental e cultural, abrangendo uma gama maior de objetos, incluindo gradativamente novas possibilidades de atuação, até mesmo no que diz respeito à concepção de natureza e sociedade, trazendo a diversidade como imperativo político e valor cultural. Vejamos um pouco dessas transformações no próximo segmento.

1.1-A diversidade e a democracia no centro da questão

As relações internacionais chegam a um ponto limite de tensão após duas guerras mundiais e a partir de então estabelece-se um local de discussão comum entre as nações, visando o fim do conflito armado. Assim, em 1945 estabelece-se a Organização das Nações Unidas (ONU) um conselho global para a discussão de temas comuns, tendo a UNESCO como responsável pelos temas da Educação, Ciência e Cultura. O contexto do pós guerra põem em xeque os conceitos racistas e nacionalistas, o horror do holocausto, um genocídio movido por discursos étnicos, faz com que a noção de diversidade ganhe força. No mesmo contexto, os movimentos sociais trazem novos agentes políticos para a

¹¹ O que não deixa de ser uma lógica pertinente a sociedade industrial moderna que se apropria de maneira predatória dos recursos naturais. Outros grupos sociais, contudo, estabelecem outros tipos de relação com seus recursos naturais e com seus referenciais culturais, não sendo necessário isolar esses locais da presença humana para preservá-los.

sociedade, a militância pelos direitos civis, pelo negro, pelas mulheres ampliam a noção de diversidade também no interior dos estados nação, o que acaba evidenciando seu caráter fictício quando essas múltiplas narrativas sociais passam a vir à tona (FUNARI & PELEGRINI, 2006). A causa ambiental e seu movimento político também ganham força e a noção de patrimônio começa a abarcar mais frequentemente a natureza. Ao fim da década de 1950, passa-se a pensar na ideia de patrimônio nos grupos sociais e locais, e no plano internacional o diálogo cada vez mais constante vai minando gradativamente a noção de estado nação e vai articulando e fortalecendo a ideia de uma agenda global que visava à diversidade ambiental e social como valores regentes. No campo da política acontece a crescente descolonização de países periféricos, a hegemonia da ideia de democracia que advém desse processo se reflete também no campo da ciência, o sujeito cognitivo europeu etnocêntrico vai perdendo espaço na medida em que se proliferam outras narrativas de outros locais sociais, outros povos, outras cores. Além disso, avanços no campo da física, química orgânica e biologia, questionam os próprios paradigmas positivistas, a ciência ocidental enquanto modelo único e “puro” de conhecimento começa a ser relativizada e situada historicamente através de trabalhos na área da história e antropologia da ciência. A noção de diversidade articulada as demandas democráticas exigidas por amplos setores da sociedade, vai tornando o patrimônio e a preservação mais próximos da população, que contribui na gestão de seus espaços (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p25). Para além disso, a diversidade trouxe um questionamento central aos critérios de validação da ação preservacionista, segundo Funari (2006, p27)

[...]já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso e o mais raro. Ao contrário a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode haver o excepcional.

Começa-se a articular cada vez mais frequentemente os debates internacionais e a se formular documentos que tencionam estabelecer, não regras - pois isso cabe ao foro de cada nação - mas princípios teoricamente comuns. No âmbito da preservação temos as chamadas cartas patrimoniais, que orientam as nações nesse sentido genérico e podem, ou não, serem internalizadas pelos países através de legislação própria. A princípio, essas cartas tratavam exclusivamente dos monumentos históricos e dos sítios monumentais (Carta de Veneza, 1964), sendo abordado posteriormente temas como o patrimônio

natural (Convenções para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, 1972¹²), e a diversidade, que aparece de maneira explícita na Recomendação UNESCO da salvaguarda da cultura tradicional (1989) e na Carta de Nara (1994).

Em relação a articulação internacional para o meio ambiente, um de seus marcos mais significativos foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, que resulta na declaração de mesmo nome, que aproxima a natureza e a cultura, apesar de ser um documento genérico sem estipular de maneira clara e objetiva seus postulados. Outro marco é o documento resultante dos estudos da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento convocada pela ONU em 1983, denominada “Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, publicado em 1987, que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável. O surgimento da disciplina da ecologia coloca a biodiversidade como maior riqueza ambiental retirando a exclusividade das paisagens monumentais nas ações de preservação. Por outro lado, como já foi dito, o modelo utilizado para tal proteção foi gestado nos Estados Unidos e a sua exportação para os países tropicais como o Brasil gerou uma série de problemas, como aponta Hacon (2001, p58):

[...]uma das principais críticas recai sobre a falta de dados ecológicos disponíveis para a correta tomada de decisão. Este fato agrava-se ainda mais no caso da transferência para países tropicais de uma ciência baseada em estudos realizados em países temperados, sem um conhecimento do funcionamento específico dos ecossistemas locais e, portanto, do que deveria ser conservado e quais locais deveriam ser alvos desta conservação (FONSECA & AGUIAR, 1995 apud DIEGUES, 2000). Ressalta-se a desqualificação do conhecimento empírico tradicional, classificado como não científico, o que reforça o caráter eurocêntrico desta teoria, na medida em que a mesma baseia os seus conhecimentos na organização social e nos valores culturais próprios à sociedade industrial e pós-industrial capitalista, no seu respectivo padrão de desenvolvimento e no seu sentido utilitarista dado à natureza e aos recursos dela oriundos. Dessa forma, desconsideram-se racionalidades diferenciadas relativas a formas socioculturais específicas de populações culturalmente distintas e seus respectivos modos de conhecer o mundo.

¹² O entendimento do que era o patrimônio cultural era restrito ainda aos “monumentos, os conjuntos e os locais de interesse” e no patrimônio natural “os monumentos naturais, os habitats de espécies ameaçadas e os locais naturais de interesse”. Ambas as categorias eram ainda atreladas ao valor universal excepcional do ponto de vista de alguma área do conhecimento, no âmbito da cultura os conhecimentos relevantes eram a história, a arte e a ciência. Os valores estético, etnológico ou antropológico eram citados na categoria dos locais de interesse; no âmbito do meio ambiente se relevava o valor estético, científico, da conservação e da beleza natural.

No Brasil, a partir desse contexto de valorização da diversidade e da participação promovida por alguns setores do governo e da sociedade civil, acontece a descentralização das ações de preservação, a partir da década de setenta, passam a competência também dos estados e municípios, além da criação de novas Diretorias Regionais do IPHAN. A redemocratização brasileira traz também um ator quase esquecido na chamada “fase heróica” (Fonseca, 2005), o povo; passa-se a contemplar de maneira mais proeminente o patrimônio na sua dimensão “viva” e popular, com seu vasto repertório cultural não-material. Nesse sentido de valorização da diversidade cultural se aumenta a gama de atuação do órgão, contribuição muito promovida pelo Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), preocupado com as atividades da vida cotidiana, num outro nível de concretude, que retoma alguns pontos do ante-projeto de Mário de Andrade, preterido na criação do SPHAN, ainda que a perspectiva deste tivesse contornos próprios e diferenciados, menos ligados a antropologia e a democracia e mais ligados a etnografia e ao folclore. Esse projeto começava a refletir meios de ampliar as categorias tradicionalmente usadas no campo da preservação do patrimônio cultural, que encampava, sobretudo, o patrimônio arquitetônico (material e excepcional) ligado as elites coloniais de ascendência europeia, mas ainda carecia de um efetivo instrumento legal para contemplar essa evolução política e conceitual, o que só seria efetivado na primeira década do século XXI.

No campo do meio ambiente, em 1965 foi criado o Novo Código Florestal (Lei nº 4.771) que estabelece as categorias passíveis de exploração dos recursos naturais (Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais) e as que proibiam qualquer tipo de uso (Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas), incrementado posteriormente pelo Decreto nº84.017¹³ de 1979, pela Lei nº6.902¹⁴ de 1981 e pelo Decreto nº89.336¹⁵ de 1984.

A constituição federal de 1988 veio consagrar e sedimentar as reivindicações de amplos setores da sociedade brasileira, reconhecendo o direito das minorias e transformando tanto a cultura e o meio ambiente em direitos inatos aos cidadãos, critério que passa a interagir com a excepcionalidade, a monumentalidade e o caráter cênico, que eram usualmente utilizados como referencial. Nos Art.215 e 216 dedicados à cultura

¹³ Que regulamenta os Parques Nacionais.

¹⁴ Que cria as Áreas de Proteção Ambiental e as Estações Ecológicas.

¹⁵ Que cria as Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

veremos a importância da democratização da cultura¹⁶ e a diversificação dos segmentos sociais contemplados¹⁷, no campo do patrimônio cultural veremos a inclusão do patrimônio imaterial¹⁸ e da comunidade como participante na política de preservação¹⁹. Assim como em relação à temática ambiental está previsto que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O momento auge desse processo talvez seja a criação de um novo instrumento de preservação cultural, o *registro*, previsto pelo decreto nº3551 de 2000²⁰ que instituiu o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), este instrumento foi criado para que se abarcasse outra categoria de objeto, que não era contemplado pelo instrumento do tombamento, a cultura viva, as manifestações culturais exercidas pelas pessoas: danças, festividades, rituais religiosos e outras possibilidades que se articulem com as noções chave da reflexão feita pelo IPHAN: *diversidade e referência cultural*²¹. A grande transformação que ocorre na criação desse novo instrumento é que o valor do bem cultural em questão não imana de si mesmo, baseado numa escala de valor técnica pautada nas disciplinas da arquitetura e da história da arte; seu valor se dá pautado pelo grupo social que se identifica em tal bem, por ser uma *referência cultural* para tal grupo. Aliado a esse novo conceito, foi construída também uma nova metodologia, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) que pauta sua ação em dois eixos, a pesquisa bibliográfica e histórica sobre um determinado bem e a participação das pessoas relacionadas ao determinado bem na identificação de quais são as referências culturais que ali se apresentam para esse grupo. O PNPI fez dez anos em dois mil e dez estando ainda sob avaliação e reelaboração, num processo ainda aberto.

¹⁶ “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

¹⁷ “§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais”.

¹⁸ “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...”.

¹⁹ “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

²⁰ Que se antecipa ao documento internacional sobre o tema, a Convenção da UNESCO para a salvaguarda do patrimônio imaterial, de 2003.

²¹ Para uma discussão mais aprofundada ver Fonseca (2006) e Leví-Strauss (2006).

No âmbito do meio ambiente, após quase dez anos de tramitação dentro do Congresso Nacional foi aprovado o SNUC que em 2000, normatizou em nível nacional as áreas naturais protegidas. Antes de sua criação existiam diversas categorias de proteção adotadas por municípios, estados e pelo governo federal que não possuíam referencial jurídico comum. Percebe-se que nos objetivos expressos no SNUC aparecem novas questões para além dos critérios cênicos/estéticos, como “a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional” e “promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais” além de “valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica”. Além da diversidade de usos previstos, a preocupação com o modo de construir essa política junto aos habitantes locais é demonstrada na criação do plano de manejo²², dos conselhos consultivos²³ e na própria necessidade da consulta popular no estabelecimento das unidades de conservação²⁴, os critérios da diversidade e da participação social presentes na constituição de oitenta e oito aqui também mostram sua presença.

No próximo capítulo veremos mais detalhadamente quais foram as políticas preservacionistas estabelecidas no território de Itaúnas e como estas foram construídas, levando em conta seu período histórico e os “quadros mentais” referentes, buscando entender a relação dessas ações com a dinâmica das categorias e instrumentos utilizados para a promoção e valorização do patrimônio cultural brasileiro, em especial as suas relações com a área do meio ambiente.

²²“Art. 27.As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo”. “§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”. “§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente”.

²³“Art. 29.Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”.

²⁴Art. 22 “§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento”.

Capítulo 2 – Políticas preservacionistas em Itaúnas

O objetivo desse capítulo é analisar os processos de preservação estabelecidos na região de Itaúnas pela perspectiva dos órgãos, seus agentes e pela população. Essas ações envolvem instituições e agentes que operando categorias científicas selecionam o que deve ser preservado ou não, e em alguns casos, além disso, participam mesmo de projetos mais amplos em relação ao ordenamento e uso de determinado espaço. Esse ordenamento é também um campo de lutas, de diferentes territorialidades, diferentes projetos de vida em relação a um espaço, um meio.

Serão analisados quatro processos relacionados a preservação: o tombamento estadual de 1986, a criação da unidade de conservação integral em 1991, a inclusão desta na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) em 1992 e o INRC realizado em 2007, além disso, serão utilizados trechos de entrevistas realizadas junto aos técnicos dos órgãos de preservação responsáveis pelas ações supracitadas e junto a população local. Essas entrevistas foram realizadas no período entre fevereiro e julho de 2012, em Itaúnas e Vitória, onde se encontram os técnicos dos órgãos de preservação. Foram entrevistados seis representantes de comunidades e quatro técnicos da área da preservação, com formação em arquitetura, biologia e geografia, totalizando seis horas de gravação feitas com gravador de áudio digital no formato Mp3.

Em função de dificuldades logísticas para a operacionalização de uma pesquisa de maior abrangência, foi escolhido entrevistar as lideranças que já representavam as comunidades dentro do conselho consultivo do PEI, entendendo que seria uma boa escolha recolher a posição de lideranças já legitimadas junto aos grupos e que já ocupavam um lugar no espaço de debate entre os grupos e o PEI. No grupo dos técnicos foram escolhidos elementos (um de cada órgão envolvido: CEC, IEMA-IDAF, RBMA e IPHAN) que participaram diretamente do estabelecimento das políticas de preservação, tendo em vista a importância da memória destes em relação a esses processos.

Essas entrevistas semiabertas foram estruturadas em dois blocos de interesse: *relação com o território* e *construção da política pública*; sendo desmembrado cada um deles em perguntas diferentes para cada grupo de interesse. No bloco *relação com o território* foram abordadas junto às lideranças comunitárias questões sobre sua história pessoal e comunitária, infraestrutura local, organização comunitária, relação com outras comunidades e referência local mais significativa. Junto aos técnicos foram abordadas

questões sobre, história pessoal e profissional em relação ao território, grau de conhecimento das comunidades e referência local mais significativa. No bloco *construção da política pública* foram abordadas junto às lideranças comunitárias questões sobre a memória da chegada do PEI na região, grau de conhecimento sobre as políticas de preservação, impressão sobre o funcionamento do conselho consultivo, critério de escolha de representante para o conselho. E junto aos técnicos foram abordadas questões sobre a memória da implantação da política pública, motivações e critérios utilizados na implantação, grau de participação comunitária no processo de implantação, grau de conhecimento sobre outras medidas de preservação.

Chuva (2009) e Fonseca (2005) apontam a consonância dos projetos do estado e do grupo que assumiu a direção da ação preservacionista do SPHAN, e no caso de Itaúnas também pode se verificar a atuação determinante de um grupo ligado a preservação ambiental que atua de dentro do poder estadual em várias instituições governamentais e civis no desencadeamento dos processos de patrimonialização/preservação em Itaúnas, tema que será abordado nesse capítulo.

O intuito de contar as histórias desses processos dessa perspectiva é evidenciar a maneira que as políticas foram construídas, os seus critérios, a sua aplicação. Além disso podemos perceber o papel do discurso científico em seus diferentes campos (e suas interações), e como suas categorias são operacionalizadas pelos agentes públicos. Em outro sentido é interessante analisar em que medida as ações supracitadas se relacionam com a história do campo do patrimônio.

2.1 Tombamento das Dunas de Itaúnas

Órgão: CEC

Origem da Demanda: PMCB

Ano:1986

Tipo de Proteção: Tombamento Estadual

Leis referentes: Lei Estadual nº2947/74

Motivação: Urgência/Relevância Ambiental e Cultural

Campo científico competente: Biologia, Sociologia

No dia 12 de abril de 1984 é aberto o processo CEC nº18/84 referente ao pedido de tombamento das Dunas de Itaúnas, que tem como solicitantes o Departamento Estadual de Cultura (através de sua divisão de Patrimônio Histórico Cultural) e a Prefeitura de Conceição da Barra (através de seu Departamento de Turismo). O sucinto documento de uma única página defende a iniciativa “em prol da preservação das Dunas

de Itaúnas, para que o processo de desenvolvimento turístico daquela região se faça “de forma ordenada e não predatória” (Processo 18/84, p1). Encaminhado para a câmara de artes, o processo retorna com o parecer do conselheiro dizendo que a região é um nicho ecológico extremamente delicado e inter-relacionado, sendo por isso de difícil delimitação a área a ser tombada, recomenda também que se realize um estudo por parte do Dr. Celso Perota. A Associação Capixaba de Proteção do Meio Ambiente (ACAPEMA) encaminha em 28 de fevereiro do ano seguinte uma recomendação de ampliação da área a ser tombada, além de encaminhar uma série de informações que consistem numa espécie de pré-estudo de tombamento. Esse estudo ressalta algumas características ambientais e culturais que justificam a delimitação proposta:

- A restinga e sua vegetação característica, fundamentais na contenção do avanço das dunas, além de possuírem características sui generis em termos de flora e fauna, ainda pouco estudadas.
- A região alagadiça, por ser um ecossistema de características ímpares no estado e contribuir como um fator regulador dos impactos das periódicas cheias.
- A presença de espécies ameaçadas de extinção
- A Vila de Itaúnas, por preservar através da memória de seu povo e suas festas, tradições e valores culturalmente ricos.

Argumenta ainda que a área de tombamento tem de ser ampliada em virtude da inter-relação entre a vila, os ecossistemas e a duna:

O tombamento das dunas isoladamente, não atende conseqüentemente o interesse de se manter o equilíbrio e a harmonia ali observados, bem como a descaracterização de qualquer um dos demais elementos a ela ligados, quer seja parcialmente ou, na sua totalidade, trará uma repercussão de forma quase sempre negativa ao desenvolvimento de qualquer atividade seja ela conservacionista, cultural, histórica ou turística (p6).

No parágrafo seguinte a ACAPEMA adianta que tipo de projeto eles propõem:

Tendo em vista a situação e objetivando propor ao governo do Estado uma sugestão, no sentido da conservação de todos esses valores anteriormente citados, a ACAPEMA, entidade voltada precipuamente para preservação das questões Ambientais, está articulando a formação

de uma comissão, composta por elementos de várias instituições, a qual analisará os elementos já levantados nas áreas através dos técnicos do ITC-SEAG, do DDA-SESA, e do DEC, visando fundamentar, a proposta de criação de um Parque Estadual, na região que a princípio teria seus limites aqui apresentados, (conforme croqui em anexo) concorrendo no somatório de ações destinadas a preservação da fauna, da flora e dos acervos naturais, paisagísticos históricos e culturais da região (p7).

Na apresentação do projeto da ACAPEMA na reunião plenária do CEC a proposta de se fazer um parque na região de Itaúnas é aprovada por unanimidade e é agendada uma visita à região para “vistoriar, estudar e demarcar a área a ser tombada”, essa visita seria realizada por uma comissão formada por CEC, o ITC, juntamente com biólogos e técnicos²⁵.

O termo de referência preparado pela ACAPEMA expõe de maneira geral o “descaso que vem ocorrendo de modo geral, tanto por parte do poder público como pela própria ação predatória do homem em relação ao meio ambiente, vem provocando a deterioração de condição de vida humana, como da própria natureza (p18)”. Ressaltando em seguida as características ecológicas da região “ímpares”, e as “tradições e ricos valores culturais através, principalmente, de seus festejos, artesanatos, danças e de sua pesca artesanal”. Ressalta ainda o “valor e o potencial turístico da área” evidenciados pelo crescente turismo e a atenção dada pela mídia a situação da tragédia ambiental ocorrida no soterramento da velha Itaúnas pelas dunas. Por fim elenca os objetivos práticos para que “tal medida não signifique apenas restrição de uso da área, mas sim, utilização racional da mesma é que se propõem o desenvolvimento de um projeto objetivando a criação do Parque Estadual de Itaúnas” (p19). Os objetivos citados eram:

- Preservação de riqueza natural da região de Itaúnas através da criação de um Parque Estadual.
- Tombamento da região de Itaúnas pelo reconhecimento de seu valor histórico, cultural e ambiental.
- Promoção da utilização racional dos recursos naturais de Itaúnas.
- Fortalecimento da identidade cultural da vila de Itaúnas
- Envolvimento e participação efetiva da população na elaboração e execução do presente projeto.

²⁵ Não se especifica que tipo de técnicos seriam esses.

Esmiuça em seguida esses objetivos em três eixos, **A-Tombamento da região de Itaúnas**, **B – Elaboração do projeto de implantação do Parque Estadual de Itaúnas** e **C – Desenvolvimento de Projetos específicos para utilização racional da área, com envolvimento da comunidade local**, como veremos:

A. Tombamento da região de Itaúnas

- a.1. Identificação e delimitação da área a ser tombada, de acordo com a proposta encaminhada ao Conselho Estadual de Cultura.
- a.2. Análise e formulação de instrumentos jurídicos para viabilização do tombamento da região.

B. Elaboração do projeto de implantação do Parque Estadual de Itaúnas

- b.1. Estudos Básicos para a implantação do Parque Estadual de Itaúnas
 - Caracterização da flora e fauna locais
 - Delimitação das áreas possíveis de serem utilizadas como de lazer, reserva, pesquisa e cultivo
- b.2. Elaboração do Projeto Executivo

C. Desenvolvimento de projetos específicos para utilização racional da área, com envolvimento da comunidade local

- c.1. Projeto de educação ambiental, formal e não-formal, envolvendo os recursos e a comunidade local.
- c.2. Projeto de levantamento e fortalecimento dos valores culturais da região.
- c.3. Projeto de arborização da vila com espécies nativas.
- c.4. Projetos de aquacultura visando a reposição do estoque natural das espécies em extinção.
- c.5. Projeto alternativo de exploração racional dos recursos naturais regionais.
- c.6. Projeto de saúde visando a implantação de programas preventivos na região.

Podemos perceber que os eixos de ação são voltados a equalização dos interesses ambientais, culturais e econômicos/sociais dos habitantes locais, o que demonstra uma concepção da relação natureza/cultura como convergente e não isolada, além de uma preocupação em relação a participação na implementação da política. O caráter de

integração também ocorre no nível institucional, aspecto exposto na proposição de que essas atividades poderão ser “desenvolvidas em seu conjunto, garantindo a otimização e interdependência entre as mesmas, com a participação de entidades e órgãos municipais e estaduais que atuam na área de referência: ITC, EMATER, SEAG, CEC, DEC, SEDU, IJSN, DAA, SESA, FCAA, PMCB, ACAPEMA e IBDF” e ressalta “a importância do desenvolvimento do projeto com a participação efetiva da PMCB e da população da vila, como forma de se garantir o alcance dos objetivos propostos”.

O CEC pede então ao ITC uma série de esclarecimentos quanto à pertinência legal das medidas propostas (tombamento e parque estadual) ao qual é respondido da seguinte maneira:

- a) Em princípio, qualquer área pode ser transformada em Parque Estadual, desde que possua características naturais que mereçam ser preservadas e que no seu todo seja atrativa ao turismo oferecendo ao visitante lazer e educação.
- b) Entendemos que dentre os fatores colocados para justificar o tombamento da área como patrimônio estadual, destaca-se o aspecto paisagístico das dunas que comprovadamente exercem papel importante na atração de turistas. Quanto a importância científica da área, não dispomos de dados suficientes para uma análise mais criteriosa.

Percebemos nesse trecho o tipo de projeto que começava a se articular em relação ao ordenamento desse território, o tripé turismo – meio ambiente – cultura pelo viés paisagístico, estético e até mercadológico, onde a figura do turista é contemplada de maneira proeminente em relação à população. Apesar da análise do ITC alertar que a Vila de Itaúnas não deveria estar circunscrita na área do parque “face a sua dinâmica própria”. Essa delimitação por um lado busca escapar aos limites impostos pelo tombamento, por outro lado não releva a cultura local, sobretudo a dos grupos que habitavam a região, porém fora do núcleo da vila de Itaúnas, e além disso, permitiu que o projeto turístico se instalasse de maneira dominante naquele território, tendo sido o núcleo central da vila fartamente ocupado por pousadas e outros empreendimentos relativos a atividade turística, como restaurantes, bares e lojas de venda de souvenirs, fazendo com que os habitantes fossem ocupar as margens da vila, ou mesmo fossem para outros municípios.

Pode-se notar nesse trecho um dos aspectos das territorialidades em disputa, o ordenamento do uso do espaço legitimado por uma política de preservação embasada em categorias científicas e motivada por um caráter de urgência que se articula com outros setores no sentido de promover um determinado projeto de desenvolvimento na região, um determinado uso, novas territorialidades se estabelecendo e de certa maneira suprimindo e/ou alterando antigas territorialidades.

O parecer feito por Hermógenes Lima Fonseca, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, e da Comissão Espírito-santense de Folclore e oriundo de Conceição da Barra, é emblemático na denúncia da situação dos habitantes locais face à chegada dos novos empreendimentos do petróleo e da celulose e a violência perpetrada por esses. Mostra-se preocupado com a cultura local, com a interação dos homens com aquele bioma, fazendo um contraponto ao projeto turístico e paisagístico, relevando o habitante local e sua cultura:

Senhor conselheiro.

Lamentavelmente quando se cogita da elaboração de projetos em tais áreas, esquece-se do homem, do elemento humano, da vida humana, dos seus hábitos, costumes e, sobretudo, da cultura de que é portador, do que vive e como viveu, o que fez e o que faz esse homem no seu habitat, que na maioria das vezes não é ouvido nem cheirado.

No presente caso, sem que possam me considerar petulante, vaidoso ou outra coisa qualquer, há de convir que há dentro de mim algo que justifique tudo isso nesse introito de minha modesta opinião.

Nasci nessa região, nas margens desse rio, no sítio José Alves, nas Perobas, ouvindo o barulho constante das ondas do mar do outro lado do rio. Aprendi a conhecer os pássaros e distinguir os seus cantares, os seus gorjeios. Os animais silvestres, os peixes, as árvores frondosas, os arbustos e as relvas rastejantes eram-me familiares. No rio, as plantas aquáticas – aninhas, golfos ou nenúfares, as tiriricas, as flores brancas e lilazes colorindo o verde das margens; o negro escuro dos mangues; os goroças na praia; os aratus, os goiamuns, as tariobas, as moreias, os siri-açus, os caranguejos no bater de trevas na quarta feira santa e a festa nupcial deles nas três primeiras luas do início do ano. Os gagirus nas praias com seus frutos vermelhos e as suas folhas que abaixam a taxa de insulina dos diabéticos; os ouricuris de que se fazem chapéus de palha, as tábuas para esteiras, os murtinhos, os cajueiros, as pitangas, as cambucás, os perinheiros, os araças, o guriri com seus cachos de coquinhos pendurados nas hastes saborosos de que se fazem refrescos e batidas; mangabas, muricis e por ai afora. Tudo isso para o homem saborear no ambiente em que vive a sua vida despreocupada e feliz.

Que está acontecendo?

Os “acalipes” tombaram tudo a floresta e a fauna, isto é, toda espécie de bichos e passáros procuraram abrigo no pantanal do rio de “pedras negras” ou Itaúnas, como último reduto, como está na toada de Pedro de Aurora – A Onça da reserva.

Que diz o povo nos seus cantares do Reis-de-boi?

O povo vai morrer de fome
Ou comer erva daninha

Ou esse outro

O acalipe por cima da terra
E o petróleo por baixo do chão
Acabaram com nossa lavoura
Destruíram nossa produção

Ou ainda:

Quando o acalipe acaba
Vai nasce cana que nem sapé
Motorista que bebe cachaça
Deixa o álcool pro carro beber

Dois termos de Ticumbi, o de Antero e o do Bongado, além do de Conceição da Barra do mestre Terto. Quantos Reis-de-boi?

É só procurar saber.

Vejamos o parecer de Celso Perota, o fuçador de fosseis na pré-história da região.

Qual o juízo que farão os nossos pósteros sobre o nosso atual comportamento? Uns idiotas, uns bestas, cúmplices de toda essa ganancia de destruição para satisfazer a gulodice das multi-nacionais camufladas com nomes nacionais e testas de ferro de vendilhões da Patria. De braços cruzados devemos a tudo assistir? Como um ônus do desenvolvimento econômico?

Ferve-me por dentro o sangue de índio e negro que corre em minhas veias.

Por este litoral a fora, penetrando pelo extremo sul da Bahia, lotearam na ganância imobiliária como em Trancoso que mudaram os topônimos para nomes franceses de “Village”. Será que não chega?

Historicamente há nessa região muita coisa a estudar, a se registrar e em reportagens publicadas na Revista ES chegou ao conhecimento da UNESCO em sua reunião em Montevideu, interessando por um projeto para estudo dessa região, inclusive quanto as raízes negras que ficaram ali confinadas conservando toda a pureza de sua cultura e de seus costumes que violentamente começaram a ser conspurcadas pela abertura da BR-101.

Ali há marcos históricos das passagens de padre José de Anchieta como a Cacimba do Padre no pontal do Pati, próximo ao Riacho Doce e também em frente a Itaúnas.

Há, pois, um mancancial de coisas que justificam a pretensão do tombamento e é necessário ficar de olho na destruição de tudo isso pelo vinhoto, responsabilizando os autores e técnicos que aprovaram o projeto de destilarias de álcool. Agora, antes que seja tarde demais para esperar-se um milênio para que a natureza se recomponha, enquanto nós deveremos estar nas profundas do inferno em um caldeirão de breu a 10 mil graus de temperatura e lucifer de cem em cem anos dando uma mexida com seu garfo.

Essa é a minha opinião.

23.8.1985

Hermógenes Lima da Fonseca

Em seguida, no parecer do conselheiro Fernando Augusto Barros Bettarello, da comissão de artes e patrimônio, este faz uma ponderação de natureza pragmática em seu parecer numa tentativa de conciliar as posições anteriormente explicitadas no processo, começando seu parecer da seguinte forma:

A realização de qualquer empreendimento decorre do interesse e determinação com que nos lançamos a ele. A implementação de um Parque Estadual em uma área natural não foge a regra dependendo ainda, em grande parte do momento oportuno de comprometê-la à preservação ambiental para impedir que nela se instale um processo inexorável de dilapidação. Num primeiro momento, para conseguir o intuito, devemos deixar de realizar estudos profundos. O que é importa é assegurar a viabilidade da proposição. Esta é a situação da região de Itaúnas, relíquia da natureza que deve ser resguardada, a todo custo da destruição. A consecução deste objetivo depende das medidas que forem tomadas agora.

Pondera que existem dois ângulos, expressos na proposição inicial da PMCB e na complementação realizada pela ACAPEMA, um que diz respeito ao interesse do município em preservar algumas características da região e outro que diz respeito ao entendimento da ACAPEMA em relação ao conceito de meio ambiente que para esta se constitui não somente do meio natural, mas também o meio cultural. Salienta que a segunda proposta (da ACAPEMA) por ser mais ampla, estava a ser estudada com cuidado, tendo sido realizada reunião com “interessados e pessoas que estudam a região” no sentido de se criar subsídios sólidos que pudessem alcançar o consenso sobre a área a ser preservada. Fala da apreensão do CEC em relação a pretensão da Acesita instalar um conjunto habitacional para seus trabalhadores o que poderia descaracterizar o conjunto ambiental/cultural. Por fim recomenda urgentemente o tombamento do sítio arqueológico existente nas dunas e a criação do parque estadual, que deveria ter como objetivos:

- a) A preservação de uma das mais expressivas áreas naturais do Estado, no sentido de conservarem suas características ecológicas, paisagísticas e culturais.
- b) A utilização de um espaço natural para atividade de educação.
- c) O aproveitamento da natureza para atividades de lazer, incluindo a recreação e os esportes ligados ao meio e o turismo.

- d) Propiciar a população local, de maneira controlada, ganhos econômicos, que podem se dar de maneira indireta através do turismo ou de modo direto, pelo aproveitamento racional dos recursos locais, como apicultura, cultivos, etc.
- e) A manutenção da região alagada, que, por suas condições naturais, serve por um lado como elemento de proteção a vila, por se constituir em regulador de clima e em controlador de cheias e por outro serve como manancial de alimentos a população local.
- f) Propiciar a pesquisa científica de um ecossistema em pleno processo de evolução através de estudos biológicos, geológicos, arqueológicos, hidrológicos, humanos, culturais e folclóricos.

No sentido de realizar tais objetivos, o conselheiro indica alguns encaminhamentos, que incluem o tombamento das dunas e dos sítios arqueológicos, a elaboração de um plano diretor para o parque, um curso de educação ambiental montado em parceria com os professores da escola de Itaúnas e confecção de folders informativos para a população.

No processo encontra-se em anexo o projeto de lei para regular o uso, a ocupação do solo, a proteção da paisagem e o incentivo a cultura na vila de Itaúnas, que inclui entre seus objetivos:

- I- Compatibilizar e harmonizar a área urbana com o Parque Ecológico Estadual de Itaúnas, tanto no aspecto paisagístico como de suas funções;
- II- Conter o crescimento da área urbana, face às limitações impostas pelo ambiente natural;
- III- Possibilitar uma estrutura urbana adequada às condições ambientais;
- IV- Evitar a descaracterização da comunidade existente;
- V- Proporcionar as condições básicas para a implantação de equipamentos comunitários e serviços urbanos que confirmem maior autonomia e melhor qualidade de vida à comunidade;
- VI- Estimular, prestigiar e valorizar as tradições culturais do povo nas apresentações de suas brincadeiras, nas datas das festas religiosas, assim como o incentivo ao artesanato local elaborado com os recursos naturais.

Em relação à participação da população no processo, as práticas usuais do estado ainda não contemplavam esse aspecto, apesar de já estar previsto nos documentos oficiais e de estar próximo o período de redemocratização que trouxe a tona essa questão de forma mais proeminente. Esse depoimento de um técnico do CEC aponta nesse sentido que:

[...] não teve nenhuma [participação], deles terem interferido, solicitado, não houve nada. A gente fazia diferente de hoje que a participação é maior...eram umas cem, duzentas pessoas, era uma coisa mais informal (Entrevista realizada em 18/03/12).

Como pudemos perceber, o processo de tombamento das Dunas de Itaúnas é perpassado tanto por argumentos referentes ao meio ambiente (predominantes) quanto à cultura, em sua delimitação, contudo, se deixou de fora a área da Vila, tendo em vista sua dinâmica própria. Essa delimitação propiciou de maneira proeminente a ocupação da Vila por empreendimentos turísticos que configuraram uma nova territorialidade naquele local, num supracitado tripé envolvendo turismo – meio ambiente – patrimônio cultural. Outro dado importante de ser ressaltado é que as outras comunidades presentes na região até então não existem oficialmente, pois a argumentação cultural feita se restringe aos costumes da Vila de Itaúnas.

Apesar de seu caráter inovador, em sua gestão compartilhada, e em sua perspectiva integrada de cultura e meio ambiente, a proposta acabou esbarrando em entraves institucionais e não logrou sucesso, mudando seu curso enviesando-se cada vez mais para a perspectiva hegemônica do preservacionismo ambiental.

Veremos os desdobramentos dessa ação na instituição do Parque Estadual de Itaúnas, veremos também o aprofundamento da perspectiva do campo ambiental no sentido do ordenamento do território.

2.2 Parque Estadual de Itaúnas

Órgão: IEMA

Origem da Demanda: SEAMA

Ano: 1991

Tipo de Proteção: Unidade de Conservação Integral

Leis referentes: Decreto Estadual nº 4.967 – E

Motivação: Urgência/Excepcionalidade Ambiental

Campo científico competente: Biologia

Os primeiros passos para a conservação dos ecossistemas da região de Itaúnas, foram dados por iniciativa do cientista Augusto Ruschi, que propõe em uma das primeiras reuniões do primeiro Conselho Florestal, em abril de 1948, a criação de sete Reservas Florestais sobre as áreas de terras devolutas, dentre estas, figurava a então Reserva Florestal de Riacho Doce, com cerca de 10.000 ha (Decreto nº 55, de 21/09/48).



Figura 7: Acesso ao parque pelo Rio Itaúnas. Fonte: Plano de Manejo (2002).

Baseado largamente no processo já instruído no tombamento das Dunas de Itaúnas, é criado o Parque Estadual de Itaúnas através do decreto estadual nº 4.967 – E promulgado em oito de novembro de 1991 com uma área aproximada de 3.481 ha. Essa criação além de cumprir uma demanda histórica em relação a preservação daquela região veio motivada também pela ameaça representada pela intenção do grupo empresarial CEOLIN de abrir uma estrada paralela à praia de Itaúnas, na faixa de restinga e construir um hotel e um loteamento na área. A iniciativa contava também com o apoio do projeto TAMAR que já realizava atividades na área desde junho daquele ano. Sobre esse período, um dos técnicos do IDAF relata que:

No final de oitenta pra noventa a SEAMA surgiu, começando a tomar conta daquilo que o IDAF não tomava conta que era a

região do litoral, foi então quando foi pensada a criação do Parque de Itaúnas, pela seguinte motivação, a bióloga Penha Padovan começou a trabalhar no Projeto Tamar e ali identificou um local como área de desova de tartarugas marinhas, essa era uma das justificativas, mas a principal era que havia um movimento de empresários visando a instalação de um hotel ao lado das dunas, e como a gente tinha uma relação muito próxima, eu e a Penha, os dois biólogos, ela então veio me procurar no sentido da gente propor a criação do Parque Estadual de Itaúnas. Ela então pela SEAMA, junto comigo pelo IDAF fizemos então a proposição da criação do parque, numa situação que é única em toda a história da criação de unidades de conservação, onde temos dois órgãos gerindo a UC, cada um com uma atribuição. Então a parte de competência fundiária, de fiscalização ficou com o IDAF, e a parte administrativa e de educação ambiental com a SEAMA, então assim, estivemos envolvidos desde o início, medindo os limites do Parque de Itaúnas (Entrevista realizada em 12/04/2012).

O desencadear do processo de proteção da região de Itaúnas está ligado como veremos, a atuação de um grupo de pessoas organizadas em torno da temática ambiental no estado do Espírito Santo, processo acompanhado da criação da SEAMA e reforçado por quadros técnicos de outras instituições, como explicitado nesse outro trecho:

Na década de oitenta, noventa, no estado do Espírito Santo, particularmente em Vitória, a gente poderia contar nos dedos de uma mão, no máximo duas, quais eram as pessoas envolvidas com a questão do meio ambiente. E automaticamente essas dez pessoas se conheciam, era Penha Padovan, Cláudio Ismengi, Edson Valpassos, o falecido Paulo Vinha, Tião Ribeiro, que era uma pessoa importante, mentor desse processo de tombamento provavelmente lá das dunas de Itaúnas, sempre ligado a parte cultural... quem mais? Os professores da UFES, mas como ambientalistas, ou como biólogos ou outras formações que militavam nessa área era uma meia dúzia de pessoas. Então cada um dentro do seu órgão, sua esfera de competência e influencia, se articulava “Ah! Olha! A gente podia já que a gente tá tocando aqui pelo estado você podia ir lá Tiozinho e dar uma força pela secretaria de cultura para pedir um tombamento porque aí reforça a proposta da criação do Parque”. Então havia essa articulação porque era fácil a comunicação, e a ACAPEMA era a única ONG da qual a gente fazia parte e era militante. Se você for pegar o ano de...que eu fui vice presidente da ACAPEMA, onde o Clóvis Mendes, marido da Penha Padovan era o presidente no outro ano um era presidente e o outro vice...quem era o secretário? Tião Ribeiro. Penha Padovan tava na diretoria, então a gente multiplicava, embora poucos, fazia essa articulação nos órgãos voltada a preservação (Entrevista realizada em 12/04/2012).

Esse grupo realizou uma série de proposições a proteção de áreas naturais no estado, articulando-se com relativa frequência com a área do patrimônio cultural através do instrumento do tombamento, como explicitado nesse trecho:

Foi aí que nasceu o processo de bloquear a exploração da Pedra do Elefante, foi tombado. Foi tombado como monumento natural a área do Parque de Jacarenema, foi o instrumento que a gente garantiu que a área não seria destruída, foi o tombamento. O tombamento, ele surge na década de oitenta como um reforço no procedimento do olhar das autoridades, particularmente estaduais, em relação a Mata Atlântica. Porque a gente ainda vivia o final de um processo de desmatamento, no estado, que haviam deixado míseros dez por cento de cobertura vegetal, a gente ainda tinha pessoas que trabalhavam no órgão estadual que simplesmente não tinham do ponto de vista de sua formação ou de orientação do órgão, de que não podia mais desmatar a mata atlântica. Então o tombamento da mata atlântica foi um reforço para isso e teve a contribuição da Heloisa que era uma das pessoas que trabalhavam no Instituto Jones Santos Neves, junto com Sebastião Alves, que também era biólogo e ela se articulava então com o conselho regional da biosfera em São Paulo através da pessoa do Cleiton Lima, e veio a ideia do governo da época de Victor Buaiz, de se tomar a mata atlântica como mais um instrumento pra tentar proteger os remanescentes de mata atlântica, e aí as unidades de conservação eram ilhas que eram cercadas por zonas de amortecimento com graus diferentes de proteção...nunca foi efetivado, ficou uma linda figura no papel, mas nunca ninguém foi punido por ter derrubado mata em área tombada (Entrevista realizada em 12/04/2012).

O uso do tombamento para a proteção da mata atlântica foi recorrente na década de oitenta em São Paulo e Paraná (COSTA, 2002) e como podemos ver também no Espírito Santo. Essa relação também é citada por um técnico do CEC:

Nessa época a gente não tinha secretaria de meio ambiente no estado, então a preservação [ambiental] era do conselho de cultura, tanto que a mata atlântica fomos nós que tombamos. Pedra do Elefante...todos os bens paisagísticos, com alguma relevância natural, tudo passou pela cultura (Entrevista realizada em 18/04/2012).

Essa estratégia visava garantir sua proteção enquanto se elaborava medidas mais específicas de proteção como a criação de unidades de conservação.

O Parque foi inicialmente gerenciado pela bióloga Maria da Penha Padovan e nos anos seguintes à criação da Unidade, alguns convênios e parcerias (tanto com o poder público como com empresas e ONGs) foram firmados visando a implementação da Unidade de Conservação. Em 1992, destaca-se o convênio firmado com a empresa

Aracruz Celulose, no valor quarenta e cinco mil dólares aplicados na aquisição de equipamentos, mobiliário e reforma da sede administrativa, dando condições para o desenvolvimento inicial dos trabalhos da equipe de funcionários contratados pelo Estado. Além deste, foi instituída parceria com a Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, em 1994, para implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos (finalizado em 1995) e novamente em 1997.

Em relação a participação de ONGs, a Fundação Pró-TAMAR e Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas (SAPI) são bastante próximas a gestão do parque. A última foi fundada em 1997 com o objetivo principal de “contribuir para a conservação e preservação do Patrimônio Histórico, Natural, Paisagístico, Científico e Cultural do Parque Estadual de Itaúnas”, buscando a “formação de uma consciência ambientalista, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas na sua área de influência”.

Em relação a situação fundiária do parque, o Decreto nº 4.966-E, publicado em 12 de novembro de 1991, declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras, bem como as benfeitorias nelas existentes, no município de Conceição da Barra, com área de 3.150 ha (três mil, cento e cinquenta hectares). Após aproximadamente vinte anos, os trabalhos ainda não foram concluídos, encontrando-se o processo na fase final, segundo informações obtidas no Departamento de Terras e Cartografia (DTCAR), e pela documentação consultada, a área discriminada é de 3 841,00 ha, que poderão fazer parte do Parque, assim distribuídos: 144,82 ha são de terras devolutas inclusa na área discriminada, sem domínio de posseiros, correspondendo a 4,16%, que poderão ser incorporadas ao Parque; 553,99 ha de terras devolutas, mas com domínio de posseiros, representando 15,92%, que, para incorporar, serão necessárias indenizações das benfeitorias; 438,29ha referentes aos terrenos de marinha e alagadiços e leitos do rio, correspondendo a 12,59% e o restante de 2343,92 ha, terrenos escriturados, representando 67,33%, conforme pode ser observado na Figura 8.

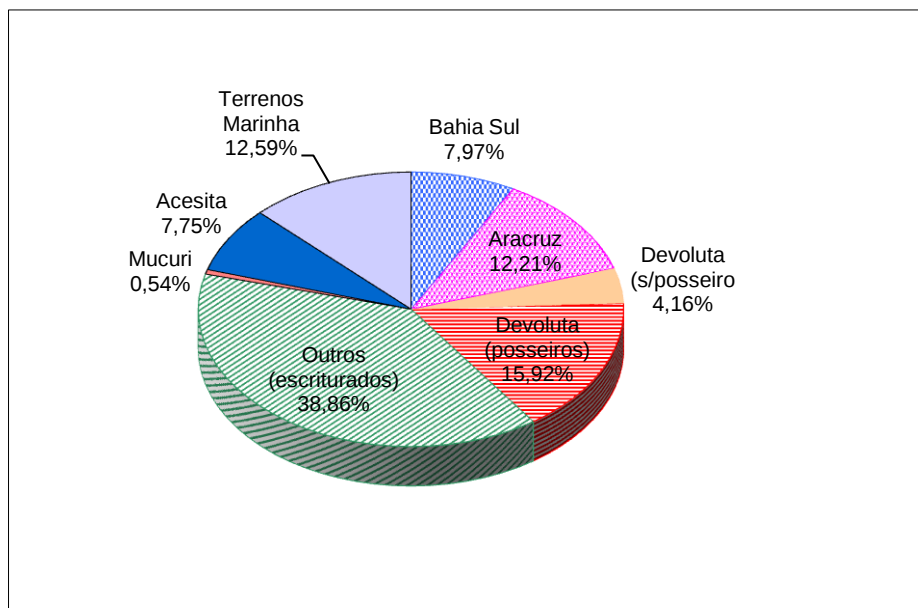


Figura 8: Distribuição das Terras do Parque Estadual de Itaúnas. Fonte: Plano de Manejo (2002).

Sobre a questão fundiária, um técnico do IDAF relata que:

Quando a gente definiu a nível de campo, por onde passava a linha que ia dividir o que era particular do que seja público, a gente tinha duas preocupações, desde aquela época a gente já se preocupava com isso, era evitar conflitos de ordem social. Ou seja, a gente sabia que tinha que desapropriar propriedades particulares. Mas de uma maneira geral a gente evitava conflitos com comunidades, evitar conflito com pequenos sitiantes. O desenho que a gente fazia, a gente busca recortar para que o fundo do quintal das pessoas, deixando a área já urbanizada, fora do limite da área de conservação. Itaúnas, pela sua dimensão, com cerca de três mil hectares naquela época, dificilmente a gente conseguiria um desenho que preservasse a maior parte dos ecossistemas representados como restinga, manguezal, as dunas, o alagado, e que ficasse alguém dentro morando.

[...]Particularmente na região norte, do Riacho Doce, em função da transição de governo, o IDAF pouco a pouco foi saindo do processo de regularização fundiária, de certa forma se despreocupando com a obrigação, já que era a SEAMA que tava administrando, então pra que vou colocar azeitona na empada dos outros né? E aí o IDAF foi de certa forma descuidando, porque a unidade não era administrada por ele, ele tinha outras para se preocupar. Então, deixou meio que de lado, e a situação fundiária foi complicando, as famílias cresceram, na região do Riacho Doce houve uma situação bastante complicada porque em 2003 quando eu assumi a gerência dos recursos naturais no IEMA, eu encontrei lá uma situação muito complexa, porque já havia um compromisso de passar uma linha de energia dentro do parque pra alimentar e garantir energia para as pessoas que moravam em Riacho Doce. Naquela ocasião a gente já tinha mapeado, iam ser beneficiadas dezesseis famílias, em pouco mais de dez anos mais que dobrou o número de famílias, e aí, um fenômeno muito particular, em função da dificuldade das pessoas de não ter escritura, eles vendiam a posse do

terreno. Então eles dobravam a posse deles em três lotes e vendiam pra turistas, pra pessoas de Itaúnas e aquilo foi crescendo e se multiplicando dessa forma. Ficou todo mundo focado nessa história do Riacho Doce e aquilo foi crescendo em importância, Paulinho, que era quem ficava lá na divisa com a Bahia, injetando recursos no sentido de consolidar seu bar e restaurante, valorizando cada vez mais aquele espaço, cresceu então os olhos dos posseiros, que começam a se multiplicar, subdividir. O que aconteceu de forma semelhante com o Paulo Jacó, ali ao lado das dunas de Itaúnas, essa situação passou ao largo dos olhos das autoridades durante anos, permitindo de certa forma, **o controle [grifo meu]** (Entrevista realizada em 12/04/2012).

A situação da administração da reserva por duas instituições, tida como inovadora, mostra aqui sua faceta problemática, onde uma das instituições se afasta do processo em função da área não ser diretamente administrada por ela. A situação fundiária vai se tornando mais complexa na medida em que o estado não indeniza os moradores e esses vão aumentando suas famílias, como relatado no trecho anterior. Outro aspecto interessante do relato é a noção de *controle* do território expresso no final do depoimento, pois no entendimento do técnico ao permitir a habitação, não cumprindo a desapropriação prevista em lei, o estado perde de certa forma o controle sobre o território. Podemos perceber aqui a disputa de territorialidades em Itaúnas, o Estado deseja um “santuário natural” e os habitantes desejam continuar suas vidas estabelecidas naquele território. A representação desse conflito pelo técnico é expresso novamente nesse trecho:

[...] o Estado até agora não efetivamente tomou a iniciativa (no caso o IEMA ou o IDAF) porque a situação do ponto de vista fundiário não me parece ter sido passada ao IEMA.[...]Porque é complicado, quem vai encarar uma situação dessa de bater de frente com toda uma comunidade? Ou seja, a ausência, a incompetência ou inadiplência por parte do Estado enquanto figura jurídica de responsabilidade, não cumpriu o seu papel ao longo dos anos! O que deveria ser feito era pegar um a um e ir indenizando e tirando as pessoas lá de dentro, porque você tira um, tira outro aí eles vão vendo que não adianta ficar esperando aqui que mais cedo ou mais tarde vai acontecer (Entrevista realizada em 12/04/2012).

A expressão utilizada no fim desse trecho (espernear) é significativa em termos das práticas políticas comuns a períodos anteriores a democratização, onde a comunidade local não tinha nenhum tipo de participação ou opinião prevista em lei. Apesar de o parque ter sido implementado em noventa e um (já na democracia) o processo era ainda muito recente e ainda não estava incorporado a prática dos agentes institucionais e tampouco regulamentado, como o próprio técnico indica:

Quando foi estabelecido que ali seria o Parque de Itaúnas, consequentemente foi informado a todos os moradores que eles seriam indenizados, não de forma ostensiva, os topógrafos tinham que ir lá demarcar, identificar e definir o limite de cada uma das posses e isso era materializado na planta feita pelo Estado na década de noventa. Só com a lei do SNUC que foi regulado até mesmo qual o tipo de relação com as pessoas deveria se estabelecer, antes disso não, o Estado queria, pronto acabou. Não tinha essa história de conversar não, era chegar lá e informar. Eu era responsável pelo processo de implantação das unidades de conservação e não tinha nem formação, nem orientação, nem prática nesse sentido. A única coisa que agente fazia era “vamos criar” “delimita” negocia com o proprietário se possível, amigavelmente, “te ofereço tanto” a partir de uma avaliação feita pelos técnicos do IDAF, foi constituída uma comissão de avaliação pra cada parque e ai fazia esse levantamento pra saber um preço médio e oferecer pras pessoas. Se não ia na justiça (Entrevista realizada em 12/04/2012).

A possibilidade da gestão do estado através de uma democracia participativa ainda não contava com muitos instrumentos institucionais ou políticos, fruto também da longa noite da ditadura civil-militar no Brasil. As lentas e graduais mudanças desse modelo aconteceriam (e ainda acontecem) no decorrer dos anos, como veremos mais a frente.

Em relação a memória da população sobre o processo, existem perspectivas positivas e negativas, com uma certa tendência relacionada a idade, os mais jovens geralmente encarando de uma maneira mais natural e positiva a presença do estado na figura do parque que os mais velhos. Esse relato feito por um morador antigo da comunidade de Paulo Jacó mostra o choque inicial com a chegada do ordenamento territorial imposto pelo parque:

Chegaram assim invadindo assim, medindo assim, aqui o estado veio aqui e mediu minha área separada assim. Ai eles mediram tudo de vez assim, teve o neto de felipe que invadiu a área ali né, ai garraram pra lá, ai não deixaram, desmatando né...só que eu tô morando aqui e não tô desmatando né, tô criando minha criação..eu tinha uns coqueiros, tenho minhas casa aqui, tava todos esses anos aqui, não tô dando prejuízo a nada, a governador do estado né, nem pro parque né (Entrevista realizada em 20/02/2012) .

Os mais jovens tendem a ter uma visão de conflito menor em relação a chegada do parque, chegando mesmo a incluir em suas narrativas ações que não aconteceram segundo relatos dos técnicos, como nesse trecho de um morador da comunidade de Angelim:

Eu acho que nem lembro de nada...que foi assim, na época da chegada foi um tumulto danado né, o povo assim, se revoltou, eu não lembro muito não, eu acho que eu tava com 17 anos...não tinha participação né, foi uma luta dana pro povo aceitar, eles chegaram assim, no diálogo, eles não chegaram e implantaram, eles vieram conversar mas ai a rejeição foi maior que a aceitação, mas ele fizeram um espaço de diálogo, de conversação... (Entrevista realizada em 23/02/2012)

Outros jovens já relevam a importância da proteção tendo em vista a ameaça de destruição, e diferente dos mais velhos que veem uma violência nesse ordenamento, encaram que a comunidade é que tinha resistência e não entendia o que estava acontecendo, a seu ver, algo positivo, como nesse depoimento de um morador da Vila de Itaúnas:

O parque quando chegou em Itaúnas foi muito bom, porque senão a gente tinha até perdido uma grande área né? Ali onde é o...a trilha dos pescadores ali hoje, os pessoal do seu X tinha feito um grande hotel ali né? Começaram até a construir...[quando perguntado sobre o papel da comunidade] vinte anos atrás a cabeça da comunidade toda era bem fechadinha né...mas foi muito bom a chegada do parque. [quando perguntado sobre a mudança causada pelo parque] Ah, mudou muita coisa...o parque foi ruim por um lado, mas foi bom por outro. Foi ruim porque não deixou os caçador matar mais as caças, quem gostava...outro grande problema foi quando eles tentaram proibir de pescar no Rio né? Tentou tirar uma coisa que o pessoal já vinha anos né, de costume. A parte boa é que onde tem parque, tem turismo né, turismo é diferenciado (Entrevista realizada em 22/02/2012).

Uma situação em particular permanece com alto grau de animosidade em relação ao ordenamento imposto pelo parque, o da comunidade de Riacho Doce, onde não me permitiram gravar entrevista com o líder comunitário, essa tensão será abordada no tópico referente à caracterização das comunidades.

2.2.1 As novas ferramentas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Com a instituição do SNUC em 2000, surge a necessidade de se estabelecer o plano de manejo e também o conselho consultivo, ferramentas que exigem planejamento lógico/científico e a análise de amplos aspectos na gestão das unidades de conservação (no caso do plano de manejo) e que trazem as representações da sociedade civil para a deliberação e diálogo (no caso do conselho consultivo).

O estudo realizado pelo plano de manejo pôde reunir informações de vários campos científicos que já haviam sido produzidas sobre a região, tanto da parte ambiental quanto cultural, com especial interesse ao IPHAN no que concerne à arqueologia. Nesse sentido, foram realizadas prospecções arqueológicas em três períodos. O primeiro, durante a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, onde foram localizados vinte e três sítios arqueológicos dentro do Parque e nas adjacências imediatas. O segundo, através de levantamentos complementares realizados à convite da administração do Parque Estadual em 2001 e 2002, e finalmente durante a complementação do Plano de Manejo do Parque em 2002. Dos vinte e três sítios arqueológicos localizados na área do parque e de suas imediações, durante a primeira prospecção, oito pertencem ao período histórico e quinze ao período pré-colonial, sendo que um destes evidencia primeiros contatos com a sociedade brasileira, como pode ser visto na tabela 1.

Nº	SIGLA	NOME DO SÍTIO	FILIAÇÃO CULTURAL
01	ES-SM-02	Duna de Itaúnas	Itaipu
02	Ta-01	Praia do Tamandaré	Itaipu
03	Bb-02	Buraco do Bicho 2	Itaipu + Itaúnas intrusiva
04	Bb-04	Buraco do Bicho 4	Itaipu + Itaúnas intrusiva
05	It-01	Itaúnas 1	Itaipu + Itaúnas intrusiva
06	It-04	Itaúnas 4	Itaipu + Itaúnas intrusiva
07	Bb-03	Buraco do Bicho 3	Itaúnas (acampamento)
08	It-03	Itaúnas 3	Itaúnas (habitação)+ Tupig. Intrusivo
09	Ar-01	Arturlino 1	Tupiguarani (habitação)
10	Bb-01	Buraco do Bicho 1	Tupiguarani + Itaúnas (acampamento)
11	It-05 (In-01)	Itaúnas 5 (abaixo da atual Vila Itaúnas)	Tupiguarani (habitação)
12	Rd-01	Riacho Doce 1	Tupiguarani (habitação)
13	Ri-02	Rigone 2	Tupiguarani (habitação)
14	Ri-03	Rigone 3	Tupiguarani (habitação)
15	Ri-04	Rigone 4 (Santa Izabel)	Tupiguarani (habitação)
16	Ad-01	Adelu 1	Histórico: Europeia e Regional
17	An-01	Angelim 1	Histórico: Europeia e Regional
18	Bb-05	Buraco do Bicho 5 - Linha Telegráfica	Histórico: Europeia <u>uma linha</u>
19	It-02	Antiga Vila de Itaúnas	Histórico: Europeia / Regional
20	Mx-01	Maria Xuxu 1	Histórico: Europeia e Regional
21	Ni-01	Nilson 1	Histórico: Europeia e Tupiguarani
22	Pe-01	Peroba 1	Histórico: Europeia e Regional
23	Ri-01	Rigone 1	Histórico: Europeia e Regional

Tabela 1: Sítios Arqueológicos na região de Itaúnas. Fonte: Plano de Manejo (2002).

Os estudos demonstraram a grande relevância dessa região em termos arqueológicos, tendo tido quatro ocupações significativas: a por caçadores/coletores, por horticultores da tradição Aratu, grupos indígenas de contato de tradição Aratu e Tupiguarani e a própria vila de Itaúnas enterrada sobre as dunas já no século XX.

Em relação a participação da população na gestão da unidade, em 2007 se estabelece o conselho consultivo, um ganho instrumental no sentido de criação de um espaço de diálogo e deliberação, tendo como seus objetivos estabelecidos no Regimento Interno:

- I - contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos de criação do Parque Estadual de Itaúnas - PEI;
- II - promover a gestão e o planejamento do PEI, de forma consultiva e propositiva, envolvendo os diversos grupos da sociedade e do poder público;
- III - contribuir para o aprimoramento de uma política pública de conservação da biodiversidade que possa garantir o desenvolvimento da sociedade e a conservação dos recursos naturais;
- IV - contribuir para a gestão participativa na formação de Mosaico com outras unidades de conservação do entorno.
- V – contribuir no desenho de planos de desenvolvimento local e regional.

E tendo como suas atribuições:

- I - acompanhar a implementação e revisão do Plano de Manejo do PEI garantindo seu caráter participativo;
- II - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos atores sociais relacionados com o PEI;
- III - buscar a integração do PEI com as demais unidades de conservação e demais espaços territoriais especialmente protegidos e com seu entorno;

IV - avaliar a Proposta Orçamentária Anual do PEI e o relatório financeiro elaborado pela instituição gestora em relação aos objetivos do Parque;

V - opinar na contratação e na parceria (nos dispositivos do termo de parceria com OSCIP), na hipótese de gestão compartilhada²⁶ do PEI, quando necessário, assim como acompanhar a gestão e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VI - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto no PEI, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;

VII - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior do PEI até efetuar-se a regularização fundiária do Parque;

IX - participar das ações de planejamento do PEI;

X - orientar, acompanhar, propor, encaminhar programas, projetos e atividades relacionadas ao PEI e a seu entorno, de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;

XI - atuar no PEI de forma consultiva propondo critérios técnico-científicos para direcionar ações de proteção integral da biota e de desenvolvimento econômico, social e científico na área de influência do Parque;

XII - contribuir para a divulgação de ações promissoras desenvolvidas no PEI e no seu entorno que possam servir de subsídios para futuras ações de manejo;

Parágrafo único. Em todas as propostas do Conselho Consultivo, deverão ser observadas as normas e leis relacionadas com as unidades de conservação e meio ambiente, inclusive as específicas do Parque Estadual de Itaúnas, como o Plano de Manejo aprovado pela Instrução Normativa 01/2007.

As representações no conselho se estruturam da seguinte maneira segundo o Regimento Interno:

²⁶ A gestão de UC compartilhada com OSCIP é regulamentada pelo Capítulo VI do Decreto N° 4.340 que regulamenta o SNUC.

I – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA/ Chefe²⁷
Parque Estadual de Itaúnas;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

III – Polícia Militar de Conceição da Barra e Polícia Militar Ambiental;

IV – Prefeitura Municipal de Conceição da Barra;

V – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU;

VI – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES – IDAF/ES e Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural do ES – INCAPER/ES;

VII – Projeto Corredores Ecológicos Unidade de Coordenação Estadual - PCE/UCE/IEMA/MMA e Departamento de Edificações Rodovias e Transporte do Estado do Espírito Santo – DERTES;

VIII – Comitê de representação do Setor Comercial/Turístico de Itaúnas;

IX – Comitê dos Moradores de Itaúnas (área urbana);

X – Comitê dos Moradores do Entorno do Parque Estadual de Itaúnas (área rural);

XI – Comitê da População Tradicional;

XII – Comitê de representação das entidades Ambientalistas, Sociais, Culturais, Científicas e Comitê de Bacia Hidrográfica;

XIII – Comitê de representação do setor Privado do entorno

XIV – Comitê das entidades da Sede do Município de Conceição da Barra;

O conselho foi um instrumento institucional visto de maneira positiva por todos os agentes envolvidos, técnicos e representações comunitárias. Como na fala de uma moradora da comunidade de Paulo Vinhas:

É bem discutido os assuntos, eu gosto da maneira, é bem clara as coisas, todo mundo participa...nós fizemos um treinamento na época que a gente começou, um treinamento muito bom, eu gostei...eu sou difícil de gostar de alguma coisa, mas eu gostei da maneira que foi feito o conselho (Entrevista realizada em 22/02/2012).

²⁷ O Artigo 17º do Capítulo V do Decreto Nº 4.340 que regulamenta o SNUC determina que o Conselho Gestor deve ser presidido pelo chefe da unidade de conservação.

A maior circulação de informações e o sentimento de participação maior reduziram significativamente os conflitos anteriormente presentes, como explicitado nessa fala de um morador de Itaúnas:

[...] a reunião sempre é favorável né? Estar discutindo coisas novas pro parque, pra sociedade, mudou muito já...o intuito da pessoa estar com o parque né? A visão né, quando teve o conselho...porque antes do conselho ninguém sabia o que era parque o que era nada né? Todo mundo achava que o parque só sabia proibir...a visão era essa, até eu mesmo tinha do parque, e quando o parque vai formando o conselho, um vai falando pra outro, as pessoas vai participando mais, dando outra visão... (Entrevista realizada em 24/02/2012).

Na perspectiva expressa na fala de um técnico do IEMA, o conselho foi uma evolução na relação com a comunidade:

Evoluímos, evoluímos muito na relação com a comunidade, o conselho foi fundamental...porque o conselho é o elemento que empodera a comunidade, ou diferentes atores de uma determinada região de uma unidade de conservação, de conhecer os fatos como eles são. E em Itaúnas, eu tive durante muito tempo, eu tive oportunidade de outra relação com Itaúnas que foi meu segundo casamento, e nessa ocasião, depois que eu sai dessa situação de administrador do parque, eu passei a ser visto como um nativo, por ter casado e ter tido dois filhos lá, então até hoje eu vou lá e as pessoas me usam como orelhão para comunicar a administração do parque o que eles acham que está errado. E o conselho tem essa função de esclarecer o que é de fato real e o que é fantasia (Entrevista realizada em 12/04/2012).

Apesar de reconhecer o valor da política participativa e democrática, não se pode deixar de notar a perspectiva civilizatória no “esclarecimento” dos habitantes locais, deixando menos relevante o aspecto participativo que isso deveria ter também em termos propositivos. Entender essa relação do conselho consultivo de uma maneira unilinear onde uma parte esclarece a outra a ensina carrega um certo problema para a construção de políticas de fato participativas, que reconheçam no outro um sujeito pensante. Mas é uma perspectiva que se legitima na medida em que vemos que dada a dinâmica própria daquele espaço, do tipo de discussão que ali ocorre, e da apropriação diferenciada dos códigos dominantes (legislações ambientais e do funcionamento do estado de direito em geral) muitas vezes desconhecidas por determinados agentes sociais (como os representantes comunitários) e que acabam por ficar periféricos ao processo.

Essa é uma problemática que vem sendo verificada em diferentes estudos sobre a participação política no Brasil, apesar de possuímos hoje uma gama muito maior de

preceitos legais e instrumentos institucionais que incrementam a participação social na construção das políticas, ainda carecemos de um empoderamento maior da população em relação a esses espaços. Isso é um reflexo daquilo que foi chamado na introdução do papel político da ciência, na medida em que se tomam decisões pautados em critérios técnicos somente, exclui-se grande parte da população de participar do processo, que não carrega unicamente a dimensão técnica, ou ao menos, não somente uma dimensão técnica. No caso de Itaúnas, a ausência da representação direta de instituições culturais (diluída na categoria *Comitê de representação das entidades Ambientistas, Sociais, Culturais, Científicas e Comitê de Bacia Hidrográfica*), que poderiam colocar outros elementos de análise, é um exemplo de como se pode argumentar outras lógicas nesse espaço de deliberação, outras possibilidades, outras territorialidades possíveis de serem estabelecidas. Por ser um bem tombado em nível estadual, com grupos de herança africana reconhecida em sua área de entorno, e ser uma zona núcleo da RBMA (inserida no programa *O homem e a biosfera*), o conselho do parque necessariamente precisaria ter uma representação maior de órgãos que trabalhem com esses bens, que tenham maior expertise nesse campo de ação (do patrimônio cultural e do desenvolvimento sustentável no caso). Para além disso, é necessário pensar em como inserir também outros tipos de discurso nesses debates que não sejam puramente científicos/técnicos/legais. Para isso, acredito que seja necessário um movimento duplo: o do alargamento da pluralidade das categorias técnicas utilizadas (que já vem parcialmente ocorrendo com a inclusão, por exemplo, da imaterialidade e da tradicionalidade) e o auxílio a organização das comunidades, inserindo-as na lógica do estado de direito e lhes expondo as possibilidades de articulação através de sua própria organização comunitária. E mais importante que isso é adequar a perspectiva em relação ao outro, a diferença, a construção dialógica do conhecimento e da política. Pois o entendimento da diversidade e a valorização dessa é aonde está a vacina contra a homogeneização total imposta por determinados projetos globais de organização.

2.3 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Órgão: IBAMA

Origem da Demanda: RBMA/UNESCO

Ano:1992

Tipo de Proteção: Rede de Unidades de Conservação (SNUC)

Motivação: Urgência/Excepcionalidade Ambiental

Campo científico competente: Biologia, Ecologia, Ciências Sociais

Nesse tópico abordarei brevemente a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, uma medida que se articula em nível estadual, regional, nacional e internacional, tendo em vista sua relação com a UNESCO, utilizando alguns dados em um documento de balanço das ações da RBMA (1997). Mas antes de falar propriamente dessa medida, é interessante abordar o histórico da mata atlântica, que também é presente em Itaúnas. É interessante na medida em que esse programa está inserido dentro do programa *O homem e a biosfera* da UNESCO, que trata da valorização e proteção das relações harmoniosas entre o ser humano e seu ambiente, relação que é um ponto de controvérsia entre as perspectivas dos habitantes e dos agentes governamentais em Itaúnas e será abordada no último tópico desse capítulo.



Figura 9: Vista do Rio Itaúnas. Fonte: Aragão, 2012.

A Mata Atlântica era, na ocasião da chegada dos portugueses, a segunda maior floresta tropical da América do Sul. Abrangia em território brasileiro uma área contínua de pouco mais de um milhão de quilômetros quadrados. Desenvolvia-se por toda a costa Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil com uma faixa de largura variável chegando a atravessar as atuais fronteiras da Argentina e do Paraguai (RBMA, 1997, p9). Este bioma abrigou as primeiras iniciativas de colonização europeia no país e dele foi extraído o "pau-brasil", a madeira avermelhada servia para a tintura do mercado renascentista de tecidos. Essa foi a primeira riqueza a ser explorada pelos colonizadores

e, desde então, vários ciclos econômicos se desenvolveram em suas terras, destruindo a mata nativa (cana-de-açúcar, café, entre outros), tamanha pressão produtiva fez com que hoje restasse apenas cerca de 4% de sua área original.

Na ampla região que a mata atlântica ocupava se desenvolveram as principais cidades brasileiras, uma população de mais de 100 milhões de pessoas habitam o solo original da mata. A mata atlântica serve também de suporte e sustento a um grande número de culturas de subsistência, frutos da miscigenação dos povos indígenas, europeus e africanos. São pescadores tradicionais e/ou grupamentos rurais com tradições, modos de apropriação da terra e folclore próprios. Um “verdadeiro laboratório de conhecimento e valores sociais que merecem extremo cuidado e respeito” como ressalta o material oficial da RBMA. Que também sublinha que “Centros turísticos e atividades de produção vem destruindo esses "habitats", expulsando essa população de seus locais de origem, relegando-a a uma vida anônima, e na maioria das vezes indigna, na periferia das cidades”. Alerta ainda que “se o setor de conservação da natureza precisa de muito mais atenção, mais grave ainda é o do desenvolvimento sustentável, bem como o de apoio a essas populações que não tem ainda sequer "status" de problema significativo a ser equacionado e resolvido. Nesse universo as populações costeiras já recebem um apreciável nível de atenções. As rurais muito poucas (RBMA, 1997, p.12)”.

Em 1974 o Instituto Florestal de São Paulo concluiu um estudo sobre os remanescentes florestais desse estado. Esse trabalho mostrava que o que havia restado das florestas da região estava confinado a uma estreita faixa ao longo do litoral. Isto, muito em função da topografia acidentada da Serra do Mar que havia impedido sua ocupação (RBMA, 1997, p13-14). O material da RBMA aponta também outros motivos para o interesse na região da mata atlântica, entre eles a beleza paisagística:

Várias outras razões além da conservação vieram corroborar para a necessidade de proteção desse corredor. Entre elas a obrigatoriedade de manutenção da estabilidade geológica das encostas, e a enorme beleza paisagística desse conjunto aliada às crescentes possibilidades turísticas. (RBMA, 1997, p.14)

Os Estados de São Paulo e Paraná solicitaram então ao Banco Mundial, recursos para viabilizar suas iniciativas e lá estavam sendo iniciadas tratativas para a elaboração de um Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) para o Brasil e a RBMA foi incluída nesse programa, conseguindo o financiamento de cerca de 25 milhões de dólares para os

cinco Estados que iniciaram este trabalho de forma integrada. O compromisso pedido e atendido por esses estados era:

[...] formar um Consórcio para tratar conjuntamente das questões de conservação e de desenvolvimento sustentado da Mata Atlântica. Além disso os envolvidos se comprometeram também a buscar o tombamento dos remanescentes dessa floresta e o seu reconhecimento como uma abrangente Reserva da Biosfera do Sistema MaB-UNESCO (RBMA, 1997, p21).

Em 1990 o Consórcio fez a proposta do reconhecimento de parte dos remanescentes de Mata Atlântica como uma das Reservas da Biosfera do Sistema MaB, que ficou conhecida como Fase I. No ano seguinte foram concluídos os estudos da Fase II que também foi enviada e homologada pela Unesco – Paris (onde estava incluído o Espírito Santo). Pela atuação coordenadora de uma ONG, a Sociedade Nordestina de Ecologia-SNE pressionando desde a sociedade civil, foi possível estabelecer uma fase IV ao processo, que contemplava o nordeste. Hoje são 14 estados que aderiram aos seus princípios de trabalho conjunto.

Depois do reconhecimento da UNESCO, foi criado o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, composto paritariamente por membros governamentais e da sociedade civil. São quatorze representantes dos estados, quatro do governo federal e um da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente. Do lado privado há seis representantes de ONGs ambientalistas, seis de universidades, seis de associação de moradores e um do setor empresarial. Este Conselho se reúne periodicamente e é o responsável pelas principais decisões políticas com respeito à Reserva.

A relação do tombamento com as áreas da mata atlântica supracitado aparece novamente no material oficial da RBMA, que aponta sobre o tombamento:

O tombamento é o reconhecimento do significado cultural e da importância de se proteger este patrimônio da natureza. É medida administrativa que implica no entendimento e cooperação dos proprietários. Ao mesmo tempo ele é conduzido, na maioria dos casos, por conselhos compostos, em grande parte, por respeitáveis professores universitários, alguns deles muito combativos na defesa dos bens de interesse comum. É figura de atuação mais branda que a desapropriação, porém bastante respeitada no Brasil. À época essa iniciativa teve larga repercussão positiva. O vizinho Estado do Paraná resolveu então tomar uma medida idêntica. E também tombou, em

área contígua, sua parte da Serra do Mar, no ano de 1986, em toda a extensão de seu território. Estava aberta a perspectiva para um programa de nível Nacional. Realizou-se por convite do Governador de São Paulo, Franco Montoro, no Palácio dos Bandeirantes, nesse ano, uma reunião dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e de Santa Catarina com essa finalidade (RBMA, 1997, p.20).

A perspectiva da participação da população no processo e da instituição no desenvolvimento desses grupos é bastante presente, como nesse trecho:

Para garantir a proteção e a recuperação do que restou é preciso um pacto com a população que reside junto a esses remanescentes. A única forma possível de alcançar esse acordo é melhorando suas condições de vida. A necessidade imperiosa é a do desenvolvimento sustentável. Para que tudo se torne possível é preciso haver ordenamento territorial e isto só se alcança através do zoneamento. E esse zoneamento em escala macro, seguindo as diretrizes do Sistema MaB-UNESCO, foi realizado por grupos bastante amplos e interdisciplinares que trabalharam em cada uma de nossas regiões (RBMA, 1997, p.20-21).

Veremos essa preocupação com os diferentes grupos sociais expostos na Política Nacional de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, fruto de experiência institucional acumulada pelos órgãos ambientais que é composto pelos seguintes eixos temáticos:

I - Integração de Esforços e Definição de Estratégias

“Definir conjuntamente, no maior consenso possível, quais são as ações prioritárias, quem poderá executá-las e de onde virão os recursos. Para que se alcance um patamar razoável de eficiência nas ações é primordial que se encontre, através do diálogo, um número considerável de metas comuns, com distribuição de tarefas e determinação de prioridades”.

II - Proteção dos Remanescentes de Mata Atlântica

“Definir como implantar de fato as áreas protegidas com solução de seus problemas fundiários, fiscalização, pesquisa, educação, participação, financiamento, etc.

III- Recuperação de Áreas Degradadas

Definição da continuidade do programa já proposto com a indicação das áreas prioritárias em cada estado (Áreas Piloto da Reserva da Biosfera), corredores ecológicos, silvicultura social, parceiras, financiamentos, pesquisa, divulgação e outros”.

IV - Desenvolvimento Sustentável na Área da Mata Atlântica

“Reforço às culturas tradicionais com ampliação do diálogo. Criação de um fundo ou Banco de Desenvolvimento Sustentável. Divulgação das experiências mais bem sucedidas. Desenvolvimento de pesquisas e programas. Para mencionarmos apenas as populações tradicionais que hoje vivem ao longo dos remanescentes da Mata Atlântica pode-se dizer que são dezenas de culturas, cada uma com suas características e suas necessidades próprias. Conhecer seu modo de produção, seu cotidiano, suas formas de atuar, de tomada de decisão e sua relação com a natureza é tarefa, em muitos casos, já iniciada porém ainda não consolidada. Este é também trabalho dinâmico e participativo que requer o entendimento certo, sensibilidade e poder de decisão. As ameaças a essas culturas, por outro lado, são fortes e crescentes. Conceituar corretamente essas questões, treinar equipes, sensibilizar autoridades, desenvolver projetos, realizar seminários, são apenas algumas das necessidades deste setor”.

V - Informação, Divulgação e Educação Ambiental

“Reativação de seminários nacionais sobre temas importantes para a Mata Atlântica, criação de manuais, treinamento de agentes, desenvolvimento de material, maior envolvimento da imprensa, campanhas educativas, etc. (p26)”.

É interessante notar como a RBMA, criada no bojo do programa O homem e a biosfera já carrega uma outra concepção em relação as populações residentes e valora seus conhecimentos, refletindo a crescente abertura das categorias e a interlocução entre cultura e meio ambiente, diferente de ações da área ambiental anteriores que tratavam-na somente como um potencial inimigo depredador, numa concepção apartada de *natureza* e *cultura*. Esse trecho demonstra essa nova relação com os habitantes em termos de construção de uma política pública, já sob o signo da constituição de 1988:

O envolvimento da comunidade, seja ela urbana, rural, moderna ou tradicional é de total importância. Sem o entendimento, o apoio, a participação e a colaboração da população nenhum projeto tem sustentabilidade. Também é de grande importância o envolvimento das Municipalidades. E isto tudo requer conhecimento, técnica e trabalho específico. É muito importante que se tenha uma visão realista das necessidades e dos desejos de cada um dos segmentos sociais envolvidos, portanto, é preciso estar constantemente dialogando com o

mundo real. Para operar com esta premissa o financiamento é fundamental. [...] É preciso usar a linguagem das comunidades de forma clara compreensível e correta. Os tempos desses grupamentos sociais na maioria dos casos diferem dos tempos políticos. É necessário compreender estas realidades e buscar as adaptações possíveis. Sempre é produtivo o uso de completa sinceridade e de projetos com efeito de demonstração. Deve-se procurar atender a maior parte possível dos interesses dessas comunidades. Ao mesmo tempo é contraproducente despertar expectativas exageradas e nunca se deve fazê-las interessar-se por algo que não possa ser cumprido. Todo o trabalho com ecossistemas tem necessariamente que levar em conta os mais avançados conhecimentos sobre a área. Para isto a interação com a comunidade acadêmica deve ser constante. (p36)

A RBMA assim, é uma rede que apesar de não ter gerência sobre os territórios, tem um papel articulador e fomentador de projetos. Ela representa de maneira significativa as novas concepções de relação natureza-cultura onde se busca além dos mosaicos de isolamento, meios de se organizar socialmente de maneira menos impactante no nosso ecossistema, meios de um *desenvolvimento sustentável*. O material utilizado nesse trecho foi escasso em função do caráter de rede articuladora da RBMA, que faz com que no caso de Itaúnas pelo fato de não existir nenhum projeto sendo desenvolvido nesse momento, sua relação seja somente formal, pois esta não articula-se a administração direta do local, como o PEI. A técnica entrevistada deixou claro, que a rede está aberta a iniciativas que contribuam aos objetivos de desenvolvimento sustentável na mata atlântica.

2.4 INRC dos Quilombolas do Norte do ES

Órgão: IPHAN

Origem da Demanda: Movimento Negro e INCRA

Ano: 2007

Tipo de Proteção: Inventário Nacional de Referências Culturais

Leis referentes: Decreto Federal nº3551/00

Motivação: Histórica/Cultural

Campo científico competente: Ciências Sociais

O Inventário Nacional de Referências Culturais, como já foi dito, é um instrumento que surge no contexto da chamada *fase moderna* (Fonseca, 2005) do IPHAN, onde a *referência cultural* se torna conceito chave, sob a influência crescente das ciências sociais tanto no interior do órgão como na própria sociedade, haja vista a inclusão de uma série de pautas de direitos diferenciados na constituinte de oitenta e oito (quilombolas e indígenas, sobretudo), além disso a própria redemocratização trouxe uma demanda social de participação política represada há tempos pelo regime militar. Nesse sentido o INRC é

um instrumento construído sob esses dois signos, o da perspectiva antropológica e o da democracia, que entendem que todo homem é igual em direitos, porém diferente em seus modos de viver. O que foi de certa maneira um reflexo do movimento social do século XX onde as pautas democráticas e a descolonização do pós guerra fazem eclodir uma série de narrativas alternativas que reduz a perspectiva europeia como única explicativa da história. Na área do patrimônio cultural onde se valorizava sobretudo bens edificados, começa-se a articular como criar instrumentos que tratem de outros tipos de bem, notadamente os de natureza imaterial. Esses bens são saberes tradicionais transmitidos pelas gerações de maneira oral e pela própria experiência cotidiana por grupos sociais em geral excluídos.

Apesar de essa perspectiva antropológica de cultura já estar presente no anteprojeto de Mário de Andrade de 1936 (ainda que talvez sob um olhar mais característico do folclore), ela só veio ganhar espaço político no IPHAN quase setenta anos depois, nesse longo e descontínuo processo de valorização de outras formas de cultura, de outras lógicas, esbarrava em uma série de entraves, pois como já foi dito a colonização e o saber colonial hierarquizava o mundo a partir de seu próprio referencial civilizatório, nessa situação os outros povos do mundo eram inferiores.

Além disso, seu conhecimento também era considerado inferior ou mesmo desconsiderado, o intrincado jogo de palavras do jongo²⁸ por exemplo, jamais seria considerado algo valioso. Como já foi dito no capítulo um, o arcabouço científico que referenciava as práticas de preservação ainda não incluía de maneira proeminente o campo das humanas (se ressentindo, sobretudo, da antropologia) que não era ainda muito desenvolvido em nosso país. E talvez o mais relevante para a existência dessa exclusão seja o fato de que os grupos detentores desses saberes eram periféricos na sociedade, excluídos da política excluídos da produção de conhecimento.

No contexto da preservação cultural, esse novo contexto histórico de uma demanda maior por participação política e da presença maior de profissionais das ciências humanas e mesmo da maior importância que essa assumiu em sua relação com as lutas sociais de século XX, se reflete na institucionalização de uma política para o chamado *patrimônio imaterial*. Que trabalha de maneira direta com a dimensão humana do

²⁸ “Nos tempos da escravidão, a poesia metafórica do jongo permitiu que os praticantes da dança se comunicassem por meio de pontos que os capatazes e senhores não conseguiam compreender. Sempre esteve assim, em uma dimensão marginal, em que os negros falam de si, de sua comunidade, por meio da crônica e da linguagem cifrada (p14, JONGO NO SUDESTE)”.

patrimônio, do significado dado pelos grupos a seu ambiente e os vestígios materiais e imateriais de seu passado. A política é calcada nos três pilares: *identificação*, *reconhecimento* e *sustentabilidade*, que seriam mais ou menos ligadas aos instrumentos do inventário, do registro e da salvaguarda, num entendimento de que a maioria dos grupos detentores de tais conhecimentos são, em geral, economicamente periféricos. O surgimento da política do patrimônio imaterial e suas características é comentado no depoimento de uma técnica do IPHAN:

O processo do INRC pra mim foi uma perspectiva que se abriu, interessantíssima, dentro de um órgão que buscava gerir de certa forma políticas de apoio e conservação e desenvolvimento de expressões culturais, referências culturais. [...] abre-se uma perspectiva que aliás, é uma retomada de Mário de Andrade, toda aquela maravilha que ele considerou, que ele já entendia, que ele já via, mas que por problemas crônicos, eu acho, do IPHAN, não foi possível trabalhar. E de certa forma, a FUNARTE, e antes dela, a própria área do folclore, das instituições civis do folclore, faziam isso, muito embora por essa perspectiva dos traços culturais, entender a estrutura do texto, da melodia, do ritmo. [...] Quando o IPHAN abre o INRC é numa perspectiva de entender essas expressões mas dentro do território delas, que é bastante diferente. Muito embora você continue entendendo e valorizando a expressão em si, mas procurando entender como ela se relaciona com o cotidiano daquelas comunidades, em que medida aquilo de fato é referência pros grupos sociais. Então é uma forma de valorizar quem faz...primeiro conhecer né, conhecer os grupos e as diversas formas que a gente nem imagina que existe, e além disso comprometendo o poder público com essas manifestações, porque na medida em que é uma expressão valorizada tem que ter um peso político né? Porque se for pra virar objeto de estudo da academia, ou mesmo de um órgão como o IPHAN e aquilo ficar por isso mesmo, não vejo menor sentido (Entrevista realizada em 05/07/2012).

Nesse sentido, o uso feito do INRC desde seu estabelecimento como instrumento de reconhecimento oficial, tem contemplado de maneira muito mais proeminente que o tombamento, bens de influência da matriz africana e indígena, o que vai ao encontro dos princípios das “políticas afirmativas” dos grupos diferenciados socialmente e/ou periféricos como os quilombolas e os indígenas, o que tem sido uma tendência da democracia brasileira. A ação de preservação cultural passa então, a crescentemente entender que não existe hierarquia entre as culturas, que todas elas são igualmente válidas e refletem as diferentes adaptações dos grupos humanos a seu ambiente, o bem passa a ter

valor a partir do reconhecimento social de determinado grupo e não um valor em si, imanente, fruto da categorização técnica feita por especialistas da arquitetura e da história da arte. A própria metodologia do INRC é baseada na participação direta ou indireta do grupo social que se relaciona com o bem em questão, que faz parte dele numa leitura mais apropriada do conceito de patrimônio imaterial, essa leitura apesar de não estar literalmente expressa no Programa Nacional de Patrimônio Imaterial instituído pelo decreto nº 3551/2000, podemos perceber algumas indicações através das categorias dos livros de registro, onde se explicita a importância da percepção dos grupos sociais²⁹ e nas diretrizes de fomento do PNPI³⁰, que apontam a importância das condições de vida dos produtores e detentores do patrimônio imaterial para a sobrevivência do mesmo.

O inventário das comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo reflete tal estrutura de articulação entre órgãos visando o reconhecimento o direito diferenciado de certos grupos sociais historicamente relegados nas políticas públicas de nosso país, relação expressa num relatório da divisão técnica do ES, apontando que:

É a partir do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial instituído pelo decreto nº 3551/ 4 de Agosto, 2000 o qual preconiza a identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção de bens imateriais que pode-se estabelecer um plano conjunto com o INCRA no que se refere a ações que possam apenas fortalecer os assentamentos quilombolas, uma vez que o direito às suas terras já está garantido pela constituição. É importante atentar-se também para o fato de que o PNPI prevê a parceria do IPHAN com outros órgãos governamentais
A leitura do Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola de Linharino indica algumas práticas culturais e modos de produção que merecem um estudo mais atento, no sentido de se verificar a

²⁹ Os **saberes** ou **modos-de-fazer** são atividades desenvolvidas por atores sociais conhecedores de técnicas e de matérias primas que identificam um grupo social ou uma localidade. As **celebrações** são ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário, que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território. As **formas de expressão** são formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, traduzidas em manifestações musicais, cênicas, plásticas, lúdicas ou literárias. **Lugares** são espaços onde ocorrem práticas e atividades de natureza variadas, tanto cotidianas como excepcionais, que constituem referência para a população.

³⁰ **1**-Promover a inclusão social e melhorias das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial. **2**-Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio. **3**-Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio de apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação. **4**-Implementar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco. **5**-Respeitar e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.

possibilidade de inventariar tais práticas (INF DITEC 002-2006 LINHARINHO Relatório INCRA, p2).

Aponta ainda que “O contato com associações da comunidade é importante no sentido de se indagar à população o que esta considera importante registrar”, revelando assim os preceitos da referência cultural e da participação social caminhando num sentido próximo. É bem verdade que o INRC vem colher frutos do histórico processo de criação de instrumentos de consulta no IPHAN que já os utilizava mesmo para definição de tombamentos, o que demonstra o caráter processual dessa abertura teórica e prática que o órgão vem passando na definição de seus objetos e técnicas.

O caso do INRC em questão surge da sinergia entre INCRA e IPHAN, expresso em algumas visitas conjuntas assim como na participação de ambos em audiência pública com participação de diversos órgãos públicos³¹ e representantes de grupos quilombolas da região onde se expressa a pressão exercida pelo Ministério Público no sentido de assegurar os direitos garantidos em constituição para os grupos quilombolas, a princípio apontando para o IPHAN a responsabilidade de investigar duas possíveis referências culturais, sítios arqueológicos e um cemitério escravo. Numa visita posterior a antropóloga enviada pelo IPHAN avalia que os vestígios materiais são passíveis de uma investigação mais sistemática e aponta, além disso, a dimensão imaterial desses bens que:

[...] são apropriados pela nossa guia Miúda e por outros da comunidade como um local onde se pode a partir de elementos presentes e imaginários se rememorar a presença de antepassados. Na medida em que estes locais são marcos que contribuem para a construção da história do grupo, sendo um forte elemento de reminiscências, as diversas utilizações destes são importantes na constituição e reconstituição da identidade do grupo (REL DITEC 005-2006 LINHARINHO Viagem a campo).

Em seguida institui-se então a necessidade de se inventariar as referências culturais das comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo através do Projeto Básico para pesquisa em Ciências Sociais visando a construção do Inventário das Referências Culturais de Comunidades Quilombolas do Norte do Espírito Santo (PB nº002-2007) sendo justificada a pertinência de tal projeto de seguinte maneira:

O IPHAN vem realizando o mapeamento cultural do Brasil, através de suas unidades nos diversos Estados Federativos.

³¹ Ministério Público Federal, INCRA, SEPPIR, Fundação Cultural Palmares, governo do estado do Espírito Santo, IDAF, IEMA, prefeituras municipais de Conceição da Barra e São Mateus.

Paralelamente, a legislação federal, conforme Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, prevê a proteção e o desenvolvimento das comunidades tradicionais dentre as quais as comunidades quilombolas. Estas são alvos de projetos integrados entre a Fundação Palmares, o INCRA, dentre outros, com os quais o IPHAN se relaciona de acordo com os termos da Portaria nº 40, de 13 de julho de 2000, da Fundação Cultural Palmares. A 21ª SR/IPHAN vem integrar-se a essas políticas nacionais com o objetivo de identificar e mapear a contribuição histórica e cultural afro-brasileira, no contexto do Espírito Santo. Existem atualmente cerca de 30 comunidades quilombolas constituídas por cerca de 1300 famílias no norte do Espírito Santo. Essas comunidades já vêm sendo objeto de atenção de folcloristas como Guilherme Santos Neves, Renato Pacheco e Hermógenes Lima da Fonseca desde meados do século XX. No entanto, é apenas com a aplicação do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que preconiza a titularização das terras de remanescentes de quilombos, que esses grupos começaram a ter maior visibilidade através da mídia e do trabalho de ONG's. Com a realização dos laudos antropológicos requeridos no processo de titularização, tais comunidades tiveram destaque ainda maior. Contudo, como os laudos já realizados objetivam demonstrar a apropriação social das terras e as relações sociais no interior das comunidades, as manifestações culturais dos grupos estão ali apenas indicadas. A inserção do IPHAN no debate sobre o reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais passa pela realização de um inventário detalhado dessas manifestações, com o intuito de conhecer e reconhecer suas diversas celebrações, saberes, lugares, ofícios e modos de fazer. A realização do inventário pode apontar para ações que objetivem garantir a continuidade dessas manifestações, demonstrando e valorizando a contribuição afro-brasileira à cultura nacional.

Percebe-se aí a articulação interinstitucional que convoca a participação do IPHAN por ser a autoridade máxima para a questão patrimonial no Brasil e ser essa uma área que necessitava participar dessa ação no sentido de regularização das terras e cumprimento da constituição de oitenta e oito e do decreto 3551 de 2000, nesse sentido os objetivos do IPHAN nessa ação são:

- “fundamentar a ação do IPHAN no Grupo de Trabalho interinstitucional em conjunto com o INCRA, a Fundação Palmares e outros órgãos para os processos de titulação de terras tradicionalmente ocupadas”;
- “orientar a elaboração de políticas públicas, com base nas relações que os bens culturais têm com a identidade étnica das populações afrodescendentes”.

- “propor ações em favor do desenvolvimento cultural das comunidades quilombolas a partir da percepção dos sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos agentes portadores”.
- “disponibilizar o conhecimento reunido e produzido pelo Inventário enquanto ferramenta de preservação para as próprias comunidades, inclusive para futuras ações de Registro, Apoio e Fomento”.
- “contribuir para uma intensificação dos processos de explicitação e de troca de experiências entre as comunidades pesquisadas”.

Sobre a aplicação do inventário, uma técnica do IPHAN diz que:

Então, o que aconteceu... essa região que eles chamam Sapê do Norte, que é uma região quilombola, que tem toda uma ocupação muito interessante, que pega Itaúnas, Conceição da Barra, São Mateus. Eu fiquei encantada com esse nome, porque o sapê é uma planta de resistência, você roça, roça, roça e ele volta. Então fez-se esse inventário amplo, aberto e constatou-se nesse inventários algumas expressões.[...] Eu tinha no meu plano de ações trabalhar a questão quilombola, que a gente não tinha nada, desconhecia completamente do ponto de vista institucional (Entrevista realizada em 05/07/2012).

Foram identificadas na pesquisa do INRC diversas referências culturais, entre as quais rezas de ladainha, benzimentos, mesas de santo de matriz das religiões de matriz africana, produção de azeite e sabão de dendê, sabão de coco, rendas de bilro, atividades de criação de porcos, grupos de jongo, celebrações festivas dos grupos de reis de boi e dos bailes de congo, bem como os modos de fazer e produzir a farinha, o beiju e os demais derivados de mandioca. Na fase seguinte da pesquisa foram aprofundados três referências culturais apontadas pelos grupos: os modos de fazer os derivados da mandioca, as celebrações festivas dos grupos de reis de boi e os bailes de congo para São Benedito (conhecido também como ticumbi) presentes na maioria das comunidades abordadas na pesquisa. Heranças culturais do sincretismo colonial que até então não tinham sido contempladas com reconhecimento do Estado.



Figura 10: Apresentação de grupo de ticumbi. Fonte:mapadaviladeitaunas.com.br, acessado em 12/08/12.



Figura 11: Crianças participando do ticumbi. Fonte:mapadaviladeitaunas.com.br, acessado em 12/08/2012.

Sobre o caráter participativo da metodologia, e a dificuldade de empreende-lo uma técnica do IPHAN diz que “A metodologia foi muito participativa desde o início, conversava-se demais, as reuniões eram amplos debates...[...] Agora, eram algumas reuniões, pra você manter esse processo era complicado”. E faz uma análise relevante sobre a importância da mobilização e organização dos grupos detentores dos bens culturais imateriais para o sucesso dessa política:

Eu acho que a gente tá vivendo assim, uma aura da constituição federal, da auto atribuição eu acho que as pessoas tem essa ideia clara na cabeça. Então tem que ter essa vontade né? Porque registro

“compulsório” não existe, não tem mais lugar pra isso. [...] Ou as pessoas, os agentes, estão mobilizados para demandar isso, e se organizam pra ir ficando cada vez mais claro os pontos que precisam ser equacionados, reforçados, que vão balizar as ações de salvaguarda depois (Entrevista realizada em 05/05/2012).

Dois produtos foram fruto desse processo de pesquisa, além dos relatórios do INRC propriamente dito foram produzidos uma cartilha de educação patrimonial voltada ao uso regional intitulada “Culturas Quilombolas do Sapê do Norte: Farinha, Beiju, Reis e Bailes de Congo” e também um vídeo-documentário intitulado “Reis Quitumbi”. Além disso, o reconhecimento do estado frente a essa cultura deflagrado com o uso do INRC, somou forças políticas para que esses grupos conseguissem a demarcação oficial de suas terras, processo ainda em curso. Em relação à mobilização desses grupos ou do IPHAN no sentido de um eventual pedido de registro, o processo se encontra atualmente parado.

2.5 Comunidades, territorialidades, tradições

As comunidades relacionadas a Itaúnas têm um perfil diverso, existindo diferentes relações com o território, existem grupos quilombolas que habitam o norte do estado há duzentos anos, pescadores tradicionais descendentes dos pescadores da Velha Itaúnas e uma comunidade com elementos de cultura indígena, também pescadores. Como a tradição dos grupos sociais hoje pode ser convertida em benefício político através de legislações específicas, existe um campo de conflito e disputa em torno dessa categoria. Nessa pesquisa foi possível perceber que existem opiniões diferentes em relação à ideia de comunidade e tradição e como esses se dão em Itaúnas. Antes de expor essa problematização, vale a pena falar um pouco de quem são essas comunidades.

Caracterização das comunidades

Dentre as sete comunidades compreendidas na área de Itaúnas, duas delas estão inseridas dentro dos limites do PEI, as comunidades de Riacho Doce e Paulo. As comunidades de Angelim, Paulo Vinhas, Santana, Linharinho e a própria Vila de Itaúnas estão localizadas na sua zona de amortecimento, como pode ser visto na figura 5 (capítulo 1, p.12). Apesar da atual Vila de Itaúnas ser uma ocupação recente, ela carrega a história

da Velha Itaúnas que no início do século XIX já era descrita por cronistas e mesmo suas diversas ocupações anteriores a chegada dos europeus pelos povos nativos. A memória social da vila sobre alguns processos históricos é marcante, sobretudo sobre o soterramento da antiga vila. A história da ocupação do território aparece na fala desse morador:

No início moravam os bugres. Depois vieram os “brasileiros”, com Pedro Álvares Cabral, que escurraçaram os índios pra botar outra nação. Somos descendentes de índios com o povo de Álvares Cabral que botava cachorro e pegava aquelas indiazinhas para amansar e educar. Tinha muito preto. Eram nagô, vinham da África antes de irem morar na vila, viviam montados naquelas brenhas. Depois foram chegando, até que vieram pro comércio (a vila) (PLANO DE MANEJO, 2002, p.35).

A descrição da vila antiga, suas relações produtivas a algumas características culturais aparecem nessa outra fala:

A farinha feita nas roças era transportada para Itaúnas em lombo de burro ou cavalo. Todos os sábados e domingos chagavam em carregamentos. A comercialização era feita diretamente com os comerciantes da Vila quase que exclusivamente num regime de “troca”. Desse modo, os pequenos produtores obtinham tecido, sal, fumo, cachaça e artigos de armarinho. Portanto, o comércio se constituía basicamente de armazéns de secos e molhados funcionando também como entreposto de farinha.

A maioria dos habitantes da Vila possuía pequenas propriedades de 40 a 100 ha nos arredores. Assim, além da roças de mandioca, plantava-se abóbora, laranja, café, aipim, melancia, cana, banana da terra, etc. para subsistência. Alguns criavam gado, galinhas e porcos. A dieta alimentar era complementada com a carne de caça, abundante na região, e com o pescado do rio e do mar. Era habitual as mulheres fazerem quitandas (bolo de aipim, bolo de fubá, cocadas, etc.)” (PLANO DE MANEJO, 2002, p.36).

Nesse outro trecho é relatado o uso de medicina tradicional na antiga vila:

Como não existiam médicos na Vila, as doenças eram tratadas com remédios de “botica” (homeopatia), chás e banhos de ervas e raízes. O tratamento podia ser complementado com rezas e benzimentos. O curandeiro mais famoso era o Duca Tora que, além dos habitantes da Vila, atendia também outras pessoas da região e de outros Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia...(PLANO DE MANEJO, 2002, p.36).

O soterramento da vila também é um evento relatado, algumas vezes mesmo de maneira a integrar o imaginário local como nesse relato:

Aquela areia não vem da praia. Ela vai inchando, o vento vai espantando ela pra lá. Aquela areia ali ta parecendo um vulcão...Isso foi castigo, porque escurraçaram os índios usando até chumbo. [...]

Tinha um tal de buraco do bicho, que era pro lado do norte e meu pai contava que quando passava por lá, e já era noite, quando vinham do norte pra cá, viam um vulto preto que parecia um padre, era uma bicho em forma de padre. Era um buraco enorme e escuro que eu vi com meus próprios olhos. Dizem que de lá é que vieram as areias (PLANO DE MANEJO, 2002, p.37).

O processo de entrada da produção de celulose em larga escala no estado e suas pressões para grupos tradicionais da região também aparece relatada nessa fala de outro morador:

Na roça não entrou areia. O pessoal mudou pro lado de cá porque vendeu o terreno. Ficou desgostoso. Vendeu o terreno porque “um milhão de cruzeiros” é um nome muito bonito. Então eles venderam por um milhão...Não dava pra plantar mais porque acabou as matas...A firma tomou tudo. Só resta umas fazendinhas pequenas lá....”(PLANO DE MANEJO, 2002, p.38).

A informação desse relato é reforçada quando observamos a dinâmica da população no período 1970-1996. A entrada da produção de celulose na região acarretou um forte êxodo rural, como observado na tabela 3, abaixo:

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1970	299	3587	3886
1980	403	2391	2794
1991	580	1732	2312
1996	774	1973	2747

Tabela 3: Evolução da população do Distrito de Itaúnas, 1970/80/91/96. Fonte: IJSN, 2001.

Angelim e Linharinho são comunidades quilombolas e tem a referencia do local como de sua própria origem, sendo, os moradores atuais, herdeiros de antigos proprietários de terras na área. O INRC realizado e as fontes históricas atestam uma herança quilombola de pelo menos duzentos anos para o território do Sapê do Norte, que engloba Itaúnas.

Na comunidade Paulo Jacó (figura 12) os residentes são nativos da região, e vieram das redondezas, alguns deles originários da antiga Vila de Itaúnas que foi coberta pela ação das dunas.



Figura 12: Residência na comunidade Paulo Jacó. Fonte: Aragão, 2012.

O Assentamento Paulo Vinha é constituído de pessoas que vieram de outros locais, sendo, parte da zona rural e parte da zona urbana, mesmo da capital do estado há cerca de quinze anos. Riacho Doce (Figura 13) é o caso mais polêmico, pois segundo o plano de manejo foi formada por pessoas que vieram do Estado da Bahia e aí se estabeleceram há mais de 40 anos. Em interlocuções pessoais, contudo, o representante da comunidade no conselho reclamou seu auto reconhecimento enquanto descendente indígena.



Figura 13: Comunidade de Riacho Doce. Fonte: Aragão, 2012.

Uma característica que aparece quase de forma comum a todas essas comunidades refere-se à tipificação dos domicílios que constituem-se de casas simples de alvenaria ou de madeira, normalmente com poucos cômodos, com piso de cimento, área de serviço e cozinha localizadas, muitas vezes, na parte externa da casa. O uso de fossas é o mais comum nessas comunidades. O abastecimento de água é efetuado pela CESAN em Paulo Jacó, Paulo Vinha e Angelim. Nas outras se utilizam poços para o abastecimento, assim como ocorre nas propriedades rurais. Apenas Angelim e Paulo Vinha são atendidos pela Escelsa. Paulo Jacó está na iminência de ser atendido com uma ligação permitida pelo PEI. As demais não possuem energia elétrica. Apenas o Assentamento Paulo Vinha possui uma escola. Nas demais comunidades as crianças em idade escolar são levadas por ônibus escolar mantido pelo município até as escolas mais próximas. A Tabela 2 resume as informações sobre essas comunidades rurais.

DADOS DA COMUNIDADE	RIACHO DOCE	PAULO JACÓ	ASSENTAMENTO PAULO VINHA	ANGELIM
Origem	Bahia	Vila de Itaúnas	50% da cidade, 50% zona rural	Local
Número de Domicílios	4	7	63 famílias	25 habitantes
Tipificação dos domicílios	Casas de alvenaria e de madeira	Casas de alvenaria e de madeira	Casas de alvenaria e de madeira	Casas de alvenaria e de madeira
Atividades desenvolvidas para a manutenção das famílias	Cultivam café, mandioca, coco, banana, abacate. Pescam no mar	Cultivam mandioca e coco, e fazem artesanato	Cultivam café, coco, pimenta-do-reino. Para consumo: feijão, milho, mandioca, amendoim, criações.	Cultivam mandioca e coco. Fazem artesanato e doces caseiros.
Escola	Não	Não	Sim	Não
Abastecimento de água	Não	Sim	Sim	Sim
Energia Elétrica	Não	Não	Sim	Sim
Igreja	Sim	Não	Sim	Sim
Áreas de Lazer	Sim	Não	Sim	Sim
Acesso	Difícil	Fácil	Fácil	Difícil

Tabela 2: Caracterização das Comunidades Rurais. Fonte: Plano de Manejo do PEI, 2002.

As atividades desenvolvidas nessas comunidades para a manutenção das famílias, são o cultivo de coco e mandioca para consumo interno e para a venda, inclusive de farinha. Em Angelim, existe um antigo “Quitungo”, todo em madeira onde a comunidade

prepara a farinha e o Biju para serem comercializados no local e na Vila. Outras atividades desenvolvidas são a pesca, no rio e no mar. Outra atividade tradicional é o artesanato efetuado com fibras vegetais, como o produzido por Paulo Jacó (Figura 14) que também é vendido no local e na Vila de Itaúnas.



Figura 14: Artesanato produzido na comunidade de Paulo Jacó. Fonte: Aragão, 2012.

A diversificação de atividades por parte dos habitantes destas comunidades foi a forma encontrada para a sobrevivência das famílias, dado que as áreas de terras disponíveis ao cultivo, em muitas delas pequenas e, quando não, os recursos produtivos são escassos. Verificou-se em campo que grande parte das áreas disponíveis são utilizadas para o uso agrícola, concentrado nos plantios de mandioca e de coco. Em algumas propriedades também se planta um pouco de café, de feijão e milho, no geral para consumo doméstico. O uso do solo sob a forma de pastagem só foi identificado em uma propriedade em Riacho Doce, a do Sr. Benedito Costa e Irmãos.

Capítulo 3 – Modo de Fazer Política Pública em Itaúnas/ES

O objetivo desse capítulo é discutir a forma que as políticas públicas foram aplicadas em Itaúnas buscando explicitar sua dimensão cultural, como *habitus* nos termos propostos por Bourdieu (1996). Quais seriam as características distintivas entre o modo de lidar com a promoção de políticas públicas nas ações de preservação ocorridas nesse caso? As políticas são aplicadas por agentes que possuem suas próprias referências culturais, tanto em termos pessoais como em termos de prática institucional como explicitado no decorrer do capítulo dois, esses usos são também relativos à própria cultura histórica do Estado brasileiro. Daí o uso do termo “modo-de-fazer” explicitando que existem diferentes práticas e representações acerca de como devem ser construídas as políticas públicas, mesmo tendo em conta o aspecto legal e técnico, esses são operacionalizados de maneiras específicas pelos agentes sociais, como no caso ocorrido no Espírito Santo e relatado no capítulo dois onde um grupo de ativistas ligados a área do meio ambiente mobiliza os órgãos de preservação do estado em prol do estabelecimento de uma série de tombamentos de áreas naturais, apelando ao livro de tombo paisagístico do estado.

A perspectiva adotada nesse trabalho assume a política como elemento indissociável da vida social, e nesse sentido, assume também o papel da ciência nesse contexto histórico onde o conhecimento científico se torna balizador para ações políticas nos modernos estados-nação. Na busca pelo entendimento do fenômeno, buscou-se estudar as políticas de preservação sem perder de vista as relações políticas que se estabelecem na construção da modernidade, relações que perpassam diversos níveis de realidade social, incluindo a ciência e a prática de preservação, que nos interessa especialmente nesse trabalho.

Politicamente, a influência cultural da metrópole e o desejo de *mimesis* colonial (reproduzir a civilização europeia nas colônias), teve um efeito de *epistemícidio* como proposto por Santos (2005). Pois as formas políticas, as práticas sociais que aqui se davam não correspondiam à dinâmica desejada, eram fruto de outro processo político-cultural que incluía lógicas tão diversas quanto eram diversos os grupos étnicos presentes. Essa realidade política não era agradável às mentes letradas da sociedade, educadas através do conhecimento científico europeu, e buscavam imprimir aqui, as marcas da modernidade política, sempre referenciada nas experiências sociais dos povos do norte. Essa busca pela modernidade política e econômica teve graves contornos étnico-culturais,

pois o país de forte herança escravocrata legou aos negros e indígenas o signo do “atraso cultural”, por conseguinte deslegitimando uma cultura que carrega uma série de conhecimentos próprios. Em contraponto, o incentivo à importação do mundo do norte pra cá incluiu mesmo a ideia de que um processo de branqueamento racial iria ser favorável ao país, fato consumado no forte incentivo a imigração europeia e japonesa nos séculos XIX e XX.

As relações sociais estabelecidas historicamente criaram um sistema político com baixa participação social, como analisado anteriormente a noção de “público” no que se refere a políticas públicas é um processo ainda em construção no Brasil. O contexto histórico de uma herança colonial estabelece uma sociedade profundamente desigual com variados particularismos, aonde “as disputas entre senhores pelo controle das atividades locais de governo constituíam a substância da vida política” (FURTADO, 1989; 22).

No processo de modernização do país, a face nacionalista-progressista no governo Vargas é tida como importante na estruturação técnica e administrativa, e na subjacente criação de direitos trabalhistas. Porém, a mesma concepção técnica em termos de construção de políticas públicas foi pautada no modelo “de cima para baixo”, aonde os técnicos vem trazer “a solução” ao “povo”, o que, como aponta Santos (2005), faz com que os cidadãos sejam afastados das decisões políticas tidas como assuntos de “especialistas”, relegando o cidadão médio a mero observador e consumidor da ciência, desconsiderando que as decisões chamadas “técnicas” na promoção de políticas públicas, também envolvem uma série de outros critérios sociais, ambientais, econômicos.

Como aponta Gomes (2003), a questão da participação da sociedade nas políticas públicas ganhou contornos diferentes com a Constituição de 1988, e foi:

[...] reflexo de uma longa história de lutas e conquistas visando a maior participação popular, e também do forte ambiente pró-redemocratização presente no ocaso do Regime Militar, quando a centralização decisória confundia-se com o autoritarismo dos vinte anos de ditadura (GOMES, 2003, p.35).

A constituição de 88 inovou dessa maneira ao prever a participação direta dos cidadãos no exercício do poder, e acabou por “condicionar diversas normas, sobretudo a legislação ordinária das ações na área social” (GOMES, 2003, p.37).

Essas três fases servem de referencia para classificar os modos de fazer política pública históricos em nosso país. O estado enquanto ente apropriado privadamente por

particulares para a execução de suas obras e projetos relatado por Furtado (1988), reflete o modo de fazer *coronelistaprivatista*. O estado crescentemente burocratizado e racional representado pelo governo Vargas reflete o modo de fazer *técnicodesenvolvimentista* que entende que existe um conhecimento técnico objetivo e que esse deve pautar as ações. O pós-constituição com a apropriação crescente dos cidadãos da coisa pública através de conselhos, referendos, e outras formas mais diretas de democracia reflete o modo de fazer *participativo/democrático*. Claro que a relação entre esses modos de fazer política pública não é evolutiva, onde um sucede o outro historicamente, apesar de existirem tendências hegemônicas de modernização, pode-se afirmar que esses três modelos (*coronelistaprivatista*, *técnicodesenvolvimentista* e *participativo/democrático*) ainda existem e convivem em certa medida.

Pensando na realidade de Itaúnas, podemos perceber os modos “técnico” e “participativo” de fazer política pública sendo utilizados. Na primeira ação estabelecida, o tombamento estadual das Dunas de Itaúnas, o modelo técnico utilizado não prevê nenhum tipo de participação social, sendo a esfera de deliberação restrita a um conselho técnico de “notáveis” de sua área (nesse caso, o CEC), que estipulam que tipo de valor existe naquele local e que ordenamento ele deve ter.

Na segunda ação, o Parque Estadual de Itaúnas, vemos uma transição das matrizes do modo de fazer política pública, ao longo dos 22 anos de sua existência. Na sua implantação vemos a concepção “de cima pra baixo” pautada em critérios técnicos-científicos, que gradativamente vai se relacionando com a noção da participação social. Os avanços mais marcantes nesse sentido são o Plano de Manejo (estabelecido em 2002) e o Conselho Consultivo (estabelecido em 2007), ferramentas preconizadas na constituição e efetivadas através do SNUC. O primeiro faz um diagnóstico social e científico mais avançado sobre a região, e o segundo integra de maneira mais eficiente a população junto a gestão do território.

Na terceira ação, a RBMA, vemos um tipo diferenciado de ação, pois não resguarda nem fiscaliza nem tem poder de controle efetivo sobre o território, no entanto é uma excelente rede de articulação. A estrutura nacional da RBMA conta com dois tipos de conselho, um nacional e outros regionais (onde expositores externos tem direito de voz), e várias ações conjuntas são realizadas nessa articulação, é um possível agente social para somar forças as ações desenvolvidas em Itaúnas/ES.

A quarta ação, o INRC dos quilombolas do Sapê do Norte, vemos uma influência maior do modo participativo, tanto pela metodologia, que busca construir a política pública através da perspectiva da comunidade, como na criação da demanda, uma articulação do Movimento Negro com o INCRA no sentido da demarcação de terras desses grupos.

A instância do conselho consultivo em Itaúnas foi muito positiva na visão dos agentes entrevistados, pois através do diálogo e da troca de informações promovidos, diminuiu-se a animosidade existente entre a instituição e a população local. O conflito estabelecido no choque da territorialidade da Velha Itaúnas com a chegada dos órgãos de preservação, que trouxeram um ordenamento e um uso diferente ao que era usualmente feito por seus habitantes, foi em grande medida superado. Nas entrevistas realizadas junto às lideranças comunitárias, foi muito marcado o desejo destes se inserirem num projeto de ocupação consciente do território, o desejo da ampla maioria das lideranças é se integrar em um projeto de preservação para a região.

Apesar da criação do conselho ter sido um passo importante para a construção de uma agenda mais plural, ainda existem muitas questões a serem equacionadas em sua dinâmica. No que tange a composição do conselho, como já foi apontado no capítulo 2 e sobretudo no que diz respeito a uma maior participação efetiva dos representantes comunitários na decisão sobre os projetos a serem encaminhados na região. Pois apesar de existir uma legislação própria e estudos que referenciam ações, e limitam certas possibilidades, existe também uma certa flexibilidade possível. Exemplo disso é que duas atividades que teoricamente seriam contra os propósitos de preservação puderam ser mantidas, ambas ligadas ao projeto turístico empreendido na região: as barracas na praia e a própria duna com seus sítios arqueológicos que sofre relativa pressão por parte da atividade turística. Assim como foram encontradas soluções (ainda que questionáveis) para essas questões é possível chegar a outros consensos que permitam conciliar a preservação, o turismo e o desenvolvimento local.

3.1 Comunidades tradicionais?

Como pudemos perceber as comunidades tem origens diversas e a temporalidade dessa ocupação e suas relações com a história da nação suscitam questões relacionadas a tradição dessa cultura o que por conseguinte nos leva a possíveis interlocuções com a área do patrimônio cultural. Além disso, a questão da tradicionalidade dos grupos sociais ganhou dimensões novas a partir do momento que esses grupos passam a ter um tratamento diferenciado do Estado, alavancado no âmbito legal pela constituição de oitenta e oito, e aprofundado desde então.

Nesse contexto, se cria um campo de disputas pela definição e legitimação do termo, onde a perspectiva antropológica parece ter conseguido hegemonia, tendo em vista sua presença marcante nesses processos de definição de “tradicionalidade” pelo estado de direito, como no caso dos laudos antropológicos exigidos em delimitação de terras indígenas e quilombolas e na competência definida para a área de ciências sociais no projeto do INRC de Itaúnas, por exemplo.

No caso da região de Itaúnas, a ocupação antiga do território e seu relativo isolamento fizeram com que muitas características se mantivessem ao longo do tempo, e a tradicionalidade sempre foi uma chave usada no discurso tanto pela mídia como pelos processos de preservação analisados nessa dissertação. No entanto, o reconhecimento dessa tradicionalidade se dá em níveis diferenciados, pois apesar de sempre serem descritos como uma população tradicional, esses relatos estão em geral ligados a Vila de Itaúnas propriamente dita, os outros grupos sociais, com outras heranças culturais não aparecem em tais apreciações. No processo de tombamento, por exemplo, são citadas algumas práticas culturais típicas dos grupos quilombolas da região, mas em nenhum momento se liga essas práticas a esses grupos, deixando a entender que são “manifestações culturais da vila” de maneira genérica. Por outro lado após a constituição de 1988 explodem uma série de demandas identitárias de grupos determinados que acabam gerando também legislações específicas, como no caso dos quilombolas e pescadores tradicionais, além da reafirmação da questão indígena, esse processo acaba tendo um efeito político que aproxima os grupos de tais categorias identitárias através da autodeterminação que vem sendo um critério de muita força após a constituição de 1988. No caso de Itaúnas, isso aparece na demanda das comunidades quilombolas pelo seu

reconhecimento e pela demarcação de suas terras, processo no qual o próprio IPHAN foi participante indireto, na ocasião da realização do INRC dos quilombolas do Sapê do Norte.

Nessa discussão se encontra um ponto de tensão interessante de ser observado nos próximos anos na ação do IPHAN e demais órgãos de preservação cultural, que é em que medida será absorvida a crescente demanda de participação que atinge vários âmbitos da instituição e de nossa sociedade. Esse processo de participação se relaciona com a forma de utilização dos instrumentos de proteção, qual “modo-de-fazer” político será seguido, e nesse sentido é interessante apontar a potencial contradição entre o critério das referências culturais e da excepcionalidade que se constitui em um campo de lutas dentro do órgão.

A ascensão da referência cultural como categoria relevante remete aos debates estabelecidos desde a década de 70 e aprofundado posteriormente até sua cristalização com os artigos 215 e 216 da constituição de 1988 e com o PNPI em 2000. A discussão surge para contemplar tipos de bens culturais não contemplados anteriormente pela ação pública, em outro nível de realidade, mais ligado à cultura cotidiana, que apesar de contar com suportes materiais, não tem nesses o principal alvo de atribuição de valor.

Muito influenciada por uma perspectiva antropológica que carrega a ideia de que a cultura se cria em qualquer lugar, se faz vivendo, e não é exatamente fruto de civilidade e progresso técnico, como era comum ao conceito de cultura sob um viés iluminista. Os grupos portadores desses saberes, modos de vida particulares, são em sua maioria economicamente periféricos em nossa sociedade, herdeiros de grupos que já eram periféricos na formação social brasileira. O que nos remete a discussão da epistemologia crítica de Santos (2002) onde este aponta que os grupos periféricos politicamente no processo de colonização também tiveram seus saberes violentados, sendo rebaixados frente à cultura “verdadeira”, a europeia, frente ao conhecimento “verdadeiro”, a ciência. A excepcionalidade por outro lado trabalha justamente com essas noções, cultura como o destacado, o superior, o melhor, que invariavelmente está ligado à cultura europeia e às categorias da arquitetura e da história da arte. Como conciliar tais princípios? Como entender que qualquer grupo é portador de cultura e ao mesmo tempo acreditar que um é mais “exemplar” que outro?

O eventual enquadramento dos grupos sociais de Itaúnas como sendo comunidades tradicionais seria além de um fato político a favor desses grupos, a garantia

da aplicação de uma legislação própria voltada para esses grupos sociais específicos. Além disso, como hoje o SNUC possui categorias de proteção que permitem o convívio com grupos tradicionais (como as Reservas Extrativistas), poderia se argumentar em favor de outra possibilidade de enquadramento para aquela unidade de preservação (Como foi sugerido por um técnico que ali se fizesse um reserva da categoria monumento natural ou ainda o que foi sugerido por outro, uma reserva extrativista).

É interessante notar as impressões dos técnicos a respeito das comunidades, suas relações, e sua história, os técnicos da área do meio ambiente pela administração direta do território e pelo histórico de tensões envolvendo a relação entre comunidade e parque, tem uma perspectiva mais tensionada em relação às comunidades. Já os técnicos da área cultural ressaltaram as tradições culturais de Itaúnas, tanto aquelas ligadas à cultura negra como o próprio modo de vida tradicional dos habitantes da vila e seus pescadores. Um técnico do IDAF identifica no artesanato feito na comunidade de Paulo Jacó, um sinal de tradicionalidade, mas ressalta que é uma atividade individual e não coletiva, o que descaracterizaria a ideia de uma comunidade tradicional (por ser uma atividade individual), curiosamente na mesma fala ele indica a prática de pesca e caça coletiva mas não reconhece isso como uma atividade “tradicional”:

O único que pode dizer que é assim, tradicional é o Paulo Jacó já vem de uma família de pescadores, residente de Itaúnas. Mas assim, é uma pessoa que desenvolve uma atividade tradicional, que é diferente de uma comunidade tradicional, que é quando você atua em comunidade, umas quatro ou cinco famílias que desenvolvem todas a mesma atividade, em conjunto, de forma integrada, usando aquela técnica geração a geração. Se você pegar as fotos aéreas da época você olha quantas edificações tem ali, você vai ver estourando três casas onde é ali o Paulo Jacó. Em 1970 deveriam ser três casas de pau a pique, que podem ter sido transferidas da Velha Itaúnas para aquele local, e não residentes anteriormente. Agora na medida que vira, como você bem coloca, a figura de uma comunidade....e outra, lá não existe comunidade tradicional não tá? A tradição que existia lá era a caça e pesca, até de canoa no mar, ali era um parque de caça e pesca (Entrevista realizada em 10/04/2012).

Assim pode-se perceber que nesse discurso a ideia de comunidade tradicional aparece ligada a prática coletiva de uma determinada “prática tradicional”, que aqui está relacionada com a produção de algum tipo de produto, como o artesanato de Paulo Jacó, a caça e a pesca não são vistas como uma atividade tradicional. Curiosamente, em outro

trecho de sua fala ele ressalta características de laços comunitários, e mais curioso ainda, utilizando a palavra índios para explicar tais características:

Os caras são índios. Do mesmo jeito que te abraça aqui, se na outra esquina alguém falou que você disse que ele tem um olho vesgo, ele vai andar nas suas costas e te enfia a faca meu irmão! Não pergunta se pode ou não pode! É dum extremo ao outro, porque o cara é pura emoção, então leva um bando, porque todo mundo é família ali, tem as vezes nomes diferentes mas todo mundo é casado, uma relação familiar muito próxima. Você pode não ver no nome, mas sabe que fulano e casada com beltrana e é tudo primo! Ali é tudo irmão, aconteceu algo vai a família toda! Vai uma rua inteira (Entrevista realizada em 10/04/2012).

Podemos perceber que a questão dos direitos diferenciados referentes a populações tradicionais ainda é incipiente na área do meio ambiente, o que necessita e vem sendo trabalhado com mais proeminência com a criação do Instituto Chico Mendes, voltado de maneira mais direta a pensar as possibilidades de convivência dos grupos sociais em um contexto de grande dependência direta dos recursos naturais, como as comunidades extrativistas, que desde 2000 contam com uma categoria própria (Reserva Extrativista) dentro do SNUC. Essa é uma área de enorme potencial de interação entre os órgãos de preservação ambiental e cultural, pois muitos grupos tradicionais são portadores de referências culturais próprias frutos de sua história ambiental. E o interesse em preservar a diversidade é presente nos dois casos, diversidade ambiental e cultural.

3.2 - Paisagem Cultural em Itaúnas: perspectivas sobre um pacto de gestão

As reflexões dessa pesquisa sempre foram, para além da busca por uma análise criteriosa que conseguisse abarcar da melhor maneira possível a complexidade da realidade, guiadas pela preocupação com aspectos propositivos para ação de gestão do local. Uma preocupação que se origina tanto no caráter profissional desse programa de mestrado, preocupado em refletir sobre a ação do IPHAN, como no próprio pesquisador que entende que a ciência deve sempre que possível, buscar conexões com o mundo da ação efetiva. Então, a questão de qual poderia ser o papel do IPHAN dentro dessa

realidade rica em referências culturais e com variados tipos de patrimônio reconhecidos, sempre esteve presente. No entanto, à medida em que fui conhecendo a realidade com a qual lidava pude perceber a indissociável relação que ela estabelece com a área da preservação ambiental, área mais diretamente ligada ao controle do território de Itaúnas através da figura do PEI. Assim, a busca por possíveis indicações de ações de gestão, passou sempre pela necessidade de se estabelecer conexões entre as áreas da cultura e do meio ambiente, e nesse sentido a chancela da paisagem cultural se mostrou uma possibilidade interessante.

A categoria da paisagem é presente desde a fundação do SPHAN, no artigo 1º do decreto lei N° 25/37 é dito que:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Art.1º,§2).

O uso da categoria era ligado, sobretudo, a bens naturais monumentais ou jardins, a natureza como contemplação ou como investigação científica em um segundo plano. Esse uso reflete também o tipo de relação com a natureza hegemonicamente estabelecida em nosso país, onde a sanha produtiva preda as riquezas naturais, reproduzindo o modelo de desenvolvimento urbano-industrial das nações centrais, onde a preservação ambiental tem como uma de suas principais funções fornecer conforto e contemplação para o homem urbano. No entanto outras lógicas de relação com a natureza também se estabeleceram, o tipo de religiosidade animista dos povos indígenas e africanos lhes dava outros elementos culturais que pautavam projetos alternativos de ocupação do território, como as tribos indígenas, os quilombos e outras categorias menos claramente definíveis de associação social.

A partir do crescimento da dimensão da imaterialidade dentro do campo da preservação cultural, a paisagem passa a ser pensada em seus aspectos simbólicos, culturais, nas muitas possibilidades de relação que se estabelece com a natureza. Duas concepções polarizavam a discussão internacional, e são expressas na convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972, que separa as duas categorias, ainda que já conste a possibilidade de relação homem-natureza dentro da categoria de patrimônio cultural. Com a crescente força da perspectiva ecológica e do

movimento ambiental, a noção de integração entre homem e natureza ganha força e em 1992 a UNESCO cria a categoria das paisagens culturais divididas em três áreas: *Paisagem Claramente Definida*, *Paisagem Evoluída Organicamente* e *Paisagem Cultural Associativa*. O Brasil começa a internalizar essa convenção através da Carta de Bagé de 2007. Esta intenciona estabelecer procedimentos para garantir a gestão compartilhada entre o poder público, a sociedade civil, através de um “termo de compromisso e cooperação”, citado pelo Artigo 4. A observância do cumprimento deste termo caberia a um conselho local, composto por representantes dos grupos envolvidos com a dinâmica da área chancelada. Baseado largamente nessa carta de princípios é instituído em 2009 a chancela da paisagem cultural através da Portaria N° 127 de 2009 que define a paisagem cultural como:

Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (Art. 1º).

O instrumento da chancela da paisagem cultural é muito recente, e as suas aplicações estão em sua maioria, em curso, sendo difícil ainda definir parâmetros claros de seu uso. Alguns apontamentos são feitos no documento “Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural” disponível no sítio do IPHAN, e com base nele e na portaria 127/2000 serão elencadas as possibilidades do estabelecimento de um pacto de gestão e de um plano de gestão para uma eventual chancela da paisagem cultural na região de Itaúnas/ES.

Segundo o documento “Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira (IPHAN, 2011)” à chancela da paisagem cultural, como a outros instrumentos da preservação do patrimônio cultural, é aplicado o critério da excepcionalidade, exemplaridade e singularidade, critérios que, no caso da paisagem cultural, são ligados a relação direta (que implicam intervenções materiais) ou indireta (relações simbólicas e afetivas) entre humano e natureza. Além disso, a chancela só deve ser aplicada em casos específicos, pois:

Se os fatores preponderantes que singularizam o sítio forem materiais é possível que o tombamento seja o instrumento de proteção mais adequado. Se os elementos materiais forem secundários ou acessórios, o registro será possivelmente o instrumento indicado. Nos sítios onde são constatadas as **singularidades [grifo meu]** materiais de determinada área, somadas à sua relação intrínseca com a natureza e ao caráter

dinâmico no convívio com o elemento humano, aí então caberá a chancela da Paisagem Cultural (IPHAN, 2011, p3).

O foco da política é assim, a relação homem-natureza, mas que tipo de relação é alvo dessa ação? Aqui o signo da diversidade também aparece como um critério importante, tendo em vista que:

Uma das premissas para a aplicação do conceito de Paisagem Cultural Brasileira é a busca pela preservação da diversidade e riqueza dos cenários, urbanos e rurais, tendo em vista que os processos de massificação da vida e das paisagens têm colocado em risco e mesmo provocado o desaparecimento de contextos de vida e tradições culturais que, a rigor, não deveriam ser perdidas, sob pena do empobrecimento do próprio espírito e da ciência humana. Em tempos de “globalização” e pasteurização das culturas, é saudável que possamos resguardar e valorizar contextos de vida singulares, que se traduzam na relação harmônica do homem com a natureza e, consequentemente, em maior qualidade de vida (IPHAN, 2011, p4).

Percebe-se que além da ideia de diversidade, também está presente nesse posicionamento a ideia de valorizar uma relação harmônica entre homem e natureza. Apesar de não especificar o que seria tal relação harmônica, acredito ser possível assumir sua relação com uma perspectiva de ecologia ligada a outros projetos de desenvolvimento possíveis, já que o documento critica o caráter homogeneizador e concentrador do modelo de desenvolvimento vigente.

Sob o ponto de vista do efeito desse instrumento, é importante frisar que, diferente do tombamento:

Sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação. Se for o caso (e em muitas vezes será) a chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras formas de proteção, incluindo os mecanismos disponíveis em outras esferas (instrumentos de proteção ambiental, de planejamento urbano, de fomento e outros) (IPHAN, 2011, p5).

Tendo em vista as características desse instrumento, suas motivações e critérios, cabe agora apontar como é possível relacionar a região de Itaúnas no contexto de uso da chancela da paisagem cultural.

Em primeiro lugar é preciso dizer qual a excepcionalidade relacionada ao território, tendo em vista que a lógica da estrutura de seleção que envolve o patrimônio

releva esse critério. Nesse sentido, o elemento de maior relevância e que articula todos os outros na região de Itaúnas é a Mata Atlântica do Norte do Espírito Santo, pois do ponto de vista ambiental é um bioma com relevante biodiversidade e que está sob muitos cuidados dos órgãos de preservação ambiental em todos os níveis, devido a posição frágil desse bioma frente a ocupação predatória empreendida no norte do Espírito Santo a partir de meados do século XX.

Sob o ponto de vista da ocupação e relação humana neste bioma, ocorreram quatro ocupações significativas, as três primeiras ocorreram no período pré-colonial (caçadores/coletores, horticultores da tradição Aratu e grupos indígenas de contato de tradição Aratu e Tupiguarani) e a última é a própria Vila de Itaúnas, território de miscigenação entre o indígena, o branco europeu e o negro africano. Essa ocupação se manteve relativamente isolada até meados do século XX, quando o ciclo de exploração de madeira toma a região, consumindo a mata atlântica presente na região. Paralelamente a mata que cobria a duna é destruída, acarretando o deslocamento da mesma, que acaba por cobrir a Vila e obriga a migração dos moradores e reconstrução da Vila em local próximo. Além do núcleo da Vila, a região também era historicamente ocupada por quilombolas e indígenas e esses grupos também deixaram heranças culturais, de maneira direta - como a existência dos quilombos de Angelim, Santana e Linharinho na região e as manifestações culturais identificadas no INRC - ou indireta, como a cultura cabocla, pescadora com alguns traços de miscigenação indígena, mais marcado na comunidade de Riacho Doce, onde foi relatado que se faz, ainda hoje, o *cauim*, típica bebida da cultura indígena.

A sociobiodiversidade da região é exemplar de um tipo de ocupação do território “harmônica”, onde o bioma só passa a sofrer ameaça com a chegada de uma lógica externa àquela relação com a natureza ali estabelecida, personificada na exploração de madeira e posteriormente na produção de celulose em larga escala.

A região tem como característica excepcional as Dunas de Itaúnas, que já são reconhecidas como patrimônio e protegidas por um tombamento estadual, e pela própria legislação referentes às unidades de conservação integral. Sua característica particular se deve a sua atual disposição, consequência do desmatamento de sua vegetação original, e no fato de estar repousando debaixo da atual duna registros arqueológicos de três diferentes ocupações humanas, sendo uma delas a antiga Vila de Itaúnas.

A chancela da paisagem cultural prevê o estabelecimento de um pacto de gestão para o território, que pode envolver o poder público e a sociedade civil, esse pacto tem como objetivo:

[...] traçar um plano de atuação de curto, médio e longo prazo, nunca deixando de considerar “o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica”, buscando a convivência harmoniosa com “as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis” e valorizando a “motivação responsável pela preservação do patrimônio”(IPHAN, 2011, p4).

A eficiência e as possibilidades reais em relação a esse pacto de gestão ainda estão sendo experimentadas na prática institucional, sendo ainda um terreno novo. Na falta de referenciais mais concretos, a pesquisa buscou nesse sentido identificar os atores e os seus potenciais de integração em um eventual pacto de gestão levando em conta também as diferentes medidas de proteção e o caráter do patrimônio ali presente.

Os órgãos públicos envolvidos são a PMCB, o IPHAN, o IEMA, a RBMA e o CEC; todos esses órgãos já possuem algum tipo de relação de responsabilidade em Itaúnas, a PMCB é a autoridade local e a requerente do tombamento estadual de 86; o IPHAN tem sob sua guarda 23 sítios arqueológicos já identificados na região, sendo um deles a própria Itaúnas velha, soterrada nas dunas, além de referências culturais reconhecidas através de um INRC; o IEMA é responsável pelo PEI e é o órgão com a relação mais constante e direta com o território; a RBMA apesar de possuir um nível de relação somente formal, mostra-se aberta a participação em projetos na região; o CEC possui sob sua guarda as Dunas de Itaúnas, tombado por esse órgão em 1986.

Representando os diferentes interesses da sociedade civil temos sete comunidades razoavelmente organizadas, Angelim, Linharinho, Paulo Jacó, Itaúnas, Paulo Vinhas, Riacho Doce e Santana. Além disso temos a presença muito forte da iniciativa privada na figura da FIBRIA (antiga Aracruz celulose) e em menor escala da PETROBRÁS, que já desenvolvem alguns projetos na região, como será apontado a seguir, além do setor turístico.

Em relação às linhas de atuação possíveis, elencarei algumas possibilidades tendo em vista o potencial demonstrado pelas lideranças comunitárias nas entrevistas e as linhas de atuação dos órgãos relacionados.

Produção agroecológica – A produção agroecológica se baseia na lida com a terra sem o uso de produtos químicos, utilizando técnicas inseridas nos ciclos e relações da natureza (como o plantio consorciado, a horta mandala, entre outras). O tipo de técnica que interesse aos órgãos de preservação ambiental que seja promovida na região, como relatado por um dos técnicos do IEMA. Já existe um projeto de produção agroecológica em curso, na comunidade de Paulo Vinhas, o que facilitaria a ação.

Produção artesanal – Existe na região (notadamente em Paulo Jacó e Itaúnas) uma série de produtores artesanais, alguns deles organizados em uma associação. Cabe analisar esse ciclo produtivo e seus participantes, já que ocorre um uso histórico de matérias primas oriundas da mata atlântica e pode utilizar as redes estabelecidas pelos órgãos para o auxílio ao escoamento da produção.

Viveiro de mudas nativas/Replantio de nativas – Essa ação foi citada inúmeras vezes por lideranças comunitárias e por técnicos do IEMA, e é claramente ligada ao projeto de preservação ambiental estabelecido na região, deve envolver a população e pode se articular a outras atividades, como a produção artesanal e a educação ambiental/patrimonial.

Monitoramento Ambiental/Arqueológico – Essa demanda surge do próprio imperativo de fiscalização que recai sobre os órgãos de preservação com relações com a região. O quadro de funcionários de todos os órgãos envolvidos (especialmente IEMA, responsável pelo PEI e IPHAN, responsável pelos sítios arqueológicos) é pequeno para fiscalizar toda a extensão da unidade, o envolvimento da população é essencial nessa atividade, tanto para aumentar sua eficiência como para combater os resquícios da animosidade que se estabeleceu no período de implantação do parque. Os sítios arqueológicos na área das dunas sofrem considerável pressão em função do uso turístico da área e de não existir nenhum tipo de fiscalização ou manejo específico, sobretudo nos períodos de alta presença de turistas, seria importante envolver a população também nesse processo.

Educação Ambiental/Patrimonial – É de suma importância o estabelecimento de um processo contínuo de educação ambiental e patrimonial na região, objetivo que se alia aos objetivos dos órgãos de preservação (especialmente IEMA e IPHAN). Esse processo deve envolver tanto a população quanto os técnicos, até mesmo para que as esferas de debate (como o conselho consultivo do PEI) se tornem mais frutíferas, com um nivelamento maior no conjunto de informações possuídos pelos membros-representantes.

Capacitação Técnica/Elaboração de projetos/Gestão de projetos – Lembrando que a paisagem é dinâmica e está inserida no desenvolvimento do território, é importante que se busque a maior autonomia e articulação política das comunidades, para que possam ser partícipes efetivos da sociedade civil. Nesse sentido, seria importante buscar meios de trabalhar com as associações comunitárias para que essas possam elaborar e gerir seus próprios projetos, com a participação do Estado ou não. Isso pode incluir aulas de informática (que já acontecem na associação de pescadores) e língua estrangeira.

INRC da região – Tendo em vista a diversidade cultural presente no território de Itaúnas, com heranças culturais dos três principais grupos formadores da nação brasileira, seria interessante levantar as referências culturais da região da unidade, onde já foi realizado um INRC, mas somente com o recorte dos grupos quilombolas. A região também tem seu folclore reconhecido e estudado por folcloristas de renome do Estado, sistematizar e integrar essas informações sobre essa ocupação humana da mata atlântica seria de grande importância.

Essas são algumas das ações possíveis de serem estabelecidas no território de Itaúnas apontadas através de indicações dos próprios agentes sociais envolvidos, tanto líderes comunitários como técnicos. No entanto, é de essencial importância que a população seja partícipe efetiva na elaboração de qualquer programa ou ação, para que este tenha eficiência em uma relação dialógica com a comunidade, não somente impositora e cerceadora.

Considerações Finais

Essa pesquisa teve por orientador a busca pela maior complexidade possível em sua abordagem, entendendo que a busca pela perspectiva holística é um caminho que precisa ser trilhado, tendo em vista os problemas que a falta de “perspectiva de todo” causa a sociedade contemporânea. A busca por essa perspectiva de todo passa também, dentro do campo da ciência, de analisar a própria prática científica inserida nas relações sociais, como fazem a epistemologia crítica, e de uma outra maneira, a antropologia, filosofia e história da ciência. Que desconstruindo o caráter “sagrado” e “autoritário” que a ciência assume na vida política, mostra que essa é permeada de regras grupais, disputas pelo poder, e tem suas características históricas. O domínio político/bélico da Europa sobre suas colônias se configura também em domínio epistemológico, o que fez se perder ao longo do tempo um repertório imenso de expressões culturais, tecnologias sociais das mais diversas sortes.

Nesse sentido, podemos perceber esse processo em nosso país na área da conservação ambiental, onde uma série de grupos sociais, habitantes tradicionais de seus meios, foram pressionados através de uma política de preservação ambiental, constituída nos anos 1930, marcada ainda por um forte caráter estético e paisagístico da natureza. Uma natureza destinada à fruição visual e ao descanso do homem urbano, mas que desconsidera essas organizações sociais tradicionais, fruto da miscigenação colonial e permeadas por outras lógicas sociais e os impede de ali desenvolver seus modos de vida particulares.

Em muitos casos, esses mesmos grupos eram portadores do que hoje é reconhecido como patrimônio imaterial, esses grupos periféricos não tinham seus saberes, tradições e modos de vida reconhecidos até muito recentemente, em 2000. A preservação realizada era voltada para bens materiais, sobretudo edificações escolhidas tendo em vista critérios da arquitetura e da história da arte, que predominaram nas práticas de atribuição de valor de patrimônio empreendida pelo IPHAN. Esses bens edificados eram identificados, sobretudo, aos poderes coloniais e a igreja, reproduzindo assim na memória nacional a dominância que esses grupos exerceram econômica e politicamente em nossa história e a busca pela filiação a parcela europeia da formação cultural de nossa sociedade. As reflexões da epistemologia crítica são muito pertinentes quando nos apontam que a colonização é um fenômeno que possui múltiplas dimensões, e a violência

empreendida contra os povos nativos era também uma violência epistemológica, pois relegava a possibilidade daqueles povos construírem conhecimento, esse domínio exclusivo da ciência europeia. Em Itaúnas, a cultura local e sua tradicionalidade é citada nos dois primeiros processos de preservação analisados, porém de uma maneira genérica, ou sob uma perspectiva folclorista de valorização cênica e lúdica (como visto no tópico 2.1). Somente em 2007 os saberes tradicionais de parte desses grupos (os quilombolas) foram reconhecidos oficialmente através do INRC dos quilombolas do norte do Espírito Santo, mesmo ano da implantação do conselho consultivo no parque estadual de Itaúnas, o que aponta a maior efetivação das premissas democráticas advindas de um processo acumulado ao longo do século XX e desencadeada com maior força em nosso país a partir da constituição de oitenta e oito.

Sob o ponto de vista da história da preservação num sentido amplo, pode-se perceber que tanto seu aspecto ambiental como cultural se originam no contexto da sociedade industrial e são influenciados pela filosofia do romantismo e por uma perspectiva estética da natureza e da cultura. O Brasil incorpora os preceitos da preservação ambiental e cultural dos países do norte como parte do processo de *mimesis* característico de uma colônia europeia. A atualmente valiosa categoria da diversidade (ambiental e cultural) presente nos biomas e nas manifestações culturais (materiais e imateriais) não se encaixavam no modelo pensado pelos agentes fundadores de tais órgãos no nosso país, apesar de estes também buscarem um projeto de identidade nacional diferenciado no “teatro das nações”, a parcela da cultura contemplada pela ação de preservação é notadamente a europeia.

No decorrer do século XX, acontece uma gradual abertura nas categorias da preservação no plano internacional e nacional, que passam a incluir biomas que não eram excepcionalmente belos ou mesmo a noção de conjuntos no âmbito do patrimônio cultural edificado, que começa a contemplar a variedade, e não somente o que era considerado “excepcional” e “belo”. Essa abertura é reflexo dos movimentos políticos do século XX e da inserção de um maior número de agentes sociais na área da preservação, agentes que trouxeram outras lógicas à esse campo. Os conceitos de “excepcional” e “belo” clássicos passam a conviver com o entendimento de que esses conceitos/valores sempre serão relativos aos grupos sociais onde estejam sendo usados, ou seja, não são passíveis de uma análise puramente técnica ou científica. Essas duas palavras usadas de maneira informal pela sociedade ocultam que não existe somente uma técnica ou uma

ciência possível de ser realizada, colocar a ciência e a técnica como absolutas acaba servindo muitas vezes para legitimar posições políticas, sobretudo em frente a demandas sociais de grupos com menos capital simbólico, cultural e político. Estes, por não dominarem os códigos da sociedade dominante, se tornam alienados diante do discurso científico que pautam as decisões técnicas dos órgãos governamentais.

No âmbito do patrimônio cultural, surge o PNPI com seus instrumentos e órgãos próprios (INRC e DPI), além da chancela da paisagem cultural, o que evidencia o alargamento das categorias e a aproximação das noções de natureza e cultura. No âmbito do meio ambiente vemos o surgimento do SNUC que carrega as demandas da diversidade e da participação de maneira mais proeminente, além do próprio ICMBio dedicado ao desenvolvimento sustentável, a uma relação menos excludente de natureza e cultura, onde se possa realizar desenvolvimento social com a natureza. Diferente do modelo industrializante que se apropria de todos os recursos, consumindo-os predatoriamente e isolando determinados espaços de “pureza” para o descanso e a meditação do homem da cidade.

A valorização da diversidade se relaciona as lutas democráticas do século XX, valorizar as diferenças e os diferentes. A partir do momento que se reconhece no outro, o mesmo valor que é imputado a si mesmo, a democracia é um imperativo, pois todos viram iguais em direito. Se não existem culturas melhores ou piores, todas têm de ser valorizadas. Assim foi possível valorizar socialmente os saberes e modos de vida de grupos periféricos economicamente, o que foi a abertura para todo um novo campo ainda em construção.

Por um outro lado, a luta pela abertura democrática passa hoje pela ocupação dos espaços de debate e deliberação pela população. Os conselhos consultivos previstos no SNUC e o modo de construir as políticas do patrimônio imaterial, necessariamente comunitárias, foram um avanço nesse sentido. Apesar de serem necessárias críticas ao ainda existente autoritarismo técnico, onde a ciência surge como argumento de poder para decisões em conselhos e outros espaços de construção de políticas públicas entre sociedade civil e Estado. A luta pela democracia é um processo contínuo, e hoje passa pela busca de uma democracia participativa, onde a população seja cada vez mais o Estado.

O conflito social estabelecido em Itaúnas de maneira mais ou menos destacada, a depender do período analisado, se estabelece na medida em que diferentes

territorialidades passam a disputar esse espaço, numa correlação de força desigual, onde a territorialidade moderna, seja através da indústria, do comércio ou da preservação ambiental, vem gradualmente dissipando e incorporando a territorialidade da “Velha Itaúnas”, mais ligada a exploração dos recursos naturais da região e baseada numa lógica de subsistência. O que não impede os fenômenos de reterritorialização citados por Haesbaert (2007), na medida em que os agentes sociais tem que lidar com novas situações de existência onde muitas vezes são obrigados a negociar e ceder em relação a uma normatividade exógena, hegemônica, e homogeneizante.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Sueli Mara Vaz Guimarães. *Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil*. In: GANEM, Roseli Senna (org.). **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

AVALIAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica nº6. São Paulo: RBMA, 1997.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol.2 nº1 (3), janeiro-julho/2005, p68-80, 2005.

BARCELLOS, Gilsa Helena (org.). *Estudo E Relatório De Impactos Em Direitos Humanos De Grandes Rojetos (Eidh/Ridh): O Caso Do Monocultivo De Eucalipto Em Larga Escala No Norte Do Espírito Santo*. Conceição da Barra/São Mateus, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAVALCANTI, Gerson Luiz Sant'Ana. **Educação Patrimonial no Parque Estadual de Itaúnas/Espírito Santo – Brasil. Metodologia de abordagem através do Programa PEPATRI**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre, Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2008.

CAMPOS, Carlos Teixeira Jr. *Imigração Italiana e a construção da pequena propriedade no Espírito Santo*. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (org.). **Imigração Italiana no Espírito Santo: Uma aventura colonizadora**. Vitória: Ufes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: EDUNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CIAVATTA, M. *O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações*. In: FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. pp. 121-144.

CICONELLO, Alexandre. *A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil*. In: GREEN, Duncan. **Da pobreza ao poder: como cidadãos**

ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. Tradução de Luiz Vasconcelos. São Paulo: Cortez; Oxford: Oxfam International, 2009, p. 604/624

COSTA, Patrícia Cortês. *Unidades de Conservação*. São Paulo: Aleph, 2002.

DALCOMUNI, S. M. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) UFRRJ, Itaguaí, RJ, 1990.

DIAS, Renato Duro. **Meio ambiente e patrimônio cultural: conceitos e representações.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 72, 01/01/2010 Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8063. Acesso em 16/01/2012.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito do paraíso desabitado*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N°24, 1996. pp141-153

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2000.

DOS SANTOS, Leonardo Bis. *Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação*. Ambiente & Sociedade v.XII, n.1, p.133-150 Campinas, jan-jun de 2009.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O sistema de proteção social no Brasil.** Dissertação de mestrado. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Campinas: setembro, 1991

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: 2002.

FARIA, I.F. *Hotéis de selva e novas territorialidades no Amazonas*. In: FARIA, I.F. **Turismo:sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001. p.115-127.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. *Da modernização à participação: A política federal de preservação nos anos 70 e 80*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N°24, 1996. pp153-163.

_____. *Referencias Culturais: base para novas políticas de patrimônio*. In: Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (Vários). Brasília: MINC/IPHAN, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu & PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

FRANCO, José Luiz de Andrade Franco. *A história ambiental e seus clássicos*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 389-394, jan./dez. 2003

FREY, Klaus. *Governança Urbana E Participação Pública*. In: RAC- Eletrônica, v.1, nº1. Jan/Abr 2007. P. 136-150.

GERHARDT, Cleyton Henrique. **Pesquisadores, Populações Locais E Áreas Protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”**. Tese do Programa de Pós-Graduação De Ciências Sociais Em Desenvolvimento Agricultura E Sociedade da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

GERMAN-CASTELLI, Pierina & WILKINSON, John. **Conhecimento Tradicional, Inovação e Direitos de Proteção**. Estudos, Sociedade e Agricultura, n.19, p89-112, out, 2002.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Democracia, Controle Social e Instituições**. Dissertação do Curso de Mestrado de Administração Pública e Governo da EAESP/FGV. São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, 2003. P. 21-29.

HACON, Vanessa. **Para Além das Dunas: Conflitos Ambientais relacionados ao Parque Estadual de Itaúnas (ES)**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. UFRJ, 2011.

HAESBART, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence Ranger. **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

JONGO DO SUDESTE (Vários). Brasília: Iphan, 2007.

KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora perspectiva, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2004.

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. *Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais*. In: **Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial** (Vários). Brasília: MINC/IPHAN, 2006.

LOBINO, Camilla Ferreira. **As entidades associativas não-governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, Julia Salvador ; MOLINA, Silvia Maria Guerra . *Turismo e a emergência de novas territorialidades: o caso de Itaúnas-ES*. *Illuminuras* (Porto Alegre), v. 22, p. 01-16, 2008.

MICELI, Sérgio & GOUVEIA, Maria Alice. **Política Cultural Comparada**. Rio de Janeiro, FUNARTE/Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo/FINEP, 1985.

PESSÔA, Marcela. **Caminhos do Jequitinhonha: análise do Projeto de Combate a Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha – MG**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. UENF, 2012.

PLANO DE DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, Governo de Cristiano Dias Lopes. Estudos para o desenvolvimento do estado do Espírito Santo. ASPLAN, VOLUME 1, 1968.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. de M.C. França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REFLEXÕES SOBRE A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA. Coordenação de Paisagem Cultural. Brasília: IPHAN, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2002.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. *Entre a lei e as salsichas: Análise dos antecedentes do decreto-lei 25/37*. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2009.

TEMPASS, Martin César. *Sobre a questão do patrimônio cultural: repensando meios e fins*. Caderno de Pesquisas do CDHIS – n.35 – ano 19 – p133-144. Porto Alegre: 2006.

VENTURA, Magda Maria. *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. Rev.SOCERJ;20(5):383-386. Rio de Janeiro: 2007.

WIED-NEUWID, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1989.

WÜST, Irmhild. *Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas*. Brasília: 2002.